UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUELI HERCULIANI

**A população tradicional caipira e sua reprodução sociocultural
frente às políticas públicas de conservação e os processos de
educação- Parque Estadual do Jurupará, Ibiúna – SP**

V.1

SÃO PAULO

2009

SUELI HERCULIANI

A população tradicional caipira e sua reprodução sociocultural frente
às políticas públicas de conservação e os processos de educação-
Parque Estadual do Jurupará, Ibiúna – SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em
Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do
Título de Mestre, na área de concentração Geografia Humana

Orientadora: Prof^a Dr^a Neli Aparecida de Mello

V.1

São Paulo

2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

SUELI HERCULIANI

A população tradicional caipira e sua reprodução sociocultural frente as políticas públicas de conservação e os processos de educação – Parque Estadual do Jurupará / Ibiúna – SP

Dissertação apresentada Faculdade de
Geografia da Universidade de São Paulo
para obtenção de título de Mestre
Área de concentração Geografia Humana

Aprovada em, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Agradecimentos

As pessoas do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, a quem devo este trabalho.

A minha Orientadora Professora Neli Aparecida de Mello, pela competência, confiança e ensinamentos transmitidos sempre com alegria.

Aos amigos do Instituto Florestal pelo apoio na realização deste trabalho, Aparecida Darc, Baitello, Bucci, Fátima, Gabriela, Fernanda, José Luiz, Maria Tereza, Marlene, Nalon, Priscila e Rosana, a minha gratidão.

A Rosangela amiga querida por ajudar em todas as fases deste trabalho, o meu carinho e amizade.

A Cristina, referência para todos, por conduzir-me à pós graduação, oportunizar discussões e prestar sábias orientações, a minha amizade e meu carinho.

A todos os nativos do Jurupará por dar-me a oportunidade singular em conhecê-los e aprender com eles, meu reconhecimento.

À Dona Julinda e Sr. Isaias exemplo de amor e respeito, pelos ensinamentos e muitas possibilidades de reflexão.

A minha amada mãe, por ter me ensinado a sonhar os meus sonhos.

Ao Tadeu razão do meu viver por compreender a minha ausência, o meu amor.

Ao Dudu meu amor eterno e apoio incondicional.

Ao Buda Shiakamuni pelo fortalecimento espiritual.

SUMÁRIO

Siglas e abreviaturas	I
Lista de tabelas	II
Lista ilustrações	III
Resumo.....	IV
Abstract	V
INTRODUÇÃO.....	6
Capítulo 1 A CULTURA CAIPIRA	10
1.1 Origem e caracterização da cultura caipira.....	10
1.2 A Cultura Caipira e os seus impactos no Parque Estadual do Jurupará.....	20
1.3 O sujeitos da pesquisa.....	32
1.4 Os nativos: quem são, o que sentem e desejam.....	39
Capítulo 2 A ESCOLA E AS IMPLICAÇÕES SOBRE O MODO DE VIDA DAS CRIANÇAS E JOVENS NATIVOS	56
2.1 A função política da educação.....	56
2.2 Caracterização das escolas onde estudam as crianças caipiras do PEJU.....	58
2.2.1 A educação na zona rural.....	58
2.2.2 As escolas onde estudam as crianças nativas.....	63
2.2.3 As condições estruturais das escolas.....	72
2.2.4 O ensino oferecido aos nativos nas escolas localizadas no PEJU.....	74
2.3 As professoras sua formação e seu jeito de perceber e ensinar e.....	81
2.4 Interpretações sobre as atividades de saber- fazer.....	93

Capítulo 3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS101

3.1 AS políticas públicas ambientais e as populações tradicionais moradoras em territórios incorporados por unidades de conservação de proteção integral.....101

3.2 Políticas ambientais e o papel político da educação Ambiental.....119.

CONSIDERAÇÕES FINAIS125

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 130

ABREVIATURAS E SIGLAS

CBA - Companhia Brasileira de Alumínio

CIMEB (R) - Centro Integrado Municipal do Ensino Básico Rural

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento

EE - Escola Emergencial

EEc - Estação Ecológica

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

HTPC - Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo

IF – Instituto Florestal

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PGE - Procuradoria Geral do Estado

PEJU – Parque Estadual do Jurupará

PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PPI - Procuradoria do Patrimônio Imobiliário

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TCA - Termo de Compromisso Ambiental

UC - Unidades de Conservação

UEAC - Unidades de Educação e Ação Comunitária ou Unidade Escolar de Ação Comunitária

UH – Usina Hidrelétrica

UICN - União Internacional para Conservação da Natureza

ZOT – Zona de Ocupação Temporária

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Escolas rurais localizadas no PEJU ativadas e desativadas
Tabela 2-	Categorias de Áreas Protegidas – IUCN
Tabela 3-	Políticas públicas brasileiras referentes às populações tradicionais
Tabela 4-	Paradigmas de Conservação da Biodiversidade: enfoques contrastantes de aprendizado

Lista de Ilustrações

Registro Fotográfico

Foto 1 Benedita A. Domingues	
Foto 2 Bairro dos Paulos	
Foto 3 Catarina Maria de Jesus.....	
Foto 4 Terezinha Maria das Dores.....	
Foto 5 Rudimar Alves da Silva.....	
Foto 6 Ana Claudia Domingues e Solange Domingues.....	
Foto 7 Jéssica da Silva	
Foto 8 Alessandro D. da Conceição	
Foto 9 Alessandro D. da Conceição	
Foto 10 Isaias A. Domingues.....	
Foto 11 Prédio da E.E. Bairro do Rio Bonito.....	
Foto 12 Aparecido Domingues da Silva.....	
Foto 13 Liliana Aparecida Domingues	
Foto 14 Wellington Cabral de Moraes	
Foto 15 Vitoria G. Domingues da Silva	

Figura

Figura 1: Livro de Matrícula E.E. B° Rio Bonito.....	
Figura 2: Ata de desativação E.E. B° Camirangas.....	
Figura 3: Livro de matrícula, alunos/as transferidos de escola	
Figura 4: Livro de matrícula da E.E. B° Camirangas	
Figura 5: Livro de matrícula da E.E. B° Itaguapeva	
Figura 6: Registro e controle de rendimento escolar.....	

Mapa

Mapa de Ocupação Tradicional do P.E. Jurupará	xx
Mapa de Distribuição das Escolas Rurais do P.E. Jurupará	xx

RESUMO

No sertão de Ibiúna, São Paulo encontra-se uma população caipira cujos ascendentes firmaram posse há mais de duzentos anos. Esta ocupação possui uma relação intrínseca com a natureza, dela retira muito de que necessita para sua reprodução sociocultural. Com o movimento conservacionista, iniciado na década de setenta muitos desses lugares foram incorporados por Unidades de Conservação da Natureza, em todo país, fazendo com que as populações fossem cerceadas de acesso e uso dos recursos naturais em face das restrições legais impostas. No caso de Ibiúna esta condição levou a população caipira a ficar a margem da lei e ocasionando certo apartamento das atividades exercidas tradicionalmente, entre outros eventos, gerou a perda de traços culturais e de muito conhecimento ancestral, vez que não possuem registros de seus saberes, a transmissão ocorre de forma oral e através do saber-fazer. Corroborando com as perdas culturais tem-se a educação cuja função precípua é a reprodução da sociedade de classes, sendo a escola o veículo para atingir tal objetivo. A educação ofertada no meio rural não traz diferenças da escola urbana, nela são inculcados valores e transmitidas informações de maneira direta e também de modo subliminar que minorizam os conhecimentos e o modo de vida rústico, desvalorizando as diferenças culturais. No caso específico do Parque Estadual do Jurupará, parte dos jovens tem anseios profissionais e pessoais na área urbana, já não valorizam os saberes dos mais velhos por estereotipia. O poder público deve desenvolver ações com vistas ao fortalecimento identitário desta população, através do resgate de saberes pelos motivos já expressados e também porque tais saberes foram elevados a patrimônio histórico cultural material e imaterial e arqueológico.

ABSTRACT

There is a peasant population in the backwoods of Ibiuna whose ancestors took possession more than two hundred years ago. People from this land occupation have a close relationship with nature, taking from the nature much of their needs for their sociocultural reproduction. With the conservation movement, which began in the seventies, many of these places were incorporated by specially protected areas in the whole country, causing people to have less access and use of natural resources in face of the legal restrictions imposed. In Ibiúna, São Paulo, Brasil; o scenario this condition led to the peasant population to stay outside the law and causing a certain isolation of some activities traditionally carried, among other events, led to the loss of cultural traits and a lot of ancient knowledge, once they do not have records of their knowledge, the transmission occurs both orally and through the know-how. Ratifying the cultural losses comes the education, whose primary function is to reproduce the class society, and the school is the means to achieve this goal. The education offered in rural areas does not bring differences from urban schools. At school values are indoctrinated and the information, that is directly or subliminally transmitted, reduces the knowledge and the rustic way of life and depreciates cultural differences. In the specific scenario of Parque Estadual do Jurupará, part of young people, that have personal and professional aspirations in the urban area, no longer value the knowledge of older people. The government in the state and local authorities should together develop actions aimed at strengthening the identity of this population through the recovering of knowledge for the reasons already expressed, and also, because such knowledge has been elevated to the historical and immaterial cultural and archaeological patrimony.

INTRODUÇÃO

O Parque Estadual do Jurupará-PEJU é uma unidade de conservação da Natureza do Grupo de Proteção Integral - UC que possui características singulares devido ao patrimônio ambiental e cultural por ele abrigado, que se destaca ao ser sensivelmente observado.

Criado em 1992 sobre as terras da Reserva Estadual¹ do Segundo Perímetro de São Roque criada em 1978, possui uma abrangência territorial de 26.250, 47 ha. Está localizado nos municípios de Ibiúna e Piedade, e faz limite com os municípios de Miracatu, Juquitiba e Tapiraí, na Serra do Paranapiacaba. É recoberto por Mata Atlântica que inclui uma grande variedade de formações florestais.

A exemplo do que ocorre por toda extensão de ocorrência de Mata Atlântica esta porção de floresta também sofre um processo de pressão² sobre patrimônio ambiental e cultural.

Associada a biodiversidade se encontra a população tradicional caipira ali instalada há mais de duzentos anos, HERCULIANI 1995, elevado a Patrimônio histórico cultural material e imaterial e arqueológico, a partir de estudos

¹ A UC foi criada através do Decreto n° 35.703/92, com área de 23.950,47 ha, correspondentes à antiga Reserva Estadual do 2° Perímetro de São Roque, criada pelo Decreto n° 12.185, de 30 de agosto de 1.978. Na mesma data da transformação da área em Parque, a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA doou ao Estado 2.300 ha. localizados em área contígua a UC, no Município de Piedade, as quais foram incorporadas aos limites do PEJU através do Decreto n° 35.704 de 22/09/1992, totalizando uma extensão territorial de 26.250,47 ha. Através da Resolução de n.º 40, de 06/06/1988, foi tombada pelo CONDEPHAAT.

² A UC é composta integralmente por terras devolutas estaduais, porem ali se encontram instaladas três categorias de ocupação: população tradicional, ocupação de veraneio e pessoas que por falta de condições socioeconômicas nas cidades se estabelecem em posse na UC. Este processo de conflito fundiário trás perdas ao patrimônio da UC.

científicos, incluindo-se nele as paisagens culturais decorrentes dos processos socioculturais nele imprimidos ao longo dos séculos.

Com a criação da Reserva Estadual e posteriormente o Parque, os nativos, é assim como se autodenominam, a partir de 1978, ou seja, há 30 anos, vem convivendo com imposições legais relativas ao uso dos elementos da natureza necessários à reprodução sociocultural e econômica. Com o objetivo de atenuar os conflitos existentes, por ocasião da criação do Parque, foi adotado o critério de permitir as atividades já em andamento e proibir a inserção de novas intervenções.

Apenas a partir da edição de políticas públicas, criadas depois de 2000, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, entre outras, é que as populações tradicionais passaram a ter alguma proteção legal³, paulatinamente a legislação e as políticas se voltaram ao reconhecimento da existência e dos direitos dessa população.

Através da transmissão oral e do saber-fazer que os conhecimentos tradicionais que foram acumulados, por várias gerações e que, ainda, sobrevivem as populações tradicionais - classificadas como caipiras, caiçaras, ribeirinhos, dentre outras, representam a diversidade cultural abrigada pelo Brasil.

A relação intrínseca com a natureza foi estabelecida desde a origem das culturas rústicas, contudo a falta de reconhecimento associado à inexistência de força política e, sobretudo, a histórica problemática da propriedade de terras por séculos permitiu que as populações tradicionais

³ No capítulo Políticas Públicas, deste trabalho está detalhado o processo de avanço da legislação e planos relativos ao tema.

fossem submetidas à expropriação por não possuírem a titulação das terras onde viviam e vivem, cenário que vem sendo modificado em um passado recente.

[...] onde quer que o jogo e os valores do mercado agrícola gerassem negócios com a terra ou terra de negócios, o lavrador “dono”, posseiro, ou agregado era expulso, empurrado em direção a um oeste” (BRANDÃO, 1983, p.38).

Situações que corroboraram, entre outros eventos significativos ao longo da história das culturas rústicas, ocasionando a perda de traços culturais e o enfraquecimento da identidade cultural devido ao apartamento das práticas diárias e as dificuldades em reproduzir seu modo de vida e a perda de autonomia- característica tão importante na cultura caipira e prezada pelos nativos do PEJU.

[...] a cultura se identifica com o próprio modo como é produzida a existência humana. Daí seria impossível a cultura sem o homem da mesma forma que é impossível o homem sem cultura. No processo de autoproduzir-se o homem reproduz a cultura, isto é, se objetiviza em instrumentos a existência humana e idéias mediatizados pela técnica [...]. A essência da cultura consiste no processo de produção, conservação e reprodução de instrumentos, idéias e técnicas. (SAVIANI 1985, p.123).

No capítulo um é realizada uma revisão bibliográfica sobre a cultura caipira, caracterizando as relações sociais e econômicas sendo abordados os eventos que causaram impactos significativos no modo de vida dos nativos, por fim são apresentadas as análises da pesquisa realizada com os chefes das famílias, adolescentes e crianças.

No capítulo dois é discorrido sobre a função da educação em nossa sociedade, é realizada a caracterização da educação rural princípios, objetivos e os valores transmitidos às crianças. A formação atual do professor e suas condições de trabalho. As condições estruturais das escolas e suas implicações no ensino. O ensino oferecido atualmente nas escolas existentes no interior do parque e suas conseqüências para a cultura caipira, fazendo contraponto com a legislação atual.

No capítulo três é realizado um histórico da conservação no Brasil a partir de influências internacionais é realizada a análise das políticas ambientais que tratam da questão população tradicional e parque. Finalmente é realizada uma crítica ao Sistema Nacional de Conservação da Natureza-SNUC e ao Plano Nacional de Áreas Protegidas-PNAP, relacionada a aplicabilidade da educação ambiental limitada ao programa de manejo de visitação pública.

1. A CULTURA CAIPIRA

1.1 ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DA CULTURA CAIPIRA

A formação do tipo cultural caipira¹ tem origem no período colonial, através da mestiçagem do português com o índio brasileiro. O colono precisava do trabalho do nativo para realizar a exploração, sendo necessária também a apreensão de informações sobre o ambiente, além disso, era preciso aprender a sobreviver nas terras brasileiras, porém os conhecimentos portados eram insuficientes. Dessa forma, tornou-se imprescindível a absorção da cultura indígena. Teve início, então, a fusão do branco com o índio - a formação da cultura mestiça (CANDIDO 1977; WOORTMANN, 1995), classificam-na também como cultura complexa.

Essa população foi desenvolvendo-se pelo território brasileiro, constituindo-se em várias formações socioculturais, conforme o modo de exploração econômica determinada pelas características ambientais, locais e regionais, ADAMS, 1996. Essa cultura relacionada ao homem do campo é também denominada como cultura rústica, definida como cultura tradicional camponesa (CANDIDO, 1977; FUKUI, 1969). Utiliza-se o termo sitiante tradicional e define-o como homem do campo que vive na zona rural e, que Queiroz (1975) classifica como 'camponês'. Esse termo surge no século XVIII e representa o trabalhador branco, agregado que morava em casas toscas, em pequenos lotes fora da área das senzalas e da casa do senhor das terras, vivia da caça e da coleta de frutos e cereais.

A expressão campesinato é utilizada para definir o conjunto de camponeses, "é um substantivo coletivo" originário do termo campesino, sinônimo de rústico, campestre. É, portanto, um trabalhador rural, cuja família é unidade econômica,

¹ Candido (1975) salienta que para indicar os aspectos culturais do mestiço, usa-se *caipira*, de modo a manifestar o modo de ser, o tipo de vida e não o tipo racial.

sendo a produção voltada para o sustento da própria família, a qual representa uma unidade básica de reprodução sociocultural e econômica. É composta pela família nuclear, pais e filhos, e a parentela, avós, tios, primos etc. Nela são estabelecidos laços de solidariedade e ajuda mútua é, portanto, entendida como um sistema de relações internas e externas, baseado num princípio de residência. As famílias vivem em bairros com peculiaridades próprias, diferenciando-os dos demais bairros da região, no geral compostos por casas, venda e uma capela (QUEIROZ, 1973). Cada bairro possui uma configuração própria, singular, resultado dos processos naturais e culturais nele imprimidos, formado ao longo do tempo e, enquanto processo, está em permanente mudança.

A formação do bairro e sua manutenção por séculos não ocorre de maneira espontânea; como já dito, é regulado criteriosamente por seus membros, sendo o casamento uma das estratégias utilizadas para a união de interesses que levam em consideração os patrimônios envolvidos, sobretudo a manutenção da propriedade rural na própria família a fim de exercer a garantia da base material para a reprodução sociocultural de seus membros. A terra é seu maior patrimônio, e sua manutenção é uma condição moral para a família tradicional. Assim sendo, a escolha do cônjuge é muito importante, razão porque se adota como padrão a união entre primos², representando uma característica muito presente no sistema de parentesco, é o mais importante princípio de conduta social da família pertencente à cultura tradicional. Em algumas regiões do país, encontra-se também como característica na família o estímulo ao celibato, com o objetivo de minimizar a competição pela propriedade. No sul, os filhos homens que não se casam perdem o

² No PEJU observa-se ainda este traço, mas prepondera nas gerações mais novas o casamento com o “de fora”, em um terço das famílias entrevistadas o/a cônjuge não é nativo/a

direito à terra, já as mulheres que permanecem solteiras transferem esse direito para o irmão mais velho, (WOOTMANN, 1995).

A família possui o controle sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho, goza de plena autonomia e independência, esta é uma das características principais características do campesinato. O excedente da colheita e de víveres é vendido ou trocado em feiras, com o objetivo de obter os bens não produzidos pela comunidade, especialmente o sal, o tecido e o querosene, no passado. Portanto não ela objetiva o lucro com o trabalho, razão porque usa a policultura³ em pequenas porções de terras, e a criação de animais é diminuta. Por isso seus gastos são comedidos para não furtar da família o atendimento às necessidades básicas (QUEIROZ, 1973). Nesse modo de produção são utilizadas técnicas e instrumentos simples construídos por eles próprios. Essa forma de produzir não objetiva acumulação de capital e enquadra-se no modelo econômico pré-capitalista, no qual a apropriação da natureza dá-se exclusivamente para produção, consumo e troca/venda, a esse processo dá-se o nome de “divisão territorial de produção”, é uma relação de complementaridade.

O meio natural era utilizado pelo camponês para sua subsistência, retirava da natureza os materiais fundamentais à vida, possuía alto grau de dependência dos produtos, seja da roça, seja da própria natureza e, por isso, ao longo da história, precisou adquirir conhecimentos acerca dos ciclos naturais que possibilitaram o desenvolvimento de técnicas simples/rústicas sobre a utilização e o manejo desses recursos, os quais garantiram sua sobrevivência através de trabalhos que representavam pouco impacto sobre a natureza devido às técnicas empregadas,

³ A população do campo com suas roças policultoras garantiam o abastecimento de produtos à maioria da população, por outro lado as grandes culturas de exportação cobriam apenas um milhão e meio de hectares, as culturas de víveres ocupavam quatorze milhões, em 1959. Assim exposto, o Brasil devia ser considerado como policultor; a roça fornecia alimentação aos sessenta milhões de habitantes e empregam a maioria da população rural (Jacques Lambert, 1964 apud Queiroz, 1973).

que são entendidas como o conjunto de práticas que permitem colocar os recursos a serviço da edificação de valores (ELLUL 1968), que a sociedade desenvolveu e possibilitaram sua reprodução, através da lógica, observação, repetição, experimentação etc.

A sociologia rural utiliza o modelo econômico para diferenciar o camponês do lavrador, este tem uma lógica econômica e, por decorrência, uma relação com o território inversa à estabelecida pelo camponês, uma vez que visa, sobretudo, o lucro com a conseqüente acumulação de capital. Para tanto, a produção é de larga escala, no geral, monocultura e atende ao mercado local, regional ou até internacional. Não depende do que produz, e sim da venda da produção *op.cit.* Na atualidade, o lavrador é denominado de agropecuarista, grande produtor, e o camponese, de população tradicional ou população local.

Na obra *Sítios e Sitiantes*, Müller (1951), trata os camponeses de sitiantes que cultivam a própria terra com a participação de sua família e, eventualmente, com a ajuda de empregados. Para a autora os camponeses apresentam as seguintes características: i) trabalho independente; ii) economia doméstica; iii) uso de técnicas de agricultura rudimentares, iv) mobilidade espacial e v) sob autoridade do mais velho.

No que diz respeito às ações de desenvolvimento cultural, caso não diferente é encontrado nas comunidades que integram o PEJU. O entorno do Parque abriga uma variedade de grupos sociais. Assim, os valores culturais da região não estão apenas contidos na materialidade histórica que a compõe, pois seus habitantes lhe conferem um caráter singular, uma vez que a paisagem natural está indissoluvelmente ligada à paisagem cultural e humana. GONZÁLES, E. 2009

O bairro possui grande importância na vida do caipira, pois é através dele que a família se mantém, seja do ponto de vista do atendimento das necessidades

relacionadas à subsistência, coisas de ordem material, seja como palco onde se dão as relações sociais. O bairro contribui para a manutenção da unidade familiar, através de um sistema de padrões de comportamento e de valores - exerce o controle social sobre seus membros, por meio de códigos de conduta. Trata-se, então, de um grupo de referência que define a posição do indivíduo na família, é um fator essencial na formação social dos mais jovens. O bairro constitui o *habitus* de que fala Bordieu (WOOTMANN, 1995).

Nas sociedades tradicionais, havia uma certa continuidade na organização da produção, de uma geração para outra. Na era rural de agricultura familiar, a inserção produtiva ocorria naturalmente, pelo fato de haver coincidência do domicílio e do espaço produtivo. O filho ia gradualmente aprendendo com o pai as fainas agrícolas, organizavam-se diversas formas de divisão de trabalho na família. Em outros termos, e mantendo a nossa visão de que a família constitui um processo de reprodução social, o trabalho representava uma continuidade entre gerações. (DOWBOR, 2003, p. 01)

A formação do bairro e sua manutenção por séculos não ocorre de maneira espontânea, como já dito é regulado criteriosamente por seus membros, sendo o casamento uma das estratégias utilizadas para a união de interesses que levam em consideração o patrimônio envolvido, sobretudo a manutenção da propriedade rural na própria família, a fim de exercer a garantia da base material para a reprodução sociocultural de seus membros (WOORTANN, 1995). Tal é a importância da terra, que não pode ser vendida, ela não é uma mercadoria, é patrimônio da família, da comunidade, os caipiras repulsam o individualismo, pois a vida em comunidade é um de seus valores.

Assim sendo, a escolha do cônjuge é muito importante, razão porque se adota como padrão a união entre primos, representando uma característica muito presente no sistema de parentesco, é o mais principal princípio de conduta social da

família pertencente à cultura tradicional. Em algumas regiões do país, encontra-se também como característica na família o estímulo ao celibato, com o objetivo de minimizar a competição pela propriedade; no sul, os filhos homens que não se casam perdem o direito à terra, já as mulheres que permanecem solteiras transferem esse direito para o irmão mais velho (WOORTANN, 1995).

As formações camponesas estudadas se aproximam de um sistema de valores que configura o que Dumont (1970) chama de holística, isto é, uma ordem social e ideológica onde, na relação entre as partes e o todo onde o indivíduo é englobado pelo todo. Trata-se de um holísmo fundado na honra e na ancestralidade, no valor-família como modalidade específica do valor de hierarquia. (WOOTMANN, 1995, p.314).

Como já visto o sitiante em todo Brasil recebe denominações variadas; na região sudeste é chamado de caipira e caçara, conforme a fixação na terra, respectivamente, zona rural e litorânea, PIRES apud BRANDÃO, 1983, para explicar o caipira, utiliza a análise do nome.

Caipira seria o aldeão; neste caso encontramos o tupi-guarani 'capiabiguara'. Caipirismo é acanhamento, gesto de ocultar o rosto: neste sentido temos a raiz 'cái' que quer dizer o que é do mato. Capiã, de dentro do mato: faz lembrar 'capiáu' mineiro. 'Caapi'- trabalhador da terra, lavrar a terra, lavrar a terra —'caapiára', lavrador. É o caipira sempre lavrador. Creio ser este último caso mais aceitável, pois o 'caipira' quer dizer 'roceiro', isto é, lavrador [...]

Queiroz (1973) acrescenta à família camponesa outras características: i) a família é unidade social de trabalho e de exploração da terra, sendo que os produtos, regra geral, suprem as necessidades essenciais à vida; ii) autonomia e independência; iii) as atividades são divididas entre todos os membros do grupo doméstico, de acordo com as habilidades individuais, constituindo uma equipe de trabalho que provém a subsistência de todos; iv) a combinação de família-empresa

agrícola faz com que se estabeleça uma comunidade de posse e uma comunidade de consumo, além da comunidade de trabalho, sob autoridade de um membro, que é o pai de família; v) a família possui traços autoritários; vi) o patrimônio é transmitido aos descendentes, sendo negado o direito de se apartar para criar situações socioeconômicas distintas, os serviços e direitos coletivos são semelhantes para todos os membros da comunidade mais ampla; vii) são pequenas unidades policulturas que utilizam o braço familiar para o trabalho; viii) na da sociedade global, o campesinato ocupa situação de inferioridade. Nem no passado, nem no presente ocupa poder político e prestígio; ix) binômio cidade-campo, as cidades abastecidas são pequenas, formadas por aqueles que não produzem, a cidade, então, carece dos produtos dos camponeses. A relação cidade-campo é de complementaridade para ambas as categorias (QUEIROZ, 1973).

Candido 1975, aponta as seguintes características: i) desenvolver utilidades práticas com relação à natureza; ii) por uma valorização tão positiva do trabalho, que o define não apenas produtivo do ponto de vista material; iii) por sua maior preocupação com a segurança do que com a aventura, pela elevada valorização da procriação e dos filhos; iv) pelo desejo de enriquecer; v) por noções éticas básicas derivadas da junção da valorização do trabalho com a justiça social.

Os camponeses - pais, mães filhos, avós e toda a parentela - vivem em bairros compostos por moradias, uma capela e, no geral, uma venda - local onde a vizinhança se reúne, propiciando encontros sociais. Nela é cumprida a função tanto de *espaço geográfico quanto de espaço social*, e são realizadas manifestações culturais, religiosas e de trabalho (QUEIROZ, 1973). A configuração geográfica e da paisagem dos bairros é peculiar e distinta de outras categorias de ocupação.

Para os camponeses as terras que ocupam não representam apenas valor imobiliário, mas também valor simbólico e “lugar” onde se dá a reprodução sociocultural e econômica. Para manter a propriedade das terras de modo a assegurar sua sucessão, bem como manter o controle social de seus membros, o casamento entre primos é utilizado como estratégia [...] (QUEIROZ, 1973).

Para Candido (1973) a civilização caipira no passado se estendeu por grandes extensões territoriais, com abrangência em São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Destacam-se aqui a Serra de Paranapiacaba e a zona do antigo “Caminho da Mata” em direção ao sul do país. No estado de São Paulo, região onde se encontram famílias caipiras, muito provavelmente descendentes dos caipiras apontados por Antonio Candido, atualmente parte delas se encontra no interior do Parque Estadual do Jurupará - PEJU e cercanias.

Para o caipira as fronteiras não existem ele anda por todos os lados, se embrenha na mata para buscar o que necessita. A essência desse ser pertencente a cultura caipira é a falta de limite, para ele tudo representa seu lugar, porque ele retira o que necessita para suprir suas necessidades, vai aonde o recurso está, não há fronteiras para obter a planta para fazer sua infusão, seu balaio. Ao observarmos a obra Viagem à Província de São Paulo, o autor descreve o caipira com o olhar do homem que porta valores do mundo urbano, exclusivamente. Deprecia o homem do campo por não ser da cidade, por certo assume uma postura de preconceito. Contudo, apesar da maneira depreciativa que o vê, esse autor aborda a essência da vida caipira: “[...] *não pensam: vegetam como as árvores, como as ervas do campo [...]*”. O autor mistura o caipira à natureza, percebe relação inerente que possui ao meio natural, mas o desvaloriza. (SAINT-HILAIRE 1972, p.95)

Segundo, Pasquale Petrone, a civilização caipira foi aí dominante até o século XIX, embora no século XVIII começassem a aparecer fatores de mudança social, principalmente na “depressão paulista” ao longo do rio Tietê; tais fatores decorrentes do aparecimento de grandes plantações de cana orientadas para a exportação de açúcar, produzido em zonas até então se dedicavam à pequena policultura de subsistência. A mudança foi se intensificando com o tempo, graças principalmente a disseminação das fazendas de café no século XIX que produziram o primeiro abalo sério na civilização caipira; em seguida a industrialização veio corroborar a ação das fazendas de café. O impacto destes fatores de mudança fez com a civilização caipira desaparecesse em algumas zonas paulistas de povoamento antigo em que passou a imperar a grande propriedade e nas quais trabalhavam imigrantes europeus recém chegados. Nas zonas cuja transformação data, pois da entrada do café, a civilização caipira não deve também normalmente ser encontrada. (QUEIROZ, 1973, p.8).

Os dicionários definem o caipira com conotação de menosprezo, por vezes tentam defini-lo através do próprio nome e/ou através do modo de vida e do lugar onde moram. O caipira, para aqueles que não o conhecem de fato, é visto de maneira jocosa. Incapazes de perceberem a singularidade desse modo de vida, ignoram a experiência pretérita que se construiu da interação com os ciclos da natureza. Essa visão estereotipada do caipira persiste até hoje, para a sociedade de maneira geral o caipira é o bicho do mato, o capiau, o jeca tatu, e seu modo de vida significa atraso.

De acordo com o Dicionário Aurélio caipira é:

Habitante do campo ou da roça, particularmente os de pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros, sem traquejo social; provinciano; cafona, casca-grossa. E como sinônimos de caipira, biriba ou biriva, jeca, matuto, roceiro, sertanejo, dentre outros. E camponês, aquele que habita e/ou trabalha no campo; campino, campônio (Ferreira, 2008)

O conhecimento tradicional é o meio de identificação cultural, pode-se dizer que é a forma desenvolvida pela própria população para cumprir a função social de ordenação e interação com o meio em que vivem. Para Diegues (2000) o conhecimento tradicional refere-se a sociedade não urbano/ industrial, é transmitido de forma oral de geração a geração, é o saber e o saber fazer sobre a natureza e

sobre os aspectos sobrenaturais. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos de chamar de ciência, (MOURA, 1988).

No presente trabalho, adotamos o termo 'nativo' - é assim que os moradores tradicionais do Parque Estadual do Jurupará se autodenominam - também de 'caipira' - devem se orgulhar disso, visto que só o 'caipira' tem uma relação intrínseca com a natureza -, e, finalmente, de 'população tradicional', uma vez que essa nomenclatura é utilizada para aqueles sítios tradicionais cujas terras foram incorporadas por unidades de conservação, criadas por órgãos executivos de conservação da natureza.

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem à expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (UNESCO, 1989)

Como já abordado, as atividades econômicas da população caipira baseava-se na policultura e na criação de víveres, cujo excedente era vendido ou trocado em feiras, suprimindo assim suas necessidades elementares e, em contrapartida, abasteciam os cidadãos com gêneros alimentícios típicos da zona rural, havia, portanto, a relação cidade-campo. Os produtos eram transportados nos lombos dos burros de Ibiúna a São Paulo, trajeto que demandava quinze dias de viagem. No caso dos caipiras que vivem nas áreas abrangidas pelo PEJU, seus ascendentes frequentavam, consecutivamente, as feiras de Santo Amaro, Pinheiros, Itapeverica da Serra e, por fim, Juquitiba.

1. 2 A CULTURA CAIPIRA E OS SEUS IMPACTOS NO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ

Boas desenvolveu o particularismo histórico (ou a chamada Escola Cultura Americana), segundo a qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou. (LARAIA1996, p.21)

Ao longo dos anos inúmeros eventos corroboraram para o afastamento dos traços culturais característicos do caipira, algumas comunidades foram mais resistentes aos vetores, outras assimilaram valores e hábitos que alteraram seu modo de vida. Da relação homem-natureza, muitos passaram a sujeitar-se a outra lógica, implicando em mudanças nas estruturas sociocultural e econômica, a qual destrói os valores locais e, por consequência, traz interferências negativas ao meio natural.

Os caipiras viviam de um jeito muito simples, de tudo produziam e confeccionavam, devido às exigências que o modo de vida lhe impunha, desenvolviam habilidades de acordo com suas características individuais, juntos atendiam às necessidades de todos e, sobretudo, ensinavam uns aos outros as tarefas. Faziam casas, ferramentas, artefatos, remédios etc., ou seja, faziam quase tudo a partir dos elementos da natureza, só adquiriam ou trocavam aquilo que não era possível desenvolver na própria comunidade. Por isso, acumularam grande conhecimento empírico da natureza e do próprio homem. Transformavam-se em pedreiros, carpinteiros, mateiros, artesãos, parteiras, rezadeiras, rendeiras, costureiras... todos membros da família e parentela se ajudavam mutuamente, cada qual com seus conhecimentos e habilidades, assim sendo, tinham e, em parte, ainda têm muita autonomia, traço marcante da cultura caipira (Foto XX).

Aquele foi um tempo de fartura. Não foi um tempo de riqueza e a memória não lembra pessoas tidas como muito ricas, ainda que alguns fossem “grandes proprietários”. Da mesma forma não havia pobres no nível em que o lavrador reconhece existirem muitos nos dias de hoje. A fartura existiu enquanto a ação do homem não desgastou a natureza. (BRANDÃO 1983, p,184).

Foto 1: Benedita A. Domingues fazendo a manutenção em casa de pau a pique
(Autora S. Herculiani Fevereiro/1995)

O crescimento das cidades gera a necessidade do aumento na produção de gêneros alimentícios, dessa maneira a produção tipo doméstica não dá conta de atender tal demanda, faz se necessária a produção através da monocultura - em larga escala-, utilizando-se de força mecânica, ao invés da mão-de-obra familiar. Isso faz com que o camponês perca mercado, não conseguindo escoar seus produtos, por decorrência não tem como suprir as necessidades materiais, anteriormente obtidas com a comercialização/ trocas de seus produtos na cidade; está quebrada, assim, a relação de complementaridade e a lógica econômica do

campesinato, veem compelidos a desenvolver outras atividades desvinculadas da sua cultura, para garantir a reprodução sociocultural e econômica da comunidade/bairro (QUEIROZ, 1973).

Sem alternativas econômicas, a exemplo do que ocorreu com os nativos moradores⁴ em Itapecerica da Serra, resta-lhes a atividade de extração de madeira e de produção de carvão. Para isso, afastam-se de sua vida de rotina e passam o dia no mato, naquele trabalho insalubre. Muitos abandonam as roças, chegando a ponto de não produzir o essencial para a família, outros garantem o mínimo através do trabalho da mulher e dos filhos na lavoura. Os caminhões iam para o sertão buscar a encomenda e em troca, pelo mesmo valor, deixavam aquilo que eles mais precisavam - alimento e querosene. Portanto, trabalhavam exclusivamente para garantir o mínimo necessário. Uma vida de miséria jamais vivenciada entre os caipiras do sertão, a lembrança dessa época ainda causa muita dor. Esta atividade econômica forçou compulsoriamente o afastamento dos nativos de suas tradições culturais, pois não dispunham de tempo para exercerem outras atividades vinculadas à reprodução sociocultural: coleta, caça, pesca, roça, construção, festas, rezas, entre outros.

Na interação com o urbano, a sociedade rural adota alguns novos valores que irão modificar suas formas tradicionais de vida, afetando técnicas, comportamentos e linguagem. A análise simbólica do processo de produção de tais formas permite elucidar como os domínios da produção e do consumo são construídos e moldados, bem como definir os mecanismos que orientam o processo de rearticulação simbólica e as transformações na organização social camponesa. (BITTENCOURT, 1995 apud MELLO, 2001, p. 152)

⁴ Na pesquisa realizada por Fukui em 1969 com moradores de Itapecerica da Serra no Bairro de laranjeiras, consta uma relação com 10 de sobrenomes de famílias caipiras moradoras nesse no bairro destes 07 sobrenomes são também encontrados PEJU.

A implantação da Usina Hidrelétrica do França - UHF - no limite do município Juquitiba-Ibiúna, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA -, teve obra iniciada na década de 40, com início da operação em 1.955. Para levar a cabo o empreendimento, foram contratados operários do nordeste de Minas Gerais. A instalação da UHF trouxe fortes influências à população tradicional caipira, merecendo destaque: i) o deslocamento compulsório de inúmeras famílias que viviam próximas do rio Juquiá-guaçu, para que fosse realizado o represamento, sem que tivessem o menor apoio por parte do empreendedor; ii) a inserção da religião protestante, ocasionando o afastamento dos ritos, do folclore, das festas, dos cantos característicos da religião católica, que até então vigoravam de forma unânime entre os caipiras. A religião representava uma forma importante de reunir toda a população a cada homenagem realizada para os santos que protegiam cada um dos bairros; iii) sujeição ao trabalho assalariado com cumprimento de horários, impossibilitando de realizar suas práticas tradicionais.

Para a construção dessa primeira usina, a Usina do França, foram deslocados do nordeste brasileiro e do estado de Minas Gerais aproximadamente 750 operários. Ao final da construção alguns ficaram na região onde foram se casando com a população local. Em 35 anos foram construídas 7 usinas e segundo Dr. Miguel Carvalho Dias, vice presidente da CBA, a empresa levou muito progresso para a região mas também contribuiu para a mudança de hábitos culturais. Na década de 50 estavam iniciando a construção da BR116.

Para alguns, a entrada da CBA na região foi positiva, pois os homens conseguiram emprego fixo e deixaram o serviço da roça. Foi aberta estrada onde tinha a trilha de cavalo o que melhorou a vida para muitos. Porém, para quem sua vida inundada tinha há certo ressentimento. Para eles, o local onde nasceram e foram criados ficou submerso. Tiveram que abandonar suas plantações e encontrar um novo local para se instalar e começar novamente. (MELLO, 2001, p.32).

Por consequência do represamento do rio Juquiá-guaçu, as famílias nativas que moravam nas áreas circunvizinhas ao rio perderam seus lugares ocupados ancestralmente. Deixaram para trás suas lavouras, suas casas, seus lugares

marcados pelas expressões culturais seculares. A técnica impõe-se de maneira autoritária, ignorando questões de ordem antropológica dos lugares, seja do ponto de vista da cultura local, seja do aspecto dos direitos humanos. O bairro vai sendo transformado em espaço morto, e a comunidade tradicional vai perdendo “os seus lugares”, na medida em que são desintegrados os elos entre o lugar e a identidade cultural (MORAES, 1995) ocasionando impactos ao meio natural devido às desconexões provocadas e aos conseqüentes rearranjos necessários à subsistência dessas comunidades.

Concomitante à implantação do empreendimento da CBA encontrava-se em implantação a Rodovia Federal BR 116, rota para o Sul do país e via importante de acesso ao Parque, fator que facilitou o acesso ao sertão de Ibiúna, época que se inicia o interesse de pessoas oriundas de outras localidades na aquisição de terras na região; processo iniciado anterior à década de 50, de acordo com os registros oficiais constantes na Planta de Caracterização de Posses do 2º Perímetro de São Roque/Procuradoria do Patrimônio Imobiliário/Procuradoria Geral do Estado PPI/PGE, que revelam 212 glebas, compostas, em sua maior parte, por nativos; empresas e os demais são essas pessoas de fora. Tendência que vem acontecendo de maneira crescente, devido às serias dificuldades de moradias no emprego nos grandes centros. Pessoas inescrupulosas vendem a baixos custos terras invadidas àquelas que veem naquele pedaço de chão com uma rocinha sua única alternativa de sobrevivência nesse país de desigualdades gritantes, exercendo uma pressão muito acentuada sobre a natureza; contudo não mais de que aqueles que tem por objetivo o veraneio, gerando danos ambientais em decorrência das intervenções praticadas para instalação de infra-estrutura de lazer. Fenômeno entendido como outro vetor de impacto sobre a natureza e sobre a cultura tradicional.

O texto expressa os anseios que o homem/mulher urbano busca nas áreas recobertas por florestas ou áreas rurais.

E no verão provavelmente você me encontrará sentado sob uma árvore, com um livro em minha mão, ou andando pensativamente em uma agradável solidão [...]

O tipo de pensamento sugerido pode somente aparecer quando surgir as grandes cidades, quando as pressões políticas e da vida burocrática tornaram atrativa a zona rural. O sentimento é romântico, no sentido de que nada tem a ver com qualquer compreensão do real da natureza, TUAN, 1974:p. 118.

A presença da ocupação de veraneio é danosa para as populações tradicionais devido às intervenções praticadas no meio natural. E o estabelecimento da delimitação territorial muitas vezes dificulta ou até impede o acesso e o uso dos recursos naturais pelos nativos. Estes ocupantes de veraneio inculcam valores alheios à cultura caipira e desvalorizam seus conhecimentos. A título de ilustração: um veranista, com a finalidade de criar peixes, represou um trecho do Rio Bonito que percorre parte do Bairro dos Paulos, em decorrência houve a diminuição do fluxo d' água, impossibilitando o manejo do monjolo utilizado para o fabrico de farinha de milho - prática secular de alimento que compõe a dieta alimentar do caipira. Ritual praticado há gerações e vivenciado por toda comunidade forçosamente interrompido, como também perdida mais uma maneira de fortalecer a cooperação mútua, além do empobrecimento da dieta alimentar.

A sujeição do caipira aos trabalhos vinculados aos veranistas também provocam alterações à cultura, pois se submetem ao trabalho assalariado, tornando-se empregados; necessariamente afastam-se das atividades domésticas vinculadas à natureza, as quais representam o seu trabalho. O agravante é quando as posses são vendidas e os nativos passam a trabalhar como caseiros, além de se afastarem

do meio de trabalho tradicional, perdem também seus 'lugares', sua identidade, porque para os nativos a terra é sua extensão, se privados dela, seu valor como ser humano é diminuído.

A criação da Reserva Estadual do Segundo Perímetro de São Roque também representou impacto às vidas dos nativos. Além da restrição legal pela criação da UC, corroborada pela aplicação do Código Florestal e a conseqüente atuação exclusiva da Polícia Florestal, que, na época, passou a coibir a extração de recursos naturais e o fabrico de carvão, provocando a venda das posses, em geral para ocupantes de veraneio, e resultando na saída de muitos nativos para lugares próximos ao parque (MELLO, 2001) para as periferias das cidades de Ibiúna e Juquitiba, ou ainda, para serem caseiros dos ocupantes de veraneio.

Outros, porém não puderam mais prosseguir no ritmo tradicional; vendida a gleba, não lhes restava senão trabalharem para o comprador, ou então procurarem emprego em alguma parte. Ao que conseguiram apurar algum dinheiro na vendas das terras, lançaram-se à atividade comercial, abrindo vendas e quitandas à beira da BR-2. O trabalho assalariado é o último recurso de que lançam mão e, neste caso, procuram emprego na estrada de rodagem, como conservadores ou que quer que seja, não conseguindo manter como assalariados no próprio sítio de que foram proprietário, ou nalgum das vizinhança. Em qualquer dos casos, não podem mais manter o ritmo de vida tradicional. Trabalham oito horas por dia e cinco dias por semana. Têm patrão e, por isso, estão impedidos de largar o trabalho a fim de participar das festas nos bairros, conforme estavam habituados, não podem mais sair de viagem, ir à cidade, visitar um parente, a não ser nos dias de folga. Um novo ritmo de vida, imposto pelo sistema diferente de trabalho que se integravam, passa a ser o seu. (QUEIROZ, 1973).

Devido às severas restrições legais, os nativos foram proibidos de acessarem aos recursos naturais de que necessitavam para se reproduzirem sociocultural e economicamente, além de privados de seus direitos, foram igualmente privados de exercerem seus costumes, sofrendo consequências sociais irreparáveis e perda de características importantes da cultura caipira.

As ideias, crenças, atitudes e valores são expressos nos produtos culturais e estão sempre relacionados com as estruturas sociais e econômicas onde o artista vive. A consciência do grupo é expressa na obra de arte. (WOLF, 1982⁵, apud MELLO, 2001, p. 60).

A introdução da agricultura extensiva, praticada temporariamente no interior da UC, representou vetor de impacto à cultura local, na medida em que os nativos se submeteram como mão-de-obra assalariada, vários deixaram suas terras, sua rotina para dedicarem-se exclusivamente à prestação de serviços.

As atividades de implantação do Parque, em 1992, também trouxeram muitas mudanças na vida dos nativos. Apesar de as terras do Segundo Perímetro de São Roque terem sido declaradas devolutas estaduais, corroborada pela edição do decreto de criação da Reserva Estadual, unidade de conservação, categoria de proteção integral, até então não havia recebido investimentos do poder público para sua consolidação. Apenas com a transformação da Reserva em Parque, os recursos passaram a ser disponibilizados, ainda que diminutos. Isso possibilitou a realização de alguns trabalhos relacionados à ocupação⁶, especialmente na transmissão de informações a cada um dos ocupantes tradicionais, ou não, sobre a condição legal da área, as restrições de uso e, sobretudo, o estabelecimento de critérios para as atividades de uso do solo, por exemplo, permitir a continuidade das atividades que já vinham sendo desenvolvidas e proibir a inserção de novas ações. Mas, muitos se sentiram invadidos, cerceados de seus direitos ou intenções.

O crescimento das cidades e o desenvolvimento de tecnologias, boas estradas, transporte, meios de comunicação variados, entre outros, encurtam as distâncias entre as cidades e as áreas rurais, intensificando o contato com a

⁵ Wolf, E. Europe and people without history. Imprenta Berkeley University of California. Press, 1982.

⁶ Por ocasião da transformação da Reserva em Parque Estadual, não se tinha conhecimento da existência de população tradicional na área, uma vez que a problemática era absolutamente ignorada pelos órgãos executivos nacionais e internacionais, resultante mais uma vez da falta de conhecimento técnico e do posicionamento ideológico, centrado apenas no valor da conservação.

população do campo, fazendo alterar, em graus variados, o sistema de relação e o modo de vida das comunidades, chegando a eliminá-las, por vezes, ou reduzindo sobremaneira as singularidades que diferenciam a população rural da urbana.

A exemplo de que aconteceu com os sitiantes de Itapecerica da Serra, registrado por FUKUI 1972, o conjunto de nativos do sertão de Ibiúna, para garantir a união do grupo doméstico e para não abandonar seus 'lugares', procurou adaptar-se às mudanças a que foram submetidos. Alguns mantiveram sua roça e a criação de animais, para garantir a subsistência. Passando a ganhar a vida prestando serviços aos ocupantes de veraneio, como empregados da CBA, como funcionários públicos do Estado vinculados ao quadro de pessoal do parque, motorista de transporte escolar etc.

O trabalho assalariado faz aumentar a importância da família nuclear independente, por outro lado, a influência exercida pela família extensa à parentela fica desestruturada, ou seja, os laços parentais enfraquecem e surge a tendência à individuação.

No passado, existiam muitos bairros em áreas que hoje é o PEJU; na atualidade, constata-se que apenas uma família mantém viva a cultura caipira, é o bairro *lócus* para o exercício da reciprocidade, da transmissão de conhecimentos tradicionais. A persistência continua. Talvez mantenham-se unidos, devido à manutenção das terras, que permite a existência do bairro e de todas as atividades a ele associadas: a reprodução sociocultural e econômica, as relações de reciprocidade, a aprendizagem das gerações mais novas e a substituição da religião católica pela protestante, para suprir a carência do representante da igreja católica, porque o rito unifica e fortalece a cultura.

A prática sistematicamente do rito, com todos os seus detalhes, alimenta e mantém a cultura – mas a prática do rito deve vir acompanhada de conhecimento e valorizar para ser legitimado. (BRANDÃO, 1983, p.43).

Apesar das perdas simbólicas e territoriais que precisam ser cuidadosamente avaliadas pelos nativos, estudadas pela academia e pelos órgãos de pesquisa, entende-se que a transformação da reserva em parque, com o objetivo de assegurar, através de instrumento regulatório, a proteção dos recursos naturais exclusivamente, tendo em vista o absoluto desconhecimento sobre a problemática ‘população tradicional’, por ocasião da mudança de categoria de manejo, visto que a questão ‘ocupação em parque’ era um assunto ignorado. Entende-se que por ação indireta o órgão executivo, devido à competência e sensibilidade da gestora da UC em perceber que naquele mundo de mata e de ocupações, tinham alguns lugares que possuíam uma paisagem muito singular (Foto 2), diferenciando-se, e muito, das demais ocupações fato que gerou a possibilidade de proteger em parte a população caipira do Jurupará, na medida em que minimizou sobremaneira outros interesses de uso para a área abrangida pela UC e região. Pois é crescente a implantação de sistemas de fixos⁷, fronteira agrícola, especulação imobiliária, crescimento das cidades etc – os quais são apontados como as principais causas do desaparecimento dos saberes tradicionais.

⁷ A duplicação da Rodovia Regis Bittencourt - BR 116 -, cujas atividades foram iniciadas em 1998, gerou o aumento da pressão sobre a UC, no que se refere às ocupações irregulares, atividades de visitação desordenada, extração de produtos florestais e outros usos indevidos, cabendo ressaltar que os recursos financeiros despendidos por força da Resolução CONAMA 02/96 e Decreto Federal nº 95.733/88, não foram suficientes para contrapor os vetores de degradação. Situação semelhante vem ocorrendo com relação a duplicação da Rodovia Raposo Tavares-SP 270, como pode ser observado na figura abaixo, na qual fica demonstrado que o PEJU encontra-se insulado por estas Rodovias, pois este tipo de empreendimento representa o mais impactante vetor de degradação das áreas naturais. Transporte de derivados de petróleo, torres de rádio), bem como à ocupação clandestina das encostas da Serra do Mar, configura ações de invasão, insulação e seccionamento dos Parques e Estações Ecológicas localizados na Serra do Mar e Litoral Paulista. Nesse contexto, os principais vetores de degradação ambiental incidentes sobre o PEJU, se consolidam a partir: i) da Rodovia Raposo Tavares- SP-270 junto ao planalto na porção norte da unidade; ii) da Rodovia Regis Bittencourt, Br-116 na porção sul da unidade e iii) das rodovias de ligação entre as rodovias Raposo Tavares e Régis Bittencourt. COSTA NETO; apud HERCULIANI; et all. 2.004: p.20.

“Se num fosse a reserva aqui num tinha um pedaço de pau”. (*Lindolfo, 3/2009*).

Foto 2 – Bairro dos Paulo: organização típica da cultura caipira, atualmente uma das mais conservada na área do Parque.
(Autor: C.M.Santiago)

Os nativos mais vinculados aos seus lugares resistiram fortemente às pressões de ordem econômica, principalmente. Mantiveram-se e, em parte, ainda se mantêm no interior da UC, contudo não são todas as famílias que possuem um vínculo muito estreito com a natureza, essa característica fica facilmente evidenciada apenas por observar as paisagens criadas mais recentemente, os cuidados dispensados com seus lugares por algumas famílias.

Nesse sentido, Moraes, 1995, observa que apenas a ação regulatória do Estado controla ou impede a implacável incorporação dos lugares à economia de mercado. As leis representam os principais mecanismos das políticas públicas (GUILLAUMON, 2002); este “disciplinamento” - criação de porções ambientalmente

significativas por meio da instituição de decretos - é extremamente necessário, contudo deve ser resultante de estudos que culminem em planejamento e na implementação de programas/planos intersetoriais, vinculados às questões ambientais e outras, tais como, saneamento, produção de água, licenciamento, educação, saúde, agricultura. Ainda é importante que sejam consideradas as temporalidades de curto a longo prazo e as escalas local, regional e nacional, e que seja garantida a participação legítima dos diversos setores da sociedade e, sobretudo, das populações tradicionais.

Diversos eventos ocorridos no sertão de Ibiúna contribuíram para mudar a vida dos nativos, para a perda de seus lugares e para o enfraquecimento da identidade cultural da população tradicional. Era uma população grande, muitos espalhados pelos diversos bairros. Grande parte migrou para a periferia de Ibiúna e Juquitiba, tantos outros morreram como Dona Julia, Catarina e vários outros (Foto 3). Parte ainda vive em “sítios dos de fora”, porque perderam seus lugares e poucos estão nos lugares onde nasceram, em terras onde seus ascendentes firmaram posse. O sentimento que parece ter ficado é o de insegurança com relação ao amanhã, mas aqueles que ainda vivem em comunidades, em terras ancestrais, parecem estar mais fortalecidos.

Quando começou chegar pessoas de fora aqui? “Começo em 78, vendendo a terra com a reserva. Vendo de medo de perdê a terra. O pai não quis vendê porque se vendesse ia ficar pior ainda, como ia morá, como ia se dos outro”. Lindolfo Paulo Domingues, 60 anos 03/2009

Foto 3 : Catarina Maria de Jesus, carregando pau caído.
(falecida)
(Autor: S. Herculiani Outubro/1993)

1. 3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Ao longo dos anos um conjunto de fatores associados tem contribuído para as perdas de traços culturais pela população caipira do PEJU. Na atualidade percebe-se certa desvalorização dessa vida rústica pelos mais jovens, tendo em vista que muitos deles não tem se apropriado dos conhecimentos de seus ascendentes, pais, avós, pouco sabem da vida dos antigos.

[...] a cultura se identifica com o próprio modo como é produzida a existência humana. Daí seria impossível a cultura sem o homem da mesma forma que é impossível o homem sem cultura. No processo de autoproduzir-se o homem reproduz a cultura, isto é, se objetiva em instrumentos a existência humana e idéias mediatizados pela técnica [...]. A essência da cultura consiste no processo de produção, conservação e reprodução de instrumentos, idéias e técnicas. (SAVIANI 1985, p.123).

Por um lado uma rica cultura e por outro sinais de desapego pelos mais novos tornou-se então uma inquietação razão porque resolvi percorrer os modos de reprodução sociocultural através da educação na família e conhecer a educação formal e a não formal que recebem as crianças e os adolescentes. E o que querem para si? E seus pais o que vislumbram para seus filhos? E o poder público qual é sua responsabilidade diante desta situação, tendo em vista que a unidade de conservação incorporou seus lugares, a população tradicional é protegida por normas federais e seu conhecimento imaterial é resguardado por Convenção Internacional.

Apesar dos diversos eventos ocorridos que contribuíram para a desorganização das famílias caipiras, várias delas em um movimento de resistência se mantiveram em seus “lugares”, nos “lugares” de seus antepassados, onde fincaram raízes e continuaram a formar suas identidades. Outras famílias por força das circunstâncias migraram para áreas também dentro da UC, e lá também se mantêm. As famílias tiveram que realizar arranjos variados dependendo dos sentimentos, alguns de muita insegurança; e as necessidades que cada qual portava. Parte deles decidiu por ficar e fazem parte desta nossa história.

A posição de resistência adotada pelos nativos vem carregada de subjetividades sobre o seu “lugar”, categoria analítica que para TUAN, 1985 pode ter representações em escalas diversas, como a casa, o bairro, cidade, os quais são revestidos de elementos simbólicos, de identidade e de sentimento de pertencimento

– sentimento este que abrange não apenas o “lugar”, mas também as pessoas, objetos entre outros.

O mar, a montanha, e a mata na paisagem vivida pelas comunidades têm significados diferentes. A paisagem visualizada no modo de vida dos pescadores fundamenta-se numa concepção de território, visto aqui na dimensão material e imaterial e a natureza é lugar e território FURLAN, 2000, p.333

O amor pelo lugar é permanentemente revitalizado, através do resgate de memórias de modo individual e coletivo é também através delas que se forma o vínculo com natureza.

O apego a terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza por que ganham a vida com ela.Para o trabalhador rural a natureza forma partes deles – e a beleza, como substância e processo da natureza pode se dizer a personifica. Esse sentimento de fusão com a natureza não simples metáfora, os músculos as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A toponímia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato que a terra é um repositório de lembranças e matem a esperança. A apreciação estética está presente mas raramente é expressada.(TUAN, 1985 p. 111)

A geografia humanística permite explorar situações, valores e práticas com base na visão de mundo dos moradores, ou seja, a valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos para com o seu ambiente. Fica evidenciada a necessidade de uma pesquisa que se sustente no saber e no sentir dos nativos os quais atuem nesta como sujeitos, requerendo posturas que possibilitem descrever, compreender e interpretar os elementos que se apresentam à percepção.

Com o conhecimento e análise dos sentimentos e expectativas que revestem a vida dos nativos e do seu clã, vislumbra-se a necessidade de considerar a percepção destas pessoas no que tange ao significado de morar dentro de uma UC, quais são seus anseios futuros, inclusive para as crianças e jovens.

O meio ambiente natural e a visão de mundo estão estreitamente ligados: a visão do mundo, que não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo. Nas sociedades não tecnológicas o ambiente físico é teto protetor da natureza e sua miríade de conteúdos. Como meio de vida, a visão de mundo reflete ritmos e as limitações do meio ambiente natural TUAN, 1985p. 129.

Somente uma leitura interiorizada do homem pode nos permitir compreender sua organização espacial, seus valores, bens e mitos inerentes a um mundo subjetivo. Este mundo é construído pela troca de significações, considerando o fato cultural como portador de sentido e gerador de significados, NIETSCHE ET AL, 2006.

Para o desenvolvimento deste estudo foram envolvidos por amostragem chefes das famílias tradicionais moradoras na UC com o objetivo verificar as atividades por eles exercidas bem como por seus filhos e filhas no cotidiano da família caipira, e quais são suas expectativas relacionadas ao futuro de seus descendentes. Para tanto utilizamos como instrumento de coleta de dados utilizado o questionário (anexo 1).

Com o uso de um roteiro de entrevista aplicado junto aos jovens e crianças, buscou-se conhecer a rotina diária relacionadas as atividades cotidianas no sítio e na vida de estudante, o vínculo com a cultura e o que desejam para o futuro, (anexo 2).

Por estarem em permanente contato com as crianças nativas e não nativas entendeu-se ser importante conhecer como se realiza e em que condições o ensino formal nas escolas localizadas no interior do Parque, para tanto utilizou-se um

roteiro de entrevista aplicado com as professoras, e avaliação dos recursos pedagógicos, livros apostilas, estrutura física das escolas, (anexo 4).

Na atualidade a obtenção de resultados junto ações de intervenção especialmente aquelas que tratam de questões de ordem social, as parcerias são condição de obtenção de resultados profícuos, desse modo foram entrevistadas as representantes da Secretaria da Educação de Ibiúna com a utilização de roteiro de entrevista, (anexo 3).

A aplicação de questionários teve por objetivos mensurar o número de nativos, idade, sexo, escolaridade, atividade profissional; e expectativas da família em permanecer ou não na UC; expectativas com relação a trabalho e educação dos filhos/as; a reprodução sociocultural familiar; dificuldades enfrentadas e atividades caipiras ainda exercidas. Informações essenciais a intervenções científicas atuais e futuras.

A identificação dos nativos se deu através do conhecimento dos próprios caipiras, que resultou em uma listagem de quarenta e três chefes de família, sendo pesquisados vinte e quatro chefes de família (mapa/relação anexa), como chefe de família entende-se o indivíduo que responde pelas questões gerais da família que no geral é o homem. A escolha dos entrevistados seguiu a lógica da localização por bairro tendo sido visitadas oito localidades distintas, quais sejam, Campestre, Laurindos, Pocinho Oito e Meio, Ribeirão Grande, Dois e Meio, destes apenas dois constituem bairros: o Rio Bonito que tem população tradicional e ocupações de veraneio e os Paulos onde vivem apenas as famílias caipiras.

Relação de moradores nativos identificados no P.E. Jurupará

- 1- Adão Anselmo Domingues
- 2- Adelino A. de Moraes
- 3- Ana da Silva
- 4- Andrea Fernandes da Silva
- 5- Anísio Antonio de Moraes
- 6- Antonia da Silva
- 7- Aparecido Domingues
- 8- Catarina Domingues
- 9- Catarina Maria de Jesus raeina
- 10- Catarina Paulo Domingues
- 11- Cleusa Domingues
- 12- Decio Paulo Domingues
- 13- Durval Anselmo Domingues
- 14- Domenico Antonio de Moraes
- 15- Edivald Paulo Domingues
- 16- Edvaldo Ansemo Domingues
- 17- Eugenio Antonio de Moraes
- 18-6Euvarino A. Moraes
- 19- Helena de Moraes da Silva
- 20- Helio Paulo Domingues
- 21- Isabel da Silva
- 22- Isaias Anselmo Domingues
- 23- Jair Francisco Pereira
- 24- Jorge Domingues da Silva
- 25- José Alves da Silva
- 26- Jose Antonio Pereira
- 27- Juraci Antonio de Moraes
- 28- Juvenal Alves da Silva
- 29- Leonil Anselmo Domingues
- 30- Lindolfo Paulo Domingues
- 31- Luiz Antonio Pereira
- 32- Maximino Pereira de Oliveira
- 33- Moacir Domingues
- 34- Nadir Paulo Domingues
- 35- Nelson Antonio da Silva
- 36- Paulo da Siva
- 37- Pedro Rosa
- 38- Regiane Anselmo Domingues
- 39- Rivaldo Alves da Silva
- 40- Rivelino Antonio de Moraes
- 41- Rosaria Pereira de Oliveira
- 42- Terezinha Maria da Dores
- 43- Vicente Antonio Pereira

1. 4 OS NATIVOS: QUEM SÃO, O QUE SENTEM E DESEJAM

A população nativa é composta por trinta e dois adultos, oito adolescentes, dezesseis crianças e doze idosos a pessoa mais idosa tem setenta nove anos e a mais nova tem três meses. Quanto às atividades econômicas exercidas pelos homens são de pedreiro, trabalhador braçal, arquivista⁸, caseiro, ajudante de limpeza, roceiro, mecânico, motorista, comerciante e aposentado. As atividades praticadas pelas mulheres são prendas domésticas, roçeira, capina, horta, trato de animais, faxineira, confecção de artefatos (esteiras, balaios etc.); pelos filhos crianças e adolescentes roçar, cuidar da horta, rastelar, limpeza do terreiro, trato dos animais; pelas filhas prendas domésticas, horta, trato dos animais e para aquelas cujos pais são caseiros ajudam as mães nas atividades vinculadas à casa do patrão, como eles dizem; os idosos também participam de tarefas junto às famílias. Quanto a detenção da posse de terra, quinze nativos vivem na posse dos ancestrais e nove moram em posse de ocupante de veraneio, contudo tem parentes próximos com detenção de posse das terras antigas. Vinte seis são nascidos em Ibiúna e um de Sorocaba. Apenas um adulto com menos de 50 anos não fez escola. Todas as crianças em idade escolar freqüentam a escola e os jovens todos são escolarizados atingindo o segundo grau.

A família caipira representa uma unidade básica de reprodução sociocultural e econômica, é composta pela família nuclear, pais e filhos, e a parentela, avós, tios, primos etc. Nela são estabelecidos laços de solidariedade e ajuda mútua é, portanto, entendida como um sistema de relações internas e externas, baseado num princípio

⁸ Trata-se de Edvald Paulo Domingues de 23 anos com segundo grau completo que trabalha de arquivista de projetos técnico-científicos desenvolvidos pela empresa de consultoria GAIA Ambiental, localizada em Bertioxa. Ele permanece três semanas do mês trabalhando fora de casa e uma semana fica no interior da UC.

de residência (FOSTER, 1962). Hoje apenas uma família vive em bairro com peculiaridades próprias, diferenciando-os dos demais lugares. Cada bairro possui uma paisagem única, singular, resultado dos processos naturais e culturais nele imprimidos. Outras famílias vivem em casas isoladas constituída apenas pelos pais e filhos as vezes algum agregado e tem aquelas que vivem em ocupações de veraneio trabalham como caseiros ou trabalhadores braçais. Indistintamente onde vivem todos possuem um vínculo grande com o lugar (Tuan, 1974). São pequenos mundos, expressado nos artefatos por eles produzidos a partir das relações familiares comunitárias, ou seja, os lugares dependem das emoções daqueles que lá vivem e se relacionam. São formados ao longo do tempo e está em permanente mudança, visto que a cultura é um processo e não um dado.

Todos adultos entrevistados desejam permanecer onde moram, na área abrangida pelo parque, contudo desde que se mantenham empregados. O assunto trabalho é o mais recorrente, a preocupação é a empregabilidade deles próprios como também com relação aos mais novos. Trabalho é apontado como a maior dificuldade encontrada pelas famílias, seja com relação a privação pela falta de recursos financeiros bem como sobre as perspectivas reais para seus ascendentes, pois temem que seus filhos deixem o lugar onde vivem. As famílias cujos filhos são adultos apenas três os filhos continuam na área hoje parque.

(Jorgina, 09/2009) Gosto de morá aqui, so nacida e criada, a vida toda cu Jorge e os fio, é ruim quando fica doente o carro num sobe[...] Se tivé ganho dá para ficá, sinão tem que saí, por que nu tem jeito precisa só pra comer pros filho e pra mim, o Jorge já foi [...]

O medo de perder sua fonte de renda tem base real, pois os nativos enfrentaram fases econômicas muito difíceis de grande privação alimentar,

principalmente na fase da produção de carvão em que o trabalho era intenso restando pouco tempo para dedicarem-se às roças. As famílias mais numerosas podiam contar com os braços da mulher e das crianças, já os adolescentes homens trabalhavam com o carvão para ajudar o pai, contudo tinham famílias que não dispunham desta ajuda.

Os pais desejam que seus filhos estudem e que tenham emprego dentro da área abrangida pelo parque ou nas imediações, mas sabem das dificuldades reais e temem a ausência dos filhos. Mas há casos em que os filhos têm residência fora e são bem sucedidos e os pais se sentem orgulhosos por isso.

O temor também está naqueles que moram em posse de veraneio possuindo certa estabilidade empregatícia. Com a regularização fundiária da UC, eles não têm noção de que pode ser de suas vidas e de seus dependentes. Advogam pela tolerância do Estado para que seja permitida a permanência dos ‘patrões’, sua fonte de subsistência, ou que o Parque deveria oferecer trabalho para todos quando as posses dos veranistas forem reintegradas, já que as terras são devolutas; [...] *o governo devia dá emprego pra nós, (Anísio 09/2008); [...] os que saíro foi por causa de emprego (Vicente,02/2008; [...] todos saíro porque num tinha serviço [...] (Terezinha, 02/2008).*

Não são capazes de indicar atividades possíveis de serem executas no interior da UC que lhes garantam rendimento, pois as alternativas são praticamente nulas, tendo em vista as restrições das atividades de uso do solo. Vislumbram apenas como possibilidade remota emprego nas Usinas Hidrelétricas da Companhia Brasileira de Alumínio. No entanto, estão presenciando a redução dos quadros da CBA a cada ano.

Destacam-se aqui dois pontos o primeiro é o desconhecimento das leis que os protegem, especialmente com relação ao direito de manterem as condições de vida enquanto a regularização fundiária não estiver solucionada, ou seja, moradia, alimentação, extração de recursos etc, sendo que esta informação deve ser levada a eles pelo órgão executor. O segundo ponto refere-se ao desconhecimento sobre o valor dado pela população urbana à seus conhecimentos e à seus produtos, ou seja possibilidade rendimento com as atividades tradicionais.

Aqueles pais que têm filhos que moram fora do Parque, mas que recebem 'visita da família' ficam menos sensibilizados, mas têm pessoas mais velhas que há anos não veem os filhos falam com muita emoção (Foto 4).

A fala acima é um exemplo de como os nativos adultos e idosos se referem ao sertão, fica evidenciado o vínculo que muitos têm com os seus lugares, todos entrevistados, como dizem os mais velhos: *nascemo fumo criado aqui*. Ficam por horas a fio relembando os tempo dos antigo, como era a vida em família, os ensinamentos aprendidos e ensinados, as festas, e também as dificuldades enfrentadas, com relação a transporte e saúde e inclusive o tempo da guerra.

[...] minha filha vem os otro não. É longe, fica caro, é num dá. Uma veis alugaro uma perua e viero tudo eles, meus filho, meus neto, foi no natal, mas já fais uns deis ano. Quando dé de novo eles vem. Eles qué que eu vo prá lá, mas nun custumo, como saí desse pedacinho parece o céu aqui [...]
(Terezinha,02/2008)

Foto: 4 Terezinha Maria das Dores
(Autor: S. Herculiani 02/2008)

Cada geração passa por um processo de aprendizagem no qual assimila a cultura de seu tempo e se torna apta a enriquecer o patrimônio cultural das gerações futuras. É nesta capacidade que temos de perpetuar a cultura que reside a possibilidade de progresso. Todo progresso é resultado de uma síntese de elementos novos com elementos já adquiridos. Uma cultura não pode sofrer uma quebra de continuidade entre uma e outra geração. Por mais viva e inventiva que seja uma cultura, as gerações não rompem inteiramente com seu passado. (OLIVEIRA, 1995).

É através das relações afetivas e pelo trabalho que são formadas identidades, na realização das práticas diárias que naturalmente esse processo acontece e perpetua-se de geração em geração, sendo que as gerações mais novas incorporam um rol de conhecimentos novos e transforma os elementos da cultura.

Quanto aos adolescentes é necessário realizar algumas considerações relativas a essa fase da vida, devido as possíveis implicações nas entrevistas. Primeiramente os adolescentes se sentem pouco a vontade para conversar, suas frases são curtas, características típicas da fase que estão vivenciando. Têm dificuldades de realizarem planos, pois sua identidade ainda em formação dificulta o processo de escolhas, *se eu não sei o que sou como posso saber o que vou ser quando for adulto/a*. Os adolescentes do sexo masculino demonstraram ser mais amadurecidos, talvez por serem mais exigidos com relação as atividades de subsistência familiar e organização/manutenção do lugar onde vivem, ou mesmo com relação aos trabalhos realizados para ajudar o pai, especialmente quando vivem e trabalham em ocupação de veraneio.

A maior parte deseja permanecer no lugar onde nasceram e onde vivem, observa-se o vínculo afetivo (Foto 5). Não indicam possíveis atividades profissionais dentro do Parque além daquelas que já executam. Dois adolescentes irmãos trabalham para ocupante de veraneio para contribuir com o rendimento familiar, são responsáveis pelo rebanho de caprinos, mas continuam estudando. Alguns entrevistados cujos irmãos moram e trabalham fora da UC, veem em última instância esta possibilidade.

Desejam continuar estudando até concluir o segundo grau, quanto a continuidade dos estudos manifestam dificuldades de locomoção e de recursos financeiros para que isto ocorra, não sendo mencionado curso algum. É recorrente assunto energia elétrica para terem acesso a televisão e ao computador, as escolas onde estudam não oferecem este recurso, tão almejado. A televisão está presente em poucas casas e seu funcionamento se dá a bateria, assistem filmes, futebol e programas de variedades.

Cada geração passa por um processo de aprendizagem no qual assimila a cultura de seu tempo e se torna apta a enriquecer o patrimônio cultural das gerações futuras. É nesta capacidade que temos de perpetuar a cultura que reside a possibilidade de progresso. Todo progresso é resultado de uma síntese de elementos novos com elementos já adquiridos. Uma cultura não pode sofrer uma quebra de continuidade entre uma e outra geração. Por mais viva e inventiva que seja uma cultura, as gerações não rompem inteiramente com seu passado. (OLIVEIRA, 1995, p.93).

Foto:5 Rudimar Alves da Silva
Autora: S. Herculiani 03/2008)

Assim, as atividades seguem a divisão do trabalho com base na idade e no sexo de cada membro da família, ou seja, adultos homens, mulheres e jovens. As crianças apenas auxiliam de acordo com as diversas categorias de trabalho: doméstica, agrícola, transformação e extrativismo. O trabalho dos nativos resulta de

uma aprendizagem de pais para filhos e de toda a parentela. Durante a infância, a aprendizagem do trabalho significa ajuda.

Quanto as adolescentes todas contribuem com os afazeres domésticos. Aquelas que o pai é empregado de ocupante de veraneio *quando o patrão vem ajuda a mãe a servi eles*. Aquelas cujas famílias têm maior estabilidade financeira desejam continuar os estudos, mas não souberam dizer qual são os interesses profissionais. Duas delas disseram que desejam fazer o curso de biologia, quando perguntado por que desta pretensão responderam que *é legal estudar as árvores e os bichos*. Mas há de se considerar que estas adolescentes são filhas de funcionários do Parque, e são elas também que têm maior envolvimento com técnicos e pesquisadores (foto 6). Talvez tenham ainda uma visão minorada quanto às possibilidades de estudos vinculados ao lugar onde vivem sem que seja necessariamente na área de biológicas. As adolescentes também desejam televisão e computador. São poucas famílias que têm acesso a televisão, e o programa predileto é a novela, não foi identificada a existência de computador em nenhuma casa.

Nossa percepção é que os adolescentes possuem um vínculo maior com o lugar onde vivem, contam histórias de acontecimentos, parecem mais familiarizados com o sertão. Já algumas moças são visíveis a absorção de valores característicos urbanos, nas vestimentas e na fala. Uma delas manifesta o desejo de morar fora da UC, em uma cidade como Ibiúna, quando perguntado se trabalharia na cidade respondeu que sim de forma convicta, mas não soube responder em que trabalharia. Mas a maior parte deseja ficar com os pais. Portanto, os adolescentes de ambos os sexos não têm clareza sobre o que desejam em termos de profissionalização, traço característico nesta faixa etária.

Foto 6: Ana Claudia Domingues e Solange Domingues
(Autora: S. Herculiani setembro 2008)

[...] Isso eu já achei diferença. Depois que começou a estudar já tem algumas coisas que ela não se interessa mais (Julinda, agosto 2009).

As adolescentes contribuem na realização das atividades domésticas em sua maioria, exclusivamente outras fazem trabalhos manuais como crochê e reutilização de materiais reciclados, apenas duas que fazem artefatos tradicionalmente utilizados pelos caipiras por necessidade familiar.

Quanto às crianças meninos e meninas são os que mais acompanham os pais e a parentela, se envolvem em todos os trabalhos, roça, horta, extração de recursos, pescaria, trato de animais etc, portanto ajudam na lida da família são os momentos do saber-fazer e da transmissão oral dos saberes. São considerados momentos de lazer e a natureza faz parte da brincadeira, (foto 7).

Foto 7: Jéssica da Silva, brincando com um grilo
(Autora: S. Herculiani - Março /2008)

As crianças vivenciam uma infância que une elementos que as preparam para assumir no futuro os bens e o trabalho da família, portanto os filhos são vistos como herdeiros e força de trabalho. Dessa forma, todos os aspectos constitutivos desta infância visam garantir a preparação das crianças para a inclusão no processo econômico e sociocultural da comunidade, assegurando assim a perpetuação da comunidade – são as aspirações dos pais e avós.

Nóis temo que futurá pra eles, (crianças e jovens) pra vive bem aqui. Eles tem que aprende a lida da roça, as coisa do mato, todo o trabalho pra continuar vivendo aqui. Aprender igual nós aprende. (Julinda 03/2008).

A transmissão cultural realiza-se oralmente e através do fazer juntos, é assim que faz circular o conhecimento, o exemplo constitui a principal técnica de socialização das crianças nas populações tradicionais, (QUEIROZ, 1967). Na roça, na casa, na mata, as crianças realizam trabalhos sob a supervisão dos mais velhos, inclusive dos irmãos de mais idade, este é o meio de transmitir de geração a geração os saberes acumulados, as tecnologias patrimoniais.

Quando estão na faixa dos doze anos já possuem responsabilidades definidas, os horários para que sejam realizadas dependem dos horários da escola. E aos finais de semana seguem da mesma forma, especialmente os meninos. Criança fazendo quirela para alimentar os pintinhos (8e 9).

Foto 8: Alessandro D. da Conceição: Preparando a quirela para alimentar os pintinhos.
(Autora: S. Herculiani - Novembro/2008)

Foto 9: Alessandro D. da Conceição: Alimentando os pintinhos.
(Autora: S. Herculiani - Novembro/2008)

Aqueles que estudam a tarde pela manhã tratam dos animais, rastelam o terreiro, ajudam na horta, isto os meninos. As meninas no geral contribuem com as atividades domésticas os menores mais aos finais de semana.

Cada geração passa por um processo de aprendizagem no qual assimila a cultura de seu tempo e se torna apta a enriquecer o patrimônio cultural das gerações futuras. É nesta capacidade que temos de perpetuar a cultura que reside a possibilidade de progresso. Todo progresso é resultado de uma síntese de elementos novos com elementos já adquiridos. Uma cultura não pode sofrer uma quebra de continuidade entre uma e outra geração. Por mais viva e inventiva que seja uma cultura, as gerações não rompem inteiramente com seu passado. (OLIVEIRA, 1995, p.93).

Para Brandão (1985) os processos e situações de aprendizagem do saber transmitidos de geração a geração acontece de forma intencional, não são situações espontâneas, e sim dirigidas, pois na cultura camponesa ocorrem inúmeras maneiras com as quais os pais e a parentela efetivam o processo de aprendizagem com as crianças e jovens. Os mais velhos transmitem os conhecimentos relativos ao trabalho e a cultura, exercendo juntos as atividades cotidianas. A prática ocorre “por imitação”. *“A Antropologia insiste em reafirmar, há regras, princípios e iniciativas cuidadosamente dirigidos a que a situação ritual ou de trabalho, seja também intencional e sistematicamente pedagógica”*. Portanto é o lugar em que vivem que determina a particularidade da infância da criança nativa, a natureza é seu cenário, as árvores, o rio, os animais são também seus brinquedos. O sítio é onde acontecem as experiências, lugar do afeto e das expectativas, em que o aprendizado é incorporado nas práticas coletivas que são, em si, educativas e lúdicas, sendo integradas no processo de educação das crianças.

A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tornaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados do passado, mas não a memória. (BOSI, 1994, p. 73).

Excluir uma criança do trabalho em uma comunidade tradicional é semelhante a excluí-la de toda a organização social, uma vez que esta repousa no trabalho familiar. Assim sendo, a participação nas atividades rotineiras praticadas pelos adultos é um fator determinante à infância⁹. Essa participação torna-se cada vez mais efetiva com o passar dos anos, alcançando seu ápice na juventude e

⁹ A educação forma a personalidade do indivíduo médio e o prepara para viver a cultura: é pela educação que a gênese da cultura se opera no indivíduo. Pode-se descrever a cultura mostrando como o indivíduo a assimila e como ela nele se constitui à medida em que ele a vai assimilando. Isto porque a educação é, ao mesmo tempo, uma instituição que o indivíduo encontra e o meio que ele tem para encontrar todas as instituições, Mikel Dufrenne, *La personnalité de Base*, (Brandão 1985).

perdurando por toda a vida, tanto para homens como para mulheres. As crianças desenvolvem uma série de tarefas domésticas no âmbito da casa e em seus arredores. Todas essas tarefas são fundamentais para a infância, uma vez que fazem com que as crianças tornem-se disciplinadas, responsáveis e desenvolvam sentimentos em relação as coisas e pessoas. A educação realizada pela família desde cedo e que segue pela vida afora dá todos os conhecimentos necessários para viverem de maneira satisfatória nos bairros. Para Brandão (1983), a aquisição do saber é trabalho na comunidade caipira; *aprender* é um processo ativo, motivado, um trabalho voluntário; algumas vezes em outras pode ser uma imposição familiar.

Raras são as memórias de um pai que ensinasse o filho algum segredo do trabalho de lavoura ou criação fora de uma situação direta de trabalho comum. (BRANDÃO, 1983, p.16)

É de extrema importância que as crianças acompanhem seus pais e a parentela nas atividades do sítio, entre uns e outros afazeres rotineiramente, para que tenham a oportunidade de despertar o “dom” e se tenha a possibilidade em dar continuidade às características culturais caipira, pois cada membro da família tem seus próprios dons lastreados em suas características individuais, com liberdade de fazer, refazer e experimentar nascem os mestres e o conjunto de mestres colaboram entre si para o desenvolvimento da comunidade.

[...] ao estudar a vida familiar do caipira paulista destaca a companhia constante das crianças junto aos seus pais com fins de aprendizagem. Desde pequenos os filhos acompanham os pais, familiarizando-se de maneira informal com a experiência destes: técnicas agrícolas e artesanais, trato dos animais, conhecimentos empíricos de várias espécies, tradições, contos, código moral. (CANDIDO, 1975, p. 249)

Na vida da criança caipira podemos observar três elementos importantes que estão inter-relacionados: a escola, a aprendizagem dos trabalhos da família caipira e o contato permanente com a natureza, que também é seu brinquedo. A vivência das crianças é repleta de peculiaridades muito rica em experiências práticas, bastante distintas daquelas do meio urbano. Os nativos são preparados desde a primeira infância para o trabalho e aprendem conteúdos e valores¹⁰ característicos da cultura caipira, é o imitar o saber-fazer.

Unanimemente as crianças gostam de onde moram, sentem-se felizes, ainda são muito apegados aos pais e aos avôs.

Através da escola estabelecem comparações com a vida que possuem e ambicionam a televisão, fonte de estímulos ao consumo, conforme transcrição parcial da entrevista, com o Alessandro D. da Conceição (agosto/2009).

Eu? Treze anos, estudo nos Barnabé, na sexta série. De manhã? De manhã faço a quirela e trato deles (pintinhos), ah acordo as sete horas da manhã. Eu rastelo, tiro as folha daqui , roço o mato, ajudo meu vô plantá a roça de milho, feijão. Eu gosto de faze essas coisa. Gosto de estudá. Eles (os meninos da escola) são diferente... as coisa que eles conta ... porque eles assiste televisão. Eu gosto de assisti desenho e jogar bola, jogo na escola, aqui não num tem bola. Se tivesse (bola) jogava com as menina. Eu quero ser professor educação física. Gosto de morá aqui com os meu avô, quero ficá aqui. (Aparecido 03/2008).

Em entrevista com uma mãe ela diz que as crianças brincam se divertem e ajudam os pais, tratam das galinhas recolhem os ovos, mas sem a obrigação de fazer, ainda por serem pequenos (sete e dois anos) e aponta que só não participam mais da rotina familiar devido a televisão, [...] *os menino não ajuda mais por causa da televisão,(Alessandra, 03/2009).*

¹⁰ A construção de um sistema de valores se dá a partir das interações que a criança estabelece com o mundo e consigo mesma, desde o nascimento, e que tais valores são resultados da projeção de sentimentos positivos sobre objetos, pessoas, relações e sobre seus próprios pensamentos e ações, ARAUJO & PUIG, 2007.

A relação com a natureza é condição para a reprodução sociocultural da população caipira, o acesso e uso aos elementos naturais permite-lhes o conhecimento para aqueles que não sabem e o enriquecimento do conhecimento para aqueles que já sabem. Com as intervenções na natureza vão deixando suas marcas físicas e emocionais nos lugares por onde ficam e passam, vão caracterizando a paisagem com a sua cultura.

Depreende-se que as crianças participam da vida familiar mais que os adolescentes, exatamente como na zona urbana. Na adolescência passam a não valorizar as coisas dos mais velhos, pois estabelecem comparações com o estilo de vida urbano, em especial as moças. Mas como comparar o incomparável. Ainda não possuem os conhecimentos necessários sobre o que pensa a humanidade, acerca dos conhecimentos que seus ascendentes (foto 10) portam, e que estes saberes são protegidos pelas convenções internacionais. Este trabalho ainda precisa ser realizado e como muita urgência.

O Patrimônio Cultural Intangível ou Imaterial compreende as expressões de vida e tradições que comunidade, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes. Apesar de tentar manter um senso de identidade e continuidade, este patrimônio é particularmente vulnerável uma vez que está em constante mutação e multiplicação de seus portadores. Por esta razão, a comunidade internacional adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível em 2003 UNESCO.

A população nativa amostrada vivendo no PEJU está como uma composição reduzida, trinta e dois adultos, oito adolescentes, dezesseis crianças e doze idosos. Se não houver uma intervenção com e para a manutenção da comunidade, no sentido de resgatar costumes anteriormente realizados, transmitir os saberes para crianças e adolescentes, em anos esta população estará extinta e com ela saberes

preciosos e um jeito sábio de viver, que a humanidade está a busca desses conhecimentos que estão tão perto de nós.

Foto 10: Isaias A. Domingues: extraindo semente de jussara
(Autora: S. Herculiani – Março 2009)

2 . A ESCOLA E AS IMPLICAÇÕES SOBRE O MODO DE VIDA DAS CRIANÇAS E JOVENS NATIVOS

2. 1 A FUNÇÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender - e - ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1981 p. 7).

Através da educação são transmitidos para a criança os modelos de comportamentos predominantes na sociedade, transferidos por meio do contato direto com os pais, parentes, amigos, escola, entre outros. A criança assimila tais padrões imitando o adulto - identifica-se com ele e, também, sofre pressão social no caso de haver desvios de comportamento. A criança então aprende o que é certo e errado, o que pode ou não fazer é, portanto condicionada a externalizar e internalizar seus sentimentos diante das situações vivenciadas e a observar os padrões sociais de respeito às normas, (BOURDIEUR, 1975). Mas esses modelos sociais de comportamento não são apreendidos por todas as crianças da mesma forma, uma vez que são educadas em meios sociais diferentes - cada qual, com sua singularidade, busca seus objetivos, com uma organização interna específica, elaborando seus próprios padrões de comportamento (grupos religiosos, culturais, sindicais, esportivos, políticos etc.) (CHARLOT, 1983).

Cada classe social tem sua visão de mundo¹, compreende a vida tendo como referência o meio social a que pertence. No entanto, toda criança é fortemente submetida às influências dos modelos socialmente dominantes, razão por que os

¹ Para Tuan, "visão de mundo significa a experiência conceitualizada, ela é parcialmente pessoal, em grande parte social. Ela é uma atitude ou um sistema de crenças; a palavra sistema implica que as atividades e crenças estão estruturadas, por mais arbitrárias que as ligações possam parecer, sob uma perspectiva impessoal (objetiva)" (TUAN, 1974, p. 4)

modelos sociais dos quais a criança se impregna têm um significado político, na medida em que refletem as relações de força entre grupos sociais e, sobretudo, entre classes sociais. Desse modo, a transmissão de modelos e de ideais pela educação não tem, portanto, somente uma significação social, tem, sobretudo, um sentido político porque exprime relações de força, de dominação social.

[...] um processo de formação política, pedagógica e estética, são importantes passos na concretização de uma escola de Ensino Fundamental como *lugar privilegiado da infância*, onde a criança ao falar, ouvir, ver, sentir, pensar, resistir, concordar, discordar, desenhar, dramatizar, rir, gesticular, pintar, escrever, está tecendo sua história e a forma como a percebe e se percebe na história e na sociedade; onde meninos e meninas sejam compreendidos como sujeitos históricos, culturais, e de direitos, viabilizando que se consiga *enxergar a criança que está subsumida dentro do aluno*. (QUINTEIRO, ET AL, p.1)

A educação como forma de transmissão de conhecimentos e valores representa um ato político, pois ela não é neutra, e sim revestida de poder. Tendo a função de modelar a personalidade dos indivíduos, conforme as normas que refletem as realidades sociais e políticas, marca na personalidade estruturas psicológicas de dependência, de renúncia e de idealização, inculca nas crianças idéias sobre a sociedade, como justiça, liberdade, igualdade, entre outras (FREIRE, 1982). Como responsável pela educação formalizada, a escola faz um grande esforço para colocar em ação os meios mais eficazes para alcançar os objetivos educativos almejados pela sociedade. Explica à criança, de forma direta e indireta, o que é e como funciona a sociedade e quais são os deveres dos cidadãos.

Impondo suas idéias políticas, a classe dominante consegue assim fazer passar ideologicamente suas finalidades, seus interesses e sua concepção de sociedade para os da sociedade global. Ela tem por objetivo mascarar, por trás de uma igualdade teórica dos indivíduos, a desigualdade, a injustiça e a opressão que

imperam na sociedade e que se traduzem na divisão social do trabalho e na luta de classes.

A educação exerce duas funções sobre a sociedade capitalista: a reprodução de uma cultura (a ideologia) e das estruturas sociais da desigualdade. Portanto a ideologia transmitida pela escola garante concomitantemente a função de reprodução cultural (percepção de mundo capitalista) e, através desta, a reprodução da sociedade de classes (função da reprodução social) (FREITAG, 1985).

[...] a tomada de consciência da importância da educação como mecanismo manipulável para a implantação, conservação e dinamização das estruturas de produção capitalista no Brasil, corresponde, em certo sentido, a valorização teórica que este fator experimentou nos últimos anos para a compreensão e explicação dos dinamismos da reprodução das modernas sociedades capitalistas em geral. (FREITAG, 2005 p. 213).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS ONDE ESTUDAM AS CRIANÇAS CAIPIRAS DO PEJU

2.2.1 A Educação na zona rural

A escola rural não existe, para Brandão (1983), há enxertos da escola urbana na escola rural - leva essa nomenclatura apenas por situar-se na zona rural. Não é concebida e instituída a partir das características socioeconômicas e culturais locais, não é estruturada e organizada segundo as particularidades vividas pela população². No caso de Ibiúna, 63,2 % da população vive na zona rural, mas as matrículas de ensino fundamental representam 17, 8%. É toda feita de improvisos, existe para alfabetizar e pouco para educar. Ao longo da história da educação, consta-se a falta de investimentos em escolas voltadas ao atendimento das especificidades locais e

²A população de Ibiúna é de 68.450 habitantes, destes 63,2 vivem na zona rural e 36,8, na zona urbana (IBGE/2007). As matrículas do ensino **fundamental I** totalizam 8.328; destas, 82,1 correspondem à zona urbana contra 17, 8 da zona rural. Em 2000 o município de Ibiúna apresentava 66,1% e 14,1%, de alta vulnerabilidade e muito alta vulnerabilidade, respectivamente. (FUNDAÇÃO SEADE, 2000).

culturais da população que vive no campo, inclusive, sua importância era e, ainda o é, tão pequena que parece ser inexistente. Na prática, os recursos humanos, financeiros, materiais e estruturais são direcionados às unidades do meio urbano prioritariamente e, mesmo nestas, há muito a se investir para ser categorizada de qualidade.

[...] as populações rurais tendem a ter um peso político muito inferior ao exercido pela dos centros urbanos e carecem, conseqüentemente da força necessária para atrair maiores investimentos, o qual, em última instância, representa simplesmente a outra face de sua condição marginal. (PETTY, 1981 p. 35).

As ações educativas desenvolvidas partem do pressuposto que na zona rural está instalado o atraso, *que para formuladores dos programas educativos o “atraso rural”³ refere-se àquelas regiões caracterizadas pela agricultura do tipo pré-capitalista⁴*, (CALAZANS, 1981). Se o ponto de partida para a proposição de ações educativas é falso, tornam-se falsa também as soluções. Se há “atraso rural”, soluções educativas devem vir para suplantiar estas deficiências, transformando os conhecimentos do homem que vive no campo, preparando-o para absorver as inovações do setor agrícola.

Portanto, tanto a falta quanto à presença desse tipo de escola na zona rural tem aparecido, com frequência, como um fator de migrações. Isso significa que as populações rurais precisam de uma escola diferente da existente, pois os modelos

³ A dicotomia entre o rural e o urbano dá-se a partir de 1820, no fim do século XIX, com o avanço da produção de café no eixo Rio-São Paulo. Ela faz gerar muita riqueza a uma pequena parcela da população que passa a adotar um modelo de vida de conforto e luxo, um estilo de vida “burguês”, independentemente da camada social a que pertencesse. Essa parcela passa a demonstrar certa superioridade com relação à população da zona rural. Isso ocorre mesmo anteriormente a instalação do processo de industrialização. Para o atendimento a esse novo estilo de vida, muito afastado do estilo de vida rústico, surgem o comércio e os serviços com diversificação. Com o sentimento de superioridade, os habitantes da cidade passam a se distinguir daqueles que vivem no campo. (QUEIROZ, 1973).

⁴ A unidade de produção pré-capitalista é aquela que possui uma pequena propriedade agrícola, utiliza mão de obra familiar e/ou vicinal, é dona de sua força de trabalho e dos meios de produção. Vive de atividades de subsistência, sendo que o pequeno excedente é comercializado para suprir as necessidades dos bens que não são produzidos por ela. Esta comercialização é em pequena escala, portanto insuficiente para acumular capital. Na atualidade, em parte, as populações tradicionais ainda adotam esse modo de vida “rústico”.

estabelecidos são menos para permanecer no campo do que para integrar-se de modo apropriado nas promessas da sociedade moderna e desenvolvida (MARTINS, 2005).

Conforme a modernização atinge o campo, o nativo fica cada vez mais exposto à cultura urbana, por consequência, afasta-se de seus próprios referenciais culturais, especialmente os mais jovens. A escola, enquanto agência da educação, assume importante carga de responsabilidade nesse processo, na medida em que desconsidera as características geográficas, sociais e individuais das várias escolas do sistema e enquadra um tipo de educação que não se adéqua aos diferentes contextos; impõe conteúdos fortemente marcados pelo processo urbano-industrial e, nessa conjuntura, o professor torna-se um agente a serviço da implantação de atitudes, crenças, valores, saberes estranhos ao homem do campo, que se impõem aos educandos de forma dominadora, através dos valores e das práticas pedagógicas etc. Trata-se, portanto, de uma educação afastada das necessidades e expectativas da população local e isolada do ambiente social, o que resulta, mais rápida e gravemente do que em regiões urbanas, em evasão e repetência e/ou na perda das raízes culturais tradicionais, na medida em que a escola rural, igualmente à urbana, não prepara o educando para trabalhos urbanos e nem para os rurais.

Outro aspecto de relevância a ser considerado é quanto à dissociação escola-trabalho, a escola é o local onde se estudar exclusivamente, as aprendizagens realizadas para o desenvolvimento prático do alunado são inexistentes. Para as escolas da zona rural, esse fator tem uma importância maior tendo em vista que o educando, no geral, exerce atividades vinculadas à terra na busca da reprodução sociocultural e econômica com seus pais e parentela, no entanto o que se ensina na escola dificilmente será aplicado no cotidiano familiar.

A valorização do urbano do “moderno”, característica pertencente àqueles que são e estão na cidade - o seu antônimo o rural, faz com que este meio seja identificado como o lugar do atraso, da ignorância. Desse modo a educação rural é vista como um processo pedagógico que tem por objetivo transformar os conhecimentos do homem do campo para habilitá-lo a enfrentar as exigências das novas tecnologias e inovações do setor agrícola carregando em si “a incômoda posição de ser agente de modernização no campo, colaborando assim para sua crescente urbanização. (DEMO, 1980, p. 296).

A história da escola no Brasil é assinalada por um modelo educacional e político que reproduz e que fortalece as desigualdades econômicas, políticas e sociais, tornando-se inacessível para grande parte da população rural. Atualmente no estado de São Paulo com a implementação de políticas públicas educacionais⁵ tem-se promovido a inserção e a frequência das crianças nas escolas da zona rural. Contudo inexistem ações concretas que viabilizem a implementação das políticas existentes que venham garantir qualidade de ensino e, por consequência, uma formação que prepare o indivíduo para continuar no campo, com uma maior qualidade de vida, ou para viver na cidade.

Para Lima (1978), os programas e currículos são disfuncionais e inadequados às necessidades da reprodução sociocultural, alheios aos movimentos e organizações do meio rural, desvinculados do mundo do trabalho, não levam em conta as peculiaridades locais e as singularidades do modo de sentir, de pensar e de agir do povo que vive no campo, o ensino caracteriza-se pela imposição cultural de valores - exerce a função de dominação entre as classes, visto que a classe dominante impõe a sua cultura, seus valores de acordo com seus interesses. Transmite a idéia de que o mundo não tem problemas, nem injustiças. Essa é a fração essencial do imaginário oficial que a escola absorve e distribui em momentos do “ensino oficial” em cada sala de aula, lugar da educação escolar (BRANDÃO, 1983).

⁵ PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação, IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; PAR - Plano de Ações Articuladas - FUNDEB Fundo de Manutenção da Escola Básica.

Configura seu objeto particular como ciência das relações entre a reprodução cultural e a reprodução social quando se constitui como ciência das relações entre a reprodução cultural e a reprodução social, no momento em que se esforça. Pode estabelecer a contribuição de que o sistema de ensino oferece com vistas a reprodução das estruturas das relações de classe e das relações simbólicas entre as classes, contribuindo assim para a reprodução da estrutura da distribuição do capital cultural entre as classes. (BOURDIER, 1974, p. 296).

O ensino rural, por sua inadequação, é o local onde se realiza o trabalho de perdas de características culturais aos educandos, em consequência de uma ideologia que desvaloriza o mundo e o trabalho rurais. A ideologia do educador, no campo, é no geral a ideologia que considera a cultura e o saber da população que ele quer educar como cultura primitiva de povos ignorantes, formas incultas de conhecer a vida e ler o mundo. O educador, repetidas vezes, é o responsável por contribuir com a ruptura da cadeia ancestral de conhecimentos transmitidos por gerações sobre a vida no campo.

O caminho para começar a mudar esta situação enraizada é através da formação integral do educador, de modo a ser sensibilizado e habilitá-lo para corresponder aos interesses e necessidades reais da população rural. Muitas mudanças ocorreram na sociedade brasileira e na mundial nas últimas décadas, no campo e na cidade, que exigem uma formação sistemática e continuada do educador (BRANDÃO, 1983).

[...] a escola não é percebida como um agente de formação do trabalhador rural, primeiro porque de fato nada ensina a respeito; segundo porque ela é compreendida como lugar da contra-educação rural, ou seja, como lugar onde a criança aprende para poder deixar de "lidar com a terra"; terceiro porque entre subalternos, em geral, a escola não é compreendida como um agente de formação profissional, mas de informação instrumental daquilo que é necessário adquirir para então aprender uma profissão: ler, escrever e contar. (BRANDÃO, 1983, p. 222).

2.2.2 As escolas onde estudam as crianças nativas

“... Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo coração.

Mas aqueles que são sábios reconhecem que as diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a nossa idéia de educação não é a mesma que a vossa. (BRANDÃO, 1981, p. 8)

A partir da década de sessenta tem início a implantação de escolas no sertão de Ibiúna, em área hoje abrangida pelo Parque Estadual do Jurupará- PEJU. São escolas de emergência - E. E. - caracterizando-se como multisseriadas e unidocentes, vinculadas, em parte, até 1996, às escolas estaduais localizadas na sede do município de Ibiúna. A justificativa para a instalação de escolas de emergência era e, ainda é, a obrigatoriedade constitucional associado ao número de crianças em idade escolar existentes na localidade.

As análises a seguir foram realizadas com base nas informações de Livros de Matrículas, Livros de Termos de Visita e Atas Finais e, especialmente, do histórico da região, obtido a partir de trabalhos científicos e de relatos dos moradores, de entrevistas com as professoras e antigos funcionários da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.

A primeira escola instalada foi a dos Bº dos Pereiras, localizado próxima ao Rio dos Bagres, em uma casa cedida pela comunidade, com lousa e carteiras e com a magistratura do Sr. Pedro Pereira, professor leigo.

Em 1957 e 1961, são instaladas a E. E. Bº Rio Bonito, (Foto 11/ Figura 01) e a E. E. Bairro Juquiá, respectivamente; em atendimento ao Art. 168 da Constituição Federal de 1946, que dita sobre a “obrigatoriedade de ensino às empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhavam com mais de cem pessoas”, as quais tinham que oferecer o antigo ensino primário gratuito para os filhos dos

funcionários em idade escolar. Primeiramente foram importados operários, em sua maioria, naturais do nordeste do país e do estado de Minas Gerais, para trabalharem na construção do complexo hidrelétrico, posteriormente para o exercício da operacionalização dessas usinas - fixando residência no local juntamente com suas famílias. No período de 1961 a 1967, apenas 20 operários da CBA eram nativos e mantinham seus filhos na escola, juntamente com os filhos dos demais funcionários. O mesmo ocorreu com a E. E. Rio Bonito⁶ - os pais dos alunos também eram predominantemente naturais do nordeste do país e alguns de cidades do interior do Estado de São Paulo. Portanto, apesar de haver uma população nativa no Bº do Rio Bonito, a clientela maior era de crianças não nativas, conforme descrito na tabela **X**.

Foto 11 :Prédio da E.E. Bairro do Rio Bonito
(Autora: S. Herculiani Abril, 2009)

⁶ Os alunos/as nativos matriculados na E.E. Bº Rio Bonito, no ano de 2008: Erika Anselmo Domingues, Junior de Moraes, Vanessa Domingues Calado, Willian Paulo Domingues, Aparecido Domingues da Silva, Wilgner A. Cabral de Moraes, Antonio Junior de Moraes da Silva, Masxwell Gonçalves de Oliveira, Ediel de Moraes da Silva, Gimar Domingues de Oliveira, Mauriceia de Oliveira Domingues

Tabela - 1 : Escolas rurais localizadas no PEJU ativas e desativadas

Escola	Período de Funcionamento	Bairro	Observações
E. E. Bairro Campestre	1970 a 2008	Campestre	A escola esteve em funcionamento por 28 anos, tendo sido desativada devido ao reduzido número de alunos (treze) em 2008, corroborada pela disponibilidade atual de transporte escolar gratuito ^[1] , facilitando o deslocamento dos educandos para outras escolas próximas, no presente caso os educandos foram transferidos para a E. E. Bº Itaguapeva. Nos anos iniciais da escola verificou-se a presença de 100% de crianças moradoras locais, as quais denominamos nativos. A lista de matrículas de 2008 aponta a inexistência de alunos nativos ^[2] .
E. E. Bairro Itaguapeva	1969 até atualidade	Itaguapeva	Em 2008 tinha 21 educandos matriculados Seis das crianças matriculadas, ou seja, 25%, têm indícios de serem nativas. Nos anos iniciais de funcionamento da escola 40%, em média, eram nativas.
E. E. Bairro dos Camirangas	1971 a 10.1978	Camirangas	A escola esteve em funcionamento por 8 anos, com o 32º no primeiro ano de funcionamento no último. Foi desativada oficialmente pelo Delegado em 1978, pelos seguintes motivos: falta de manutenção da edificação, sendo demolida para evitar acidente sobre a professora e educandos; abandono pela professora às aulas; número pequeno de alunos (3) frequentando a escola destes 13 são nativos e 4 pertencem a família Domingues, ou seja parentes do Sr. José Paulo Domingues, responsável pela denúncia realizada junto ao Delegado de Ensino, à época.
E. E. Bairro dos Laurindos	1981 a 1996		Esta escola possui uma localização mais centralizada e foi implantada devido ao fechamento E.E. Bº dos Camirangas. Em 1996 com a municipalização do ensino foi desativada, com isso os alunos foram transferidos para a E. E. Bº Rio Bonito. Nos anos iniciais de funcionamento 95% das crianças eram nativas.
E. E. Bairro Rio Bonito	1967 até a atualidade		Nos anos iniciais de funcionamento a escola chegou a ter 40 educandos em sala de aula, destes em média 12% eram naturais de Ibiúna, destes 5% apenas eram nativas. No ano de 2008 a escola possuía 25 educandos, destes 11 são nativos, ou seja 44%.
E. E. Bairro Juquiá	1961 a 2008	Cachoeira da Fumaça	Em 1961 a escola tinha 54 educandos. Foi desativada em 2009 devido ao reduzido número de educandos, em 2008 totalizavam apenas 11. Tendo sido os educandos transferidos para a E.E. 1º e 2º Graus Bº Barnabés, no município de Juitituba. A E. E. atendeu exclusivamente aos filhos de funcionários da UH Fumaça, pertencente a CBA. A predominância das matrículas era de crianças naturais do nordeste do país. No período de 1961 a 1964 constata-se a participação de 73% de crianças oriundas de outros estados e 27% de crianças nativas.
E.E. Bairro dos Pereiras	1940[3]	Rio dos Bagres	Com vinte e três alunos tem início as atividades nesta escola, que atendia os alunos de 1ª a 4ª série. Os alunos matriculados na E. E. Camirangas quando atingiam o 4º ano primário passavam a estudar no Bº Pereiras.
UEAC Bairro dos Lúcios	1957 a 1996		Este bairro é ainda considerado um dos mais isolados da região. Esteve em funcionamento até 1996, sendo desativado com a municipalização do ensino. No ano de 1988 estavam matriculados 11 educandos, destes 7 eram nativos e quatro ainda moram em área abrangida pelo PEJU.

[1] Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), criado pela Lei nº 10.880/2004, com vistas garantir o acesso e a permanência dos educandos nas escolas de ensino fundamental público moradores em área rural que utilizem transporte escolar, através de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

[2] Na região abrangida pelas E. E. Itaguapeva e Campestre existem duas famílias nativas identificadas. Uma delas há um homem com a idade de 25 anos portador de com necessidades especiais que não frequentou a escola, muito embora houvesse norma legal que assegurava em tese este direito (art. 9º da Lei de Diretrizes e Base de 1971). A outra família é a Bueno cujos filhos na década de 70 estudaram na E. E. Bº Itaguapeva, conforme figura xx. Atualmente as crianças e adolescentes dessa família em idade escolar, estudam na E. E. Bairro Samano (em área não abrangida pela UC), em Escola Estadual de 1º e 2º graus na cidade de Ibiúna, respectivamente.

[3] Foi localizado apenas um livro de matrícula desta escola do ano de 1975 apenas, contudo através de informações extra-oficiais, esta escola teve as atividades da década de 40, quanto a data de encerramento é desconhecida.

Figura 1: Livro de Matrícula do ano de 1970 - E.E. B° Rio Bonito

A E.E dos Camirangas foi implantada em 1971 com 32 educandos, sendo a grande maioria nativa, com o passar dos anos, em decorrência do processo de migração, paulatinamente o número de educandos foi decrescendo. Em 1978, havia apenas 16, neste ano a escola foi desativada em decorrência da demolição da edificação (Figura 2: Registro oficial da desativação da E.E. B° Camirangas), que se encontrava em estado precário, não oferecendo segurança aos usuários,

como também pelo consequente abandono da escola pela professora, entre outros fatores, conforme é observável na figura abaixo, cópia do Livro de Termos de Visitas e Atas de Exames, pertencentes à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, uma vez que as escolas até 1995 estavam sob responsabilidade do Estado.

18

Térmo de Visita

Depois de percorrer mais de 140 Km de estrada de pedra e buracos, acompanhado do Sr. Delegado de Ensino e todos Supervisores Pedagógicos que foram fazer supervisões e orientações em todas as unidades escolares da Região, chegamos no Bairro Camiranga, de Itúna, onde estava instalada a EEPE (Emergência - nº 40). Não encontramos a Escola. Ela foi demolida, para evitar que caísse em cima da professora e dos alunos, sendo o seu patrimônio (9 carteiras duplas centrais, 2 carteiras trasviras, 2 carteiras dianteiras, 1 cadeira de professor, 1 mesa quadrada de professor, 2 bancas de madeira, 1 armário de madeira qdo com vidros e com chapinha da Prefeitura Municipal de Itúna, 1 Porta Bandeira com base e 2 fogos de carteiras individuais que se dizem, pertencer ao Sr. Antônio Camiranga) guardado em uma casinha do Sr. Antônio Camiranga.

O Sr. José Paulo Domingues, morador do Bairro, denunciou que a prof.^a Marta Kiyoko Yoshizaki faltou muito, e depois das férias não apareceu mais. O Sr. Antônio Camiranga que, deu passagem para a professora, confirmou a denúncia.

Devido o longo tempo de ausência da professora, sem substituta e sem aulas, esta Escola, nesta data, encerra a sua atividade. Devemos levar em consideração, a falta de clientela escolar no Bairro. Estavam frequentando 2 a 3 alunos por dia. Conforme informações colhidas no local.

Recolhemos do prédio onde está guardado os documentos da Escola, o seguinte: o Bandeiro Brasileira, o Livro de Matrículas, o Livro de Termos de Visitas, a Caderneta Escolar de 1977, o Projeto do 1.º Semestre da prof.^a e o Diário de Lições da prof.^a com registro da última lição em 11-4-78.

Chegamos, nesta Escola (no local) às 10:30 hrs. e saímos às 15:00 horas.

Itúna - Bº Camiranga, 11-10-78

Prof.

PROF. ALFREDO JOSÉ NUNES
Supervisor Pedagógico

Figura 2: Desativação oficial da E.E. Camirangas
Secretaria Estadual da Educação/Diretoria de Ensino

de São Roque

Com a desativação da E. E. Bº dos Camirangas (Figura 4), os educandos com mais idade foram transferidos para a E. E. Bairro Pereiras, tendo em vista as longas distâncias a serem percorridas. Apenas em 1981 foi instalada a E. E. Bairro dos Laurindos, a três km aproximadamente de distância da escola desativada. Portanto, por um período de três anos, as crianças das localidades próximas, bem como parte daquelas que estudavam na escola desativada, ficaram impossibilitadas de estudar, tendo em vista que a escola mais próxima da antiga E. E. Camirangas ficava a uma distância aproximada de 10 km da E. E. Rio Bonito.

Matrícula de

	NÚMERO DE MATRÍCULA	NÚMERO DE ORDEM NO GRAU	NOMES	IDADES			NATURALIDADE	FILIAÇÃO
				Dia	Mês	Ano		
1	1		Seu Paulo Domingues	30	5	61	Ibiúna	Leonor Paulo
					10		S. Paulo	Domingues
								Augusta Pires Domingues
2	2		Genival da Conceição	19	9	62	Itapocica	Amaro da Conceição
					9		S. Paulo	Bernardina Domisano
								da Conceição
3	3		Amel Alves Cardoso	6	12	62	Ibiúna	Antônio Alves Cardoso
					9		S. Paulo	Jeriza Francisco
								Vieira
4	4		João Francisco Cardoso	25	10	56	Ibiúna	Paulo Falecido
					15		S. Paulo	Josefa Francisca Ribeiro
5	5		João Pires de Godoi	13	6	56	Ibiúna	Rafino Pires Godoi
					15		S. Paulo	Andreolina Maria de Jesus
6	6		João Pires de Oliveira	5	6	62	Ibiúna	Luiz Antônio Pires de Oliveira
					9		S. Paulo	Luizina Vieira de Oliveira
7	7		João Silva dos Santos	17	3	60	Rio de Janeiro	Antônio Alves dos Santos
					11			Marta Santos dos Santos
8	8		Marcelino Pires de Godoi	9	4	65	Ibiúna	Rafino Pires Godoi
							S. Paulo	Andreolina Maria de Jesus
9	9		Noel Francisco Vieira	13	3	64	Ibiúna	Camilo Francisco Vieira
					7		S. Paulo	Josefa Francisca Ribeiro
10	10		Pedro Alves Cardoso	13	8	64	Ibiúna	Antônio Alves Cardoso
					7		S. Paulo	Josefa Francisca

Figura 4: Livro de matrícula da E.E. Bº Camirangas, de escola alunos transferidos devido a desativação

As E. E. Itaguapeva (Figura 5) e Campestre eram frequentadas quase que exclusivamente por crianças nativas, conforme análise dos livros de matrículas, contudo, devido a questões de ordem econômica, houve um processo elevado de migração.

ESTABELECIMENTO E.E. P.G. (Emergência) do Bº Itaguapeva

N.º da Mat.	N.º de Ordem	NOME	IDADE			NATURALIDADE (local e Estado)	FILIAÇÃO (pai e mãe)
			Dia	Mês	Ano		
12	2	Ester Rodrigues de Camargo	10	07	69	Itiuna S. Paulo	Lamartine Rodrigues de Camargo e Otilia Pinto de Camargo
13	3	Elza Claudia de Moraes	01	12	67	Itiuna S. Paulo	Isabel maria de Moraes
14	4	Fraides Maria de Oliveira	12	03	68	Itiuna S. Paulo	Jose Roque de Oliveira Marcelina Maria de Paula
15	5	Eleni Siberio	26	05	69	Itiuna S. Paulo	Jose Siberio e Margarida Pedrosa Siberio
16	6	Lowdes Domingues	06	01	67	Itiuna S. Paulo	Ezequiel Paulo Domingues Cláudia maria Domingues
17	7	Maria Conceição da Silva	01	12	66	Itiuna S. Paulo	Evangelista da Silva e Anésia Pereira da Silva
18	8	Maria Claudia de Camargo	10	08	66	Itiuna S. Paulo	Isabel maria de Jesus
19	9	Nilza Pereira Bueno	24	03	69	Itiuna S. Paulo	Jose Pereira Bueno e Benedita maria Bueno
20	10	Santina Paula Domingues	25	09	68	Itiuna S. Paulo	Ezequiel Paulo Domingues Cecilia maria Domingues
21	1	Geni Siberio	05	11	67	Itiuna S. Paulo	Jose Siberio e Margarida Pedrosa Siberio
22	2	Jandira de Camargo	21	07	67	Itiuna (S. Paulo)	Simão Claudio de Camargo Anésia Anselmo de Camargo

Figura 5: Livro de matrícula da E.E. Bº Itaguapeva

Em 1996, ocorre a municipalização do ensino de primeiro grau, Lei nº 9394/96, em decorrência, foram desativadas as escolas E. E. Bairro dos Laurindos – tendo sido os alunos transferidos para a E. E. Bairro do Rio Bonito, passando a se deslocar diariamente não menos que quatro quilômetros a pé, distância existente

entre uma escola e outra, sem considerar a distância da casa até a escola desativada; e UEAC Bairro Lucios⁷ (Figura 6 Registro e controle do resultado final de rendimento escolar, com os nomes de nativos que ainda moram no PEJU) implantada em 1957, em uma casa cedida pelos irmãos Pedro e Jorge Lucio, e eram eles também que traziam, do Bairro do Murundu, a professora até a escola no lombo do cavalo. A desativação dessa escola ocorreu em 1996 e deu-se devido ao reduzido número de alunos, dificultando o acesso à escola das crianças menores de idade, pois a localidade é muito isolada, sem acesso a veículos. Devido às condições precárias de trafegabilidade das estradas, o acesso ali se dava e, ainda é assim, apenas a pé ou a cavalo e, em tempo seco, de motocicleta. Nos anos de 1991 e 1992, foram realizadas atividades importantes junto à comunidade local, referentes à saúde e à higiene (campanhas de vacinação; orientação para a erradicação da verminose e do bicho barbeiro); implantação de hortas, lavouras de diversos produtos recuperação da estradas etc.

Tem-se conhecimento de que os cinco filhos do Sr. Jair Francisco Ribeiro, hoje adultos e adolescentes, não frequentaram a escola; irresponsabilidade mútua, poder público e pais. Essa família mora em um bairro extremamente isolado, que não possui escola, a unidade mais próxima fica no município de Piedade, a cerca de 10 km de distância.

Constituição Federal de 1988:

Art.168, item I- *O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional.*

Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

⁷ No início da década de 90, este bairro era constituído por várias famílias, parte dos chefes dessas famílias era funcionário da CBA, na U H – Jurupará, sendo demitidos devido ao envolvimento com extração ilegal de palmito, com isso saíram do território abrangido pelo Parque, permanecendo apenas a “família do Jair” a qual está absolutamente isolada.

art. 4º- *O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:* VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

art. 5º- O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Uma característica marcante entre os nativos é a importância que dão à educação das crianças e jovens, orgulham-se por ter os seus em processo de aprendizagem formal “a escola ensina os nativos a se defender melhor”. A implantação dessas escolas possibilitou, pela primeira vez, o acesso à educação aos nativos. De acordo com relatos dos antigos, até então apenas alguns moradores portavam um pouco de leitura e escrita por serem autodidatas, especialmente aqueles chefes das famílias que precisavam dessa habilidade para realizar melhor o comércio dos produtos excedentes em outros municípios.

É o lugar específico onde a criança aprende agora o saber de que o adulto se reconhece, precisando dominar cada vez mais a “linguagem” da língua e do cálculo, a fala dos símbolos, os segredos das regras de cidadania; não para ser um melhor cidadão, mas ser pelo menos um subalterno menos explorado. (BRANDÃO, 1983, p.172).

Escola: **EEPG. (B) UEAC. do Bº Lúcio - 550.097**

Localidade: **Bº Lúcio** São Roque DE/DRE: **Sorocaba**

REGISTRO E CONTROLE DO RESULTADO FINAL DO RENDIMENTO ESCOLAR

10 CURSO OU HABILITAÇÃO: **1º Grau** CÓDIGO: **88** 20 ANOS: **1** 30 TURNO: **1** 40 GRAU: **1**

ALUNOS CB - I

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	
04.202	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.203	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.204	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.205	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.206	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.207	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.208	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.209	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.210	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.211	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
04.212	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70

60 *Helena Gabriel Simões* R. G. nº 4.850.544

70 *Silvia Regina C. da S. Alberlin* Secretária Escolar

Observações no verso, datar, assinar e carimbar (di e sec.)

Figura 6: Registro e controle do resultado final de rendimento escolar

2.2.3 As condições estruturais das escolas

As condições infraestruturais das escolas que desativadas e aquelas em funcionamento e daquelas ainda em atividades são precárias.

Os CIMEB-Rural⁸ Rio Bonito e Itaguapeva são as únicas escolas na atualidade abrangidas pelo PEJU. Elas têm as edificações inapropriadas dispõem de apenas uma sala de aula com duas lousas (uma em cada lado da sala, utilizada

⁸ No ano de 2006, através da Lei Municipal nº 1124, as escolas municipais passaram a ser denominadas Centro Integrado Municipal de Educação Básica- CIMEB.

cada uma para atividades de duas séries), cozinha, refeitório e banheiros; giz, cartolinas, alguns jogos educativos; mimeógrafo e álcool. Não contam com acervo bibliográfico; equipamentos e quadras para as práticas esportivas. Em termos de recursos humanos, as escolas possuem somente uma professora e uma merendeira, que realiza também a limpeza da escola. A CIMEB–R Campestre, desativada em 2009, não dispunha sequer de iluminação⁹.

A unidade escolar denominada Juquiá era frequentada exclusivamente pelos filhos/filhas dos funcionários da Companhia Brasileira de Alumínio CBA. A empresa disponibilizava estrutura física, apenas. A escola era composta por uma sala de aula com uma lousa dividida ao meio, para dar conta das informações de quatro séries concomitantemente, banheiros e parque infantil; não tinha recursos didático-pedagógicos, biblioteca etc., ou seja, a empresa restringia-se ao cumprimento da lei.

A municipalização do ensino fundamental, ocorrida em 1996, significa um aporte financeiro relativamente considerável para os municípios, razão porque essa política encontra grande receptividade junto às prefeituras municipais. Contudo sem uma administração responsável e participativa, a elevação das verbas pode não significar, necessariamente, melhoria da qualidade da educação.

Para se alcançar o ensino de primeiro grau de qualidade, condições mínimas carecem ser atendidas:

- i) desvinculação dos interesses político particular;
- ii) controle e comprometimento das comunidades com a educação - pais/mães participantes do processo educacional e da administração da escola;

⁹ Fica evidenciado o conflito instalado - ocupação humana versus conservação. Por estratégia de gestão do órgão executivo, a implantação de serviços públicos fica proibida, no presente caso, energia elétrica, com o objetivo de não contribuir com a consolidação da ocupação irregular, sendo orientado às prefeituras municipais a adotar providências quanto ao uso de energia alternativa, contudo isso não ocorreu durante a existência da escola.

- iii) profissionalização completa e competência técnica dos professores e dos demais atores da educação;
- iv) salários justos;
- v) escolas bem localizadas, construídas, mantidas e equipadas adequadamente;
- vi) material escolar didático de qualidade e condizente com o número de alunos e alunas;
- vii) alunos motivados para aprendizagem.

2.2.4 O ensino oferecido aos nativos nas escolas localizadas no PEJU

A exemplo de toda rede de ensino, foi possível constatar junto às professoras das CIMEB- R Rio Bonito e Juquiá que os conteúdos transmitidos têm pouco ou nenhum significado para os educandos, que possuem uma realidade bem singular, pois vivem no campo rodeados apenas pelos pais e parentela e que eventualmente vão às cidades, conseqüentemente, o único meio de comunicação utilizado é o rádio, a televisão é pouco presente, pois não há energia elétrica, com exceção de um pequeno trecho abrigado pelo Parque. Os conhecimentos trazidos pelos alunos não são considerados e há o desconhecimento das professoras sobre a cultura caipira, da qual a população local é detentora.

Apesar do Plano Nacional de Educação prever... “adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio” as características culturais são ignoradas pelo professor como também pelo currículo do ensino oficial, de maneira que as formas sociais e culturais comunitárias, em muitos casos, não são levadas em conta, são desvalorizadas e, mais do que isso, por vezes são entendidas de maneira preconceituosa. Com isto, a autoestima dos alunos fica depreciada, fazendo com

que seja criada uma imagem de um saber não muito favorável à memória e à cultura caipira; a escolarização busca “combater a ignorância” dos povos de cultura oral, no entanto, com essa ação intercultural, o prejuízo está iniciado.

A educação escolar é homogeneizadora são inculcados valores e costumes urbanos, muito do que aprende na escola não tem um valor utilitário para a vida e, mais do que isso, está em contraposição ao seu contexto sociocultural. Nesta perspectiva, a escola, enquanto agente socializador, reproduz a totalidade os desígnios da classe dominante- repetindo, através do professor, do currículo e do material didático.

[...] a escola não é percebida como um agente de formação do trabalhador rural, primeiro porque de fato nada ensina a respeito; segundo porque ela é compreendida como lugar da contra-educação rural, ou seja, como lugar onde a criança aprende para poder deixar de “lidar com a terra”; terceiro porque entre subalternos, em geral, a escola não é compreendida como um agente de formação profissional, mas de informação instrumental daquilo que é necessário adquirir para então aprender uma profissão: ler, escrever e contar. (BRANDÃO, 1983, p. 222).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação em seu Art. 2º estabelece que “A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, no entanto para que a família e o Estado atinjam o objetivo da norma, faz-se necessário que o contexto local seja considerado no planejamento do ensino, que as características socioculturais dos alunos estejam pautadas no currículo e que o professor seja formado e informado sobre a realidade que irá atuar, de modo a conciliar aspectos da cultura caipira a novos conhecimentos e estimular a profissionalização dos educandos a partir dos conhecimentos tradicionais que portam. Para Freire (1996), a identidade cultural está ligada à dimensão individual,

cujo respeito e valorização são essenciais na prática educativa, como oportunizar meios de autorreconhecimento e autovalorização do saber do alunado, não estigmatizá-los como atrasados, e desmistificar que o urbano é bom,. É imprescindível a adoção de critérios, para que não haja a transmissão de valores dominantes, de forma a persuadir os estudantes às aspirações jamais alcançáveis.

Todo processo de aprendizagem é seletivo, porquanto conhecimentos são adquiridos e habilidades são conquistadas em função de outros que são esquecidos e, saber, resulta da incorporação de atitudes que apenas a regularidade e a disciplina pessoal permitem possuir. Que a variância dos princípios do processo de aprendizagem na escola não invalide a evidência de que fazer *com* elas, ou *através* delas, é boa parte das questões de relacionamento entre professores e alunos. Em segundo lugar, é importante assumir que a escola não é único local que se aprende, mas é, mais do que os outros, aquele onde o enriquecimento da pessoa é o resultado de empobrecimentos inevitáveis de outros conhecimentos e outras habilidades. (BRANDÃO, 1985 p. 120).

Uma das características mais relevantes da cultura caipira é o laço de reciprocidade. Todos empreitam as atividades necessárias à reprodução sociocultural da comunidade, exercem o trabalho em prol da sobrevivência de todo o grupo. Já a escola caminha no sentido oposto, ao praticar ritualisticamente a individualização e estimular a disputa entre os alunos, valorizando a competição em detrimento da cooperação. Valores cuidadosamente cultivados desde a primeira infância pela família e parentela correm o risco de serem substituídos na escola.

Considerando a complexidade da questão, na medida em que a educação pode formar, deformar e levar a sujeição, tem-se a necessidade de construir-se uma política que garanta as peculiaridades socioculturais da comunidade, visto que a demanda para cada grupo social é específica, evitando a tendência de homogeneizar seus comportamentos, sendo descaracterizado os elementos constitutivos de determinados contextos sociais, enfraquecendo, portanto, sua

identidade. Que, também através da escola, seja reforçada a importância dos conhecimentos que portam e do “lugar onde vivem”.

O Conselho Nacional de Educação, a partir de movimentos sociais, editou as Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo - CNE/CEB nº1. 3/04/02 -, cujo objetivo é a inclusão social através da implementação de uma política educacional que venha respeitar a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação voltada à educação de jovens e adultos e à educação básica nas escolas do campo. A implementação da Política da Escola Ativa é resultado da Lei de Diretrizes e Base da Educação, lei 9394/96, e tem como diretriz a busca ao atendimento de princípios de autonomia, descentralização e responsabilidade pela elaboração de sua proposta pedagógica nos estados e municípios.

A Escola Ativa¹⁰ é um programa que tem o objetivo de melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas nas escolas do campo, através da implantação de recursos pedagógicos que possam estimular a construção do conhecimento do aluno e a capacitar professores. Tem como desafio oferecer educação de qualidade social para aqueles que vivem e dependem do campo. A educação escolar como instrumento pedagógico para construir um projeto de desenvolvimento que garanta a igualdade de direitos, a justiça social e a solidariedade entre os sujeitos do campo. Para tanto, é utilizada uma metodologia baseada na interrelação entre ensino, estudo e pesquisa pedagógica, no âmbito da realidade da escola com classes multisseriadas e da própria realidade da educação do campo com vistas à: i) valorizar os diferentes saberes no processo educativo; a diversidade de espaços e tempos educativos e a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável, como pode ser observado abaixo:

¹⁰ O Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação -FNDE-, através do Programa Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA-, gerencia os recursos financeiros para o desenvolvimento do Programa Escola Ativa, oriundos do Banco Mundial e Programas da Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

A política pública acima abarca os principais elementos para se obter uma ação educativa com significado para os/as alunos/as do campo, tendo em vista que está embasada no respeito à identidade dos/as alunos/as, na valorização resgate de seus conhecimentos e também através da memória coletiva. Contudo se faz necessário o desenvolvimento de meios eficazes para que essa importante política seja desenvolvida de modo a alcançar os objetivos pretendidos.

No município de Ibiúna, até o ano de 2008, essa política não havia sido implementada. Em 2009, tiveram início os cursos de formadores de professores.

O professorado deve desempenhar um papel chave da formação dos indivíduos, por isso sua formação deve ser contínua, sobretudo a inicial. Contudo há muito a ser feito quanto à qualidade do ensino com os recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do ensino Básico -FUNDEB-, como a valorização do/a professor/a; formação inicial e continuada, bibliotecas, recursos didáticos, equipamentos, entre outros.

A exemplo do que ocorre em todo sistema de ensino fortemente caracterizado ainda pelo modelo cartesiano¹¹, nas salas multisseriadas das escolas onde estudam os nativos, os conteúdos tratados não possuem utilidade prática para suas vidas, pois se referem a temáticas alheias às suas existências. A cultura local é ignorada, o professorado desconhece a riqueza e importância para a humanidade desse conhecimento tradicional. O único aspecto cultural lembrado de maneira ingênua é o dia da festa de São João, comemorado todos os anos apenas pela família dos Boavas, que ancestralmente vive naquele sertão e que mantém as tradições da religião católica.

Para que a aprendizagem seja significativa, todo ensino deve compreender os conhecimentos prévios dos educandos, as características sociocultural e econômica que entrelaçam seu cotidiano. Apenas a partir da apropriação desses conhecimentos que a escola poderá desenvolver métodos, estratégias e conteúdos adequados para o desenvolvimento de um ensino criativo e eficiente. É dessa maneira que os educandos poderão entender a escola como uma instituição de relevância às suas vidas e de seus descendentes. Portanto é imprescindível a devida adequação da escola às particularidades da realidade local, de modo a proporcionar ao educando meios de aprender a ler o mundo, tendo como referência também o seu mundo. A escola deve enxergar o educando concreto, aquele que passa pelo seu portão e adentra a sala de aula.

“... Muitos de nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltaram para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida na floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles

¹¹ O modelo cartesiano de ensino privilegia a transmissão rígida dos saberes escolares como a única maneira de equalização do saber. Reforça a ideia de que os estudantes devem adotar uma postura de receptores passivos do conhecimento, ou seja, são entendidos como depósito de informações descontextualizadas da realidade vivida, além disso, dá ênfase na reprodução do conhecimento e na negação da diversidade.

eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros". (BRANDÃO, 1981, p. 8).

Contudo é necessário frisar que o processo de aprendizagem é seletivo, os conhecimentos adquiridos e habilidades são desenvolvidos em detrimento de outros. O saber é, portanto, resultado da incorporação de atitudes que só através do exercício regular e sistemático é possível absorver. Mas é a escola a principal responsável em promover o empobrecimento de conhecimentos e habilidades adquiridos fora dela. Razão por que se torna imprescindível que o ensino esteja invariavelmente conectado com o contexto familiar/comunitário da criança e do adolescente nativos, que seja compreendido integralmente, partindo das relações que mantêm nas diversas dimensões de sua cultura, de modo a responder aos interesses e necessidades reais da comunidade e ensinar, sobretudo, o fortalecimento da identidade cultural do educando e de toda a comunidade, para que continuem a ser protagonistas de sua história, iniciada já há alguns séculos, a qual tem reconhecida, hoje, cientificamente sua importância e seu valor para a humanidade, através da titulação de Patrimônio Histórico Cultural Material e Imaterial e Arqueológico. Primeira unidade de conservação do estado de São Paulo a receber esse título.

Logo, a responsabilidade e o comprometimento do poder público estadual e municipal tornam-se aumentados, tanto em relação à proteção do patrimônio natural igualmente à do patrimônio histórico cultural. Todas as ações a serem adotadas deverão levar em conta esta titulação, que vem carregada de normatizações e de orientações nacionais e internacionais.

É, pois, sem dúvida, no meio rural que vamos encontrar os valores primitivos da cultura popular do povo brasileiro; é a partir desses valores que devemos construir nossos parâmetros educacionais para esse meio; e é somente se o levarmos em conta como "raízes" que podemos cultivá-los e fazer com que frutifiquem. (SPEYER, 1983, p. 47)

2. 3 As professoras sua formação e seu jeito de perceber e ensinar

Das professoras¹² que lecionaram nas escolas localizadas no PEJU, em 2008, três contavam com a formação no magistério, uma delas também graduada em geografia e uma quarta possuía graduação em pedagogia. Apenas uma era efetiva, as demais tinham um contrato com a Prefeitura Municipal de Ibiúna com duração semestral, podendo ser prorrogado pelo mesmo tempo no período de um ano, são professores/as chamados eventuais. Razão por que se encontram em uma situação frágil, na medida em que a prioridade em escolher as unidades escolares para lecionar é do profissional efetivo, “restando” aos eventuais as unidades isoladas, entre elas as que estão localizadas no sertão de Ibiúna. Como o contrato de trabalho é de curta duração, surgindo uma oportunidade melhor, do ponto de vista logístico principalmente, este profissional muda de local de trabalho, gerando alta rotatividade de professoras nas unidades escolares mais longínquas, implicando diretamente no aproveitamento escolar do alunado. Quando a professora obtém conhecimentos das crianças, os quais poderiam talvez lhe permitir um ensino mais qualificado, construído com base nas características individuais dos alunos, chega o momento de ir embora.

As/os professoras/professores não recebem formação para o ensino na zona rural, inclusive nas escolas de magistério localizadas nas cidades, nas quais o estilo de vida refere-se à economia e à vida social do camponês, BRANDÃO, 1999. O ensino não se volta para as peculiaridades da vida rural. Exceção são as Unidades Escolares de Ação Comunitária, nas quais a formação dos profissionais é calcada/norteadada por conhecimentos específicos, contudo considera-se isso insuficiente, tendo em vista o curto período dessa formação. As professoras que

¹² Até 2008, encontravam-se em atividade quatro escolas no interior do PEJU, na atualidade apenas duas estão em funcionamento, e as professoras já não são mais as mesmas.

lecionam na cidade de Ibiúna têm a possibilidade de prepararem-se através de apenas um curso que aborda a metodologia construtivista, se desejar realizá-lo. Já a formação do/a professor/a da escola rural fica por sua conta própria, bem como o planejamento de ensino, visto que não há acompanhamento da direção e dos técnicos de ensino em que a Escola de Emergência está vinculada.

“O planejamento educacional é realizado pelas professoras unicamente, não há acompanhamento pela direção e supervisão de ensino, fica a critério e bom senso das professoras” (SRFV, 2008)

De certo modo, a supervisão de ensino declinou comparando-se com o passado, pois o inspetor e o delegado de ensino visitavam algumas vezes no ano as escolas do sertão, verificavam o caderno dos educandos, tomavam a leitura e tabuada, inspecionavam as condições estruturais da escola e orientavam a professora quanto à resolução dos problemas identificados, conforme foi possível constatar nos livros de visitas. A E. E. Bº Itaguapeva recebia visita quase que mensalmente, mas a E. E. Camirangas, no ano de 1978, recebeu a primeira visita apenas no mês de outubro, quando esta já não estava mais em funcionamento, decorrente do abandono da professora às aulas e à demolição do prédio da escola, devido à falta de manutenção.

Para a Direção das escolas que permanecem em funcionamento no interior da UC, as eventuais dificuldades de aprendizagem dos/as aluno/as são resultantes de “problemas familiares, falta de condições dos pais em auxiliar os filhos em suas dúvidas”. Não foram aventadas as questões vinculadas à multisseriação, unidocência, deficiência na formação da professora, estratégias de ensino, recursos materiais e financeiros¹³ etc. Fica então definido que, se há problema de

¹³ As Diretoras das Escolas Emergenciais receberam do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, no ano de 2008, aproximadamente, as seguintes quantias: Juquiá R\$ 300,00; Rio Bonito R\$ 500,00; Itaguapeva R\$ 700,00 e Campestre R\$ 360,00, para suprir as necessidades de material de consumo para o período de um ano.

aprendizagem, este é decorre da família, unicamente. Todavia, quanto aos conteúdos abordados em sala de aula, afirma que devem ser consideradas, pela professora, as peculiaridades culturais locais. Quanto à questão de comportamento, os educandos das escolas da zona rural têm uma postura melhor do que o apresentado pelos os das escolas da zona urbana. Observam-se incoerências na fala da Diretora, em parte devido a uma postura acrítica com relação ao sistema de ensino, mas há de se apontar que a entrevista deu-se sob acompanhamento velado e compulsório de assessoras da Secretaria Municipal de Educação. As dificuldades vivenciadas, inclusive, pelas responsáveis pelo ensino da zona rural, podem ser também em decorrência de um fictício controle por parte do governo local.

O ponto nodal do ensino é a formação inicial e continuada de professor/a, seja no campo, seja no meio urbano. É necessário que seja oportunizado ao corpo docente uma formação capaz de ampliar e complexificar a sua visão de criança e de infância, de modo a ajudá-lo a transpor o olhar focado nos aspectos técnico-instrumentais. Mas o isolamento determinado pelo modelo de escola rural em que o/a professor/a fica submetido dificulta sobremaneira a reflexão sobre o seu papel enquanto agente de “mudança”; subtrai a oportunidade de aperfeiçoar-se; impossibilita a realização de discussões com os colegas acerca do cotidiano escolar e as possibilidades de aprimoramento de seu trabalho; entre outros aspectos. Além disso, a sobrecarga de trabalho devido à sobreposição de funções alheias à sua competência e responsabilidade, por certo também influenciam no seu desempenho em sala de aula.

Uma experiência bem significativa para minimizar a barreira do isolamento geográfico a que estão condicionados os/as professores/as das escolas localizadas na zona rural foi o projeto intitulado “Carta aos professores de Ibiúna”. O critério adotado para a escolha do município foi a existência de maior número de escolas

rurais e classes isoladas, com objetivo de “incentivar o/a professor/a a rever sua prática pedagógica e a arriscar novas maneiras de conduzir o trabalho em sua sala de aula” voltado especificamente à leitura e à escrita. A essencialidade do projeto estava em provocar a discussão dos acontecimentos cotidianos e “sugerir encaminhamentos práticos” passíveis de serem desenvolvidos de modo a elevar a competência prática do/a professor/a e oferecer um arcabouço de soluções referenciais que pudessem ser “transpostos para outras situações”. As estratégias utilizadas foram a comunicação entre os próprios professores e a com as coordenadoras do projeto, através de cartas e aplicação de questionários.

Aos poucos fomos percebendo o potencial que tem um canal de comunicação como este, em que o professor se sente “cuidado”. O fato de ter alguém que se preocupa com o seu trabalho e que estabelece um diálogo criou condições favoráveis à aprendizagem. Em última instância, poderíamos dizer que a importância que transmite reconhecimento e a possibilidade de interagir com alguém que se preocupa com o seu desempenho se superpõe ao conteúdo da carta. (BEATRIZ; PEREIRA 1999, p.46)

Outra experiência vem sendo construída em algumas escolas estaduais paulistas, mas localizadas em zona urbana/rural, durante o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo –HTPC-, espaço para a formação contínua e continuada dos professores. São momentos técnicos planejados pelo conjunto dos/as professores/as, sob a orientação do diretor e do professor-coordenador (BONZZINI, 2005), e têm por objetivos: i) identificar o *conjunto de características, necessidades e expectativas da comunidade escolar*; ii) *apontar e priorizar os problemas educacionais a serem enfrentados*; iii) *levantar os recursos materiais e humanos disponíveis que possam subsidiar a discussão e a solução dos problemas*; iv) *propor alternativas de enfrentamento dos problemas levantados*; v) *propor um cronograma para a implementação, acompanhamento e avaliação das alternativas selecionadas*. As atividades realizadas são sistematicamente registradas pela equipe de

professores e coordenação, com o objetivo de orientar o grupo quanto ao replanejamento e à continuidade do trabalho. As reuniões se realizam na própria unidade escolar e de preferência durante duas horas consecutivas e; eventualmente, na Oficina Pedagógica ou num outro espaço educacional, previamente definido, através da utilização de parte ou do total de horas previstas para o mês em curso; Centro de Referência de Educação Mario Covas, 2009. Mas há relatos que esse precioso tempo técnico em muitas escolas é utilizado para tratativas de ordem administrativa apenas.

O profissional que trabalha no meio rural sente-se desvalorizado, é considerado menos importante, comparando-se com aqueles que lecionam na zona urbana. Ainda, pelo fato de ficar distante da cidade durante a semana devido às longas distâncias entre a cidade e o campo e as dificuldades relacionadas ao transporte, ao custo de deslocamento, entre outros aspectos, opta por morar no meio rural, ficando impossibilitado de investir em seu aperfeiçoamento profissional e na continuidade de seus estudos.

A escola é uma instituição fundamentalmente urbana, portanto leva às populações rurais valores, atitudes, conhecimentos, muitas vezes distantes do modo de viver e de ver o mundo [...] não leva em consideração as características culturais dessa população; os objetivos, currículos e programas, metodologia, preparação de docentes, organização de horário da escola rural seguem padrões da escola urbana e não se adequam completamente às crianças da zona rural. Os professores são despreparados em todos os sentidos para trabalhar em escolas rurais, principalmente porque são quase sempre originários da zona urbana, o que reforça essa inadequação. Consequentemente a escola não prepara o alunado para trabalhar o campo nem na cidade. (PORTO, 1994, p.7)

Para contribuir com a formação de indivíduos que atuam na sociedade, não basta ter a instrumentalização técnica obrigatória e necessária para o melhor desenvolvimento de seu ofício, cabe a este profissional muita sensibilidade e amor pelo seu trabalho e pelas pessoas. A professora que lecionou em 2008 na E. E. Rio Bonito devido à sua sensibilidade adotou as medidas necessárias para a promoção

de um aluno matriculado na primeira série para a terceira. Essa criança por três vezes tentou frequentar a escola, mas por falta de adaptação desistia dos estudos, pois se trata de uma criança com potencialidade bem superior à sua idade cronológica. Hoje com doze anos está matriculada na terceira série, mas desenvolve as atividades da quarta série. Esta criança (Foto 12), após a realização das “lições de casa”, auxilia o pai nas atividades mecânicas em sua modesta oficina, substituindo peças, reparando outras e trocando pneus etc. A disciplina de que mais gosta é a matemática, também manifesta o desejo de ser mecânico na cidade, mas não soube justificar por que executa junto com a família os trabalhos da lavoura: plantar e colher. Mas diz que o faz por obrigação, não tem o mesmo prazer como o que tem com as atividades mecânicas.

Pode ser que educadores sejam confundidos com professores, da mesma forma como pode se dizer: jequitibás e eucaliptos, não é tudo árvore, madeira? No final dá tudo no mesmo?

Não, não dá tudo no mesmo, porque cada árvore é a revelação de um *habitat*, cada uma delas tem cidadania num mundo específico. A primeira no mundo do mistério, a segunda, no mundo da organização, das instituições, finanças. Há árvores que têm uma personalidade, e os antigos acreditavam mesmo que possuíam uma alma. É *aquela* árvore diferente de todas que sentiu coisas que ninguém mais sentiu. Há outras coisas que são absolutamente idênticas umas às outras, que podem ser substituídas com rapidez sem problemas. (ALVES, 1993, p.13).

Foto 12: Aparecido Domingues da Silva
(Autora: S. Herculiani setembro 2009)

O educador deve despojar-se de seus preconceitos e deixar de impor o seu próprio saber. Para exercer de maneira legítima seu papel, deve partir do referencial vivido pelos educandos, apossar-se de seus saberes, do modo de vida daqueles que pretende ensinar, pois estes sabem mais do que o seu professor sobre o meio em que vivem. O educando é um preservador como também criador permanente de cultura, é protagonista do processo sociocultural, especialmente porque precisa permanentemente de desenvolver estratégias para superar as dificuldades, não raramente enfrentadas no campo. Essa lógica de vida precisa ser compreendida para que o educador adentre com os conhecimentos adequados, os quais se esperam que o educando efetivamente aprenda como também apreenda o que não

é sabido, e que esse conhecimento esteja contextualizado ao seu modo de vida. Portanto o professor precisa aprender, para que o seu ensinamento tenha significado para o educando.

No Brasil, o educador, sobretudo no ensino básico, legitima unilateralmente sua própria cultura de classe e usa a autoridade da função pedagógica para impor sua ditadura cultural, não raro uma tirania dessocializadora, que mais destrói do que constrói. Com isso, o educador se fecha à possibilidade e à necessidade de sua própria ressocialização a partir do processo interativo com seus alunos.[...] Um professor que só fala é culturalmente surdo, é de fato um deficiente, como é deficiente a escola em que ele ensina. Essa escola em geral se baseia amplamente no falso pressuposto de que uma pessoa analfabeta é também ignorante. Conheço pessoalmente sábios analfabetos, muitos dos quais, no campo, e mesmo na cidade, têm na cabeça uma verdadeira biblioteca de livros transmitidos através das gerações pela tradição oral. (MARTINS, 2005 p.1)

O país possui uma inestimável pluralidade cultural, ações de todos os gêneros devem levar em conta essas singularidades, em particular na escola. Esta deveria ser uma instituição do diálogo cultural com os educandos, seus familiares e parentela. O ensino ministrado, seja na zona rural, seja na cidade, deveria considerar essa diversidade.

No campo, em particular, mas também em não poucas atividades econômicas da cidade, o trabalho, mesmo do adulto, é muito mais do que isso. Tem remota tradição o estar junto no trabalho como modo de trabalhar que reúne pais e filhos em diversas funções de uma mesma atividade. Pode-se ver isso celebrado em famosa escultura de barro do Mestre Vitalino, de Pernambuco: “Casa de farinha”. Ali há uma divisão do trabalho que reúne adultos na maturidade, mas também velhos e crianças. Simbolicamente, estes últimos estão no centro de uma sequência de trabalho, numa espécie de círculo imaginário, participando mais do que trabalhando. Essa é a forma como se educa e protege a criança no campo, ainda hoje. (MARTINS, 2005 p.1)

Ao estabelecer a necessidade de uma formação específica para a criança e o jovem do meio rural, está se ressaltando a importância de se ter um processo educacional em que eles sejam os protagonistas, pois já portam inúmeros conhecimentos sobre o meio natural, devido à sua intrínseca relação com o meio.

Esse conhecimento pode ser aprofundado, tornando-se a base para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências necessárias para contribuir com o seu desempenho profissional.

Não podemos esperar resultados positivos de um programa, seja educativo mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo, se constitui numa espécie de 'invasão cultural', ainda que feita com a melhor das intenções. Mas 'invasão cultural' sempre. (FREIRE, 1978. p. 38).

No processo educativo de inserção social da criança e do jovem rural, a importância da linguagem, em todas as suas formas de expressão, acentua-se como mecanismo de comunicação humana, na medida em que se constitui elemento fulcral da expressão da cultura, do entendimento entre os homens e, portanto, de socialização e de participação, esta se constitui como caminho e expressão da cidadania. (DEMO, 1990).

O estabelecimento de uma relação de afeto entre professor e o aluno também é fundamental para que seja estabelecido o processo de aprendizagem – a boa convivência entre educador e educando traz estabilidade para o grupo.

Esta professora (foto 13) expressa a necessidade de melhorar a qualidade do ensino “*de ter pelo menos um auxiliar de ensino, para ter condições de elevar o trabalho com as crianças*”, um computador com internet e livros variados para que os educandos pudessem levá-los para casa e depois contar uns aos outros as histórias lidas. Queixa-se da falta de recursos didáticos e materiais diversos. O mimeógrafo está há meses para ser consertado, dificultando ainda mais o exercício de sua função. É uma profissional cheia de vida que não foi contaminada pelo desânimo em função da precariedade de condições e do isolamento em que trabalha. Durante nossas conversas, em momento algum, fez reivindicações de ordem pessoal.

Foto 13: Liliana Aparecida Domingues
(Autor: S. Herculiani Setembro, 2008)

Mas o desconhecimento dos/as professores/as sobre as características culturais da população nativa é geral, implicando no declínio de aspectos extremamente importantes à reprodução sociocultural dos educandos e seu fortalecimento identitário. Muito do que é abordado na escola não tem um valor utilitário para a vida do caipira, está fora do seu contexto sociocultural, na medida em que são implantados valores¹⁴ e costumes urbanos, através da fala das professoras, do currículo e do material didático, caracterizando uma disfuncionalidade entre a escola e o meio rural, em consequência da imposição de um modelo educativo que serve às cidades mais do que às zonas rurais, Rizzoli (1987). São desconhecias as Orientações Internacionais, tal como a Declaração

¹⁴ A educação busca alcançar a justiça social, a igualdade, a felicidade para todos, para isto é necessário que haja o entendimento do alunado - seu funcionamento psicológico e como se relacionam consigo mesmos e com o mundo à sua volta. Certamente a observância a estes aspectos pode contribuir na construção de procedimentos e estratégias educativas mais eficientes que permitam a construção efetiva de valores éticos desejáveis pela sociedade.

Universal Sobre a Diversidade Cultural¹⁵ e, sobretudo, as normas nacionais em especial a Lei de Diretrizes e Base da Educação, nº9394/96, que procura quebrar o paradigma da homogeneização cultural. Alunos e alunas entendem que aquilo que aprenderam até então com seus familiares não tem valor, e sim apenas aquilo que é transmitido pela professora. De forma inconsciente, os educandos, além de terem sua cultura ignorada, podem também, com o tempo, passar a rejeitar o modo de vida local. Inadvertidamente, os profissionais acabam estimulando as crianças e os jovens a migrarem do campo em rumo das periferias das cidades, subempregando-se e, sobretudo, distanciando-se da lógica econômica, até então vivenciada na cultura caipira, de produção e consumo, dos laços de solidariedade, ficando submetidos à divisão social do trabalho e a horários rígidos. Longe de seguir as condições ditadas pela natureza, até então conhecidas e distanciando-se de suas características culturais, contribuindo para a perda da identidade caipira.

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras. (UNESCO, 2005).

O modo de vida da população tradicional do Jurupará apresenta muitas singularidades, principalmente se comparadas às pessoas do meio urbano, contudo, talvez por falta de investimentos na formação das professoras ou até por desconhecimento ou ainda por desvalorização, o professorado sequer questiona a validade dos conteúdos aplicados em sala de aula, como se os conhecimentos dos

¹⁵ A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e Plano de Ação (UNESCO, 2005), reafirma que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

alunos e alunas não tivessem nenhum valor social, muito embora o Plano Nacional de Educação¹⁶ preveja a *adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio*.

As características culturais são ignoradas pelo sistema de educação, de maneira que as formas sociais e culturais comunitárias, em muitos casos, não são levadas em conta e, mais do que isso, por vezes são entendidas de maneira preconceituosa. O campo torna-se fértil para que a autoestima dos alunos e alunas fique depreciada, fazendo com que seja criada uma imagem de um saber não muito favorável à memória e à cultura caipira; caminhando na contramão dos objetivos da educação, no sentido de desenvolver cidadãos sábios e uma comunidade livre, de estimular a cidadania, liberdade e a criatividade individual.

Não se trata de negar a utilidade do arcabouço educacional do meio urbano, mesmo porque essa população está exposta aos conteúdos, conceitos e simbolismos do meio urbano através de inúmeras formas, muito menos de desejar o congelamento do modo de vida das populações que vivem no campo, mas sim construir uma educação que valorize a cultura rural e, em particular, a cultura caipira com o objetivo de proporcionar aos educandos desenvolvimento pessoal e profissional, também que sejam preparados para se autopromoverem de acordo com a realidade que vivenciam.

Contudo na esfera municipal, em particular de Ibiúna, apesar do financiamento do ensino aos municípios pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB-, com o intento de propiciar uma educação de qualidade também no campo, passa ao largo do aproveitamento dos/as alunos/as, do aprimoramento profissional dos docentes e do desenvolvimento social; até o momento não há qualquer iniciativa voltada à efetividade da melhoria da educação.

¹⁶ Lei n° 10.172/2.001 – Subsídios para elaboração dos planos estaduais e municipais de educação.

É necessário criar meios efetivos de participação desses docentes no sistema de ensino, para assegurar que os novos conhecimentos sejam veiculados, e permitir que eles possam situar-se no mesmo plano em que seus colegas das escolas urbanas, rompendo o atual isolamento e oferecendo-lhes condições de trabalho que lhes possibilitem exercer as funções docentes devidamente preparados de forma técnica. (DEMARTINI, 1984, p. 6-8).

A tendência que vem sendo desenhada, com relação à educação formal para a população tradicional em idade escolar que vive no interior do PEJU, é deslocar para o município de Juquitiba todos os níveis de ensino e ficar sob responsabilidade administração estadual, a exemplo do que já vem ocorrendo, inclusive para o ensino fundamental I, que, a partir do presente ano, já absorveu parte da demanda de educandos para a séries iniciais, além do fundamental II e nível médio.

2.4 Interpretações sobre as atividades de saber - fazer

Outro aspecto de extrema importância a ser ressaltado diz respeito à interpretação de algumas professoras sobre a reprodução sociocultural nas famílias nativas. As professoras têm interpretado o Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁷ de forma equivocada, talvez devido à leitura acrítica corroborada pelo desconhecimento das formas de educar na família caipira. As docentes entendem que o auxílio prestado, que deve ser entendido como aprendizado, nas atividades domésticas representa trabalho infantil. Chegam a fazer certo terror junto aos pais e às crianças para haver interrupção das atividades que exercem nas comunidades onde vivem.

Através da verificação dos Livros de Atas de Visitas às Escolas da Secretaria Estadual de Educação, constata-se que essa questão está presente desde muito tempo, há registros de solicitação das professoras aos pais para evitarem de os

filhos faltarem às aulas, como também do compromisso destes em mandá-los para a escola. No passado, esta situação era muito frequente, pois as famílias eram numerosas e muitos pais, na época da lavoura, necessitavam dos braços dos filhos para tirar da terra o sustento da família, afastando-os da escola.

Contudo, na atualidade, observa-se que os trabalhos realizados são efetivamente de auxílio, ou seja, estratégias de aprendizagem, sendo realizados em horários contrários às aulas e aos finais de semana. Observa-se baixo índice de ausências às aulas entre as crianças nativas, de acordo com o livro de chamada e informações prestadas pelas professoras.

A Lei nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - protege a ambos sobre vários aspectos, inclusive nos relacionados às questões relacionadas ao trabalho, as quais destacam-se os artigos abaixo:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade...;

Art.58º - No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura;

Art. 67 - Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho: I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte; II - perigoso, insalubre ou penoso; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

[...] quem entregaria aos cuidados de uma menina pequena e descalça, que lê enquanto trabalha e caminha? Pois, pelo menos enquanto atravessam a trilha ao longo do canal, parece nem ser necessário prestar atenção ao caminho e ao trabalho e, por isso, é possível ler.

O olhar dela atento e como conhece de cor o caminho e a mansidão do bicho, pode concentrar a atenção em ler e, assim, aprender o que não sabe. Criança e camponesa, possivelmente pobre, estaria a menina apenas vendo as figuras de uma revista em quadrinhos que também lá no Vietnã, em 1977, faz as delícias das crianças de um país desvendado por guerras de libertação? Parece que não. O verso quase branco das folhas sugere um caderno ou, quem sabe uma cartilha. A menina lê. Diversa dos dois meninos, que montados num segundo boi apenas viajam e fazem do trabalho o prazer do passeio, a menina parece atenta, estudar, e faz do trabalho o intervalo do ensino [...] Aquilo através do que se lê; aquilo com os homens trocam entre si, nas trilhas difíceis da vida em sociedade, as

mensagens e os significados, que tornam ao mesmo tempo, tal vida, social e a deles humana. Isto é vivida, *como através da cultura*.

Atenta aos estudos mais do que no trabalho, a menina mergulha talvez sem saber, no universo do significado e aos poucos se apossa – outro caminho que percorre – do poder de viver em um contexto de vida que o trabalho humano realiza e o saber torna significativo. Algo que sobre a própria vida que a natureza dá ao boi (que também trabalha) e a ela (que trabalha e sabe) a cultura transforma e significa. (BRANDÃO, 1985, p.10).

O preparo à profissionalização no meio rural e a transmissão de valores se dá através do saber-fazer, está implícito no processo educativo o preparo para o “futurar”, ou seja, do exercício prático das atividades cotidianas necessárias à reprodução sociocultural, sendo consideradas as especificidades do modo de vida caipira (alimentação dos animais, coleta de elementos da natureza, identificação de plantas e animais, cuidado com hortas verduras e com legumes orgânicos, com horta de ervas medicinais, com produção de artefatos etc.) Atualmente esses conhecimentos são altamente valorizados por inúmeros segmentos, também na zona urbana. Para exemplificar, é comum pesquisadores científicos de universidades, institutos de pesquisa e OnGs contratarem os serviços especializados de mateiros para identificação de espécies da flora e fauna em áreas naturais. Serviços estes compreendidos como altamente qualificados e bem remunerados, porque hoje não há muitas pessoas portadoras do domínio de tais informações. Mateiro é uma profissão em extinção, decorrente da falta de assimilação pelos jovens dos conhecimentos tradicionais acumulados por várias gerações.

A título de exemplificação, o “trabalho” da menina junto à mãe na coleta de macela para a confecção de travesseiros, a fim de suprir as necessidades da família pode ser considerado trabalho infantil? De exploração e de impedimento à escolarização? E do menino junto ao pai na extração de tábuas para fazer esteiras utilizadas como colchões? É através da transmissão oral e do exercício das atividades que os nativos - pai, mãe, tios, avós - ensinam crianças e jovens como

viver no meio natural. Atividades praticadas rotineiramente que não implicam em prejuízo à presença dos educandos nas escolas. São sim estratégias de reprodução sociocultural, é o denominado exercício do saber-fazer transmitido de geração a geração (Foto 14).

Foto 14 :Wellington Cabral de Moraes (imita a mãe e recolhe os ovos deixados pelas galinhas no terreiro)
(Autora: S. Herculiani março/2008)

As agências reconhecidas como externas: a escola e a igreja, são lugares de ensino e formação específicos: as escola para instrumentalização da cidadania e para a produção da condição de trabalho urbano; a igreja para assuntos da própria vida religiosa. Por isso, percebidos na cidade como “ensinos” importantes, são definidos como “ensinos” específicos, restritos. Não precisam e não devem substituir o trabalho pedagógico de domínios internos da prática social e reprodução do saber, sobretudo o saber do trabalho produtivo tradicional (casa, quintal, lavoura e oficina) e o das regras da vida social. (BRANDÃO, 1983, p. 232).

Essa questão surge de forma recorrente na população, através da fala da professora para os pais, entre pais na comunidade, sendo, inclusive, objeto de nossa discussão junto ao Ministério Público da Comarca de Ibiúna, momento em que foi reforçado pelo Órgão que a transmissão de conhecimentos é adquirida através práticas cotidianas e que, portanto, as professoras devem ser alertadas frequentemente sobre a necessidade de garantir a reprodução sociocultural das crianças nativas.

É importante destacar a preocupação de pais e avós com o futuro dos mais novos, explicitada pelos depoimentos espontâneos, abaixo, em função, da pressão legal que acabam por dificultar e até impedir as atividades de reprodução sociocultural¹⁸:

(...) hoje em dia o governo que fez isso, de botá a ordem de que os pais num pode deixá os filho trabalhá. Cê acha que isso é correto? É claro que num vai judiá . Isso aí já vem, no modo que tava falando ontem, do ensinamento dos pais e das mães de dentro de casa. (Julinda, 08/2009)

Conversa espontânea entre D. Julinda Domingues e Sueli Alves de Moraes Domingues:

___ Depois que entro essa lei que diz que as criança não pode trabalha. Eu, na minha opinião, eu não concordo com essa lei, tem que trabalha conforme pode, né, não pode exigí aquilo que eles não consegue, né, um poquinho, né, acompanha o movimento pra vê. (Sueli, 06/2007)

___ O que a criança não agüenta fazê, ninguém vai obriga uma criança a fazê o que não pode, mas vai dexando lá por depois tudo que os pais faiz, no fim eles sabe fazê. (Julinda, 06/2007).

Na cultura tradicional, o educar está centrado na ação, na manifestação. Essa forma de ensinar provém da tradição da aprendizagem oral que é exercitada através de práticas de ação dialética - na comunidade se aprende e se ensina fazendo. Ensinar é um exercício de capacidade que permite ir através da vida com sentido

¹⁸ Depoimentos completamente espontâneos obtidos em trabalho, em épocas distintas, de campo no Bairro dos Paulos pela Pesquisadora Científica Cristina de Marco Santiago.

comunitário, (MUÑOZ, 2003). Nos “lugares” onde vivem as famílias nativas, a partir de certa idade, mas ainda na primeira infância, todos, inclusive os mais velhos, têm responsabilidades de trabalho, de sustento de seus membros e da manutenção da família.

A convivência familiar estimula essa aprendizagem através das tarefas, com paciência; as meninas, na casa e no terreiro e os meninos, na mata e na roça. Na comunidade se convive diferentemente das formas sociais urbanas, ali conviver implica fazer, estar; fazendo, dando e recebendo; ensinando e aprendendo (Foto 15).

Foto 15: Vitória G. Domingues da Silva, brincando com o balaio tecido pela avó.
(Autora: s. Herculiani -Novembro/2008)

A socialização converge uma série de experiências de sentido e de disposição da pessoa em sua formação comunitária. Nas práticas culturais, a intuição e o sentido comum são vias de acesso ao saber. Experimentar resulta em fazer da vida diária estratégia de aprendizagem, na qual a comunidade revela-se

como um laboratório e acervo de saberes, através da ação a pessoa acumula conhecimentos e habilidades, um processo permanente de aprender e ensinar, por gerações a fio. É dessa maneira que se perpetuam e que se aprimoram os conhecimentos.

Dessa maneira, as atividades executadas por crianças e adolescentes não podem ser interpretadas como trabalho, mas sim como aprendizado e profissionalização e, sobretudo, como cultura. Se estas crianças e jovens não se apropriarem dos conhecimentos tradicionais, transmitidos pelas gerações antecedentes, pelos mais velhos, como irão viver no futuro, já que a vida no campo é baseada essencialmente na relação homem- natureza?

O comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada [...] O determinismo geográfico considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural.

[...] O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecedem. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. (LARAIA, 1986, p. 20 e 46).

Crianças e adolescentes nativas são herdeiras de conhecimentos ancestrais, transmitidos oralmente e através do fazer-aprender, acumulados há mais de duzentos anos, (HERCULIANI, 1995). São saberes que provêm o atendimento de muitas necessidades da vida humana. Conhecimentos intrínsecos à natureza, dela tudo tiram para a reprodução sociocultural e econômica. É um modo de vida simples, onde não há pobreza. Tais informações na atualidade têm o nome de sustentabilidade, igualdade social, que “a humanidade” anseia conhecer com a intenção de minimizar as consequências do modelo predatório, do ponto de vista ambiental, e degradante, do ponto de vista social, iniciado com o processo de

industrialização hoje denominado mundialização, que atende aos objetivos de uma pequena parcela da sociedade que se apropria dos elementos da natureza e da força de trabalho para garantir a acumulação do capital, gerando a desigualdade social, pobreza e condição de miserabilidade, situação comum em todo país.

A escola tem um papel preponderante na valorização dos conhecimentos transmitidos pela família; por gerações, tem a escola a posição chave para o fortalecimento identitário das crianças e adolescentes caipiras.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS MORADORAS EM TERRITÓRIOS INCORPORADOS POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

A natureza era utilizada pela sociedade para a subsistência, dela retiravam-se os elementos fundamentais à vida. Possuía-se alto grau de dependência desses materiais e, por isso, ao longo da história, adquiriram-se conhecimentos acerca dos ciclos naturais que possibilitaram o desenvolvimento de técnicas rústicas sobre a utilização e o manejo desses recursos, os quais garantiram a prática de atividades como a alimentação (caça, pesca); coleta para fins diversos; vestuário; abrigo dentre outros; atividades/trabalhos que representavam pouco impacto sobre o meio natural devido às técnicas empregadas.

A relação assimétrica que o homem passou a estabelecer com a natureza, não mais para reprodução sociocultural, mas sim para atender o modelo de crescimento econômico urbano-industrial – em que a natureza é revertida em recursos para atendimento às necessidades crescentes de consumo e acumulação de capital, tornou-se tão agressiva ao longo do tempo, sendo necessário o estabelecimento de mecanismos legais para proteger os elementos da herança natural e cultural através da delimitação de espaços para conter as próprias ações humanas.

A instituição de áreas naturais protegidas, especificamente na figura de parque, surge no século XIX, como principal estratégia para a conservação de paisagens exuberantes, de modo a assegurá-las para o usufruto das gerações

vindouras. A partir do século XX esta estratégia de conservação tornou-se bem expressiva com o objetivo de proteger espécies da flora e fauna em perigo de extinção, e de propiciar à sociedade exclusivamente a recreação e a realização de pesquisas científicas.

As primeiras áreas naturais protegidas foram criadas nos Estados Unidos, com os Parques Nacionais de Yellowstone e Yosemite em 1864 e 1872, respectivamente, com o objetivo de preservar suas paisagens – reservadas das ações humanas. No Brasil, a primeira unidade de conservação criada foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, no Rio de Janeiro.

Ao longo da história, indiscutivelmente, o movimento conservacionista em todo o mundo promoveu benefícios fundamentais derivados da conservação, importantes áreas silvestres foram protegidas nos diversos biomas, possibilitando, em parte, o equilíbrio ecológico e evitando que espécies fossem extintas, entre tantos outros benefícios. O modelo adotado para a conservação da biodiversidade assume uma posição cartesiana¹ na qual a presença humana torna-se permitida apenas para a contemplação e recreação. Tal modelo tem como princípio o poder de destruição da natureza pela sociedade, razão porque sociedade e natureza devem ser apartadas.

Nesse modelo, é desconsiderado o tipo de relação que a sociedade estabelece com a natureza: se é um modo exploratório, conduzindo a exaustão dos recursos naturais e prevalecendo a questão de ordem econômica - típico das sociedades urbano-industriais ou se é uma relação construída historicamente, em que a dependência dos elementos da natureza é determinante à reprodução

¹ A visão cartesiana é aquela que entende o mundo de maneira linear e parcial, na qual os fenômenos ocorrem de maneira independente e, por consequência, não permite uma visão global da ação humana. No seio de suas contradições, surge a nova abordagem a transdisciplinariedade.

sociocultural. Assim, as instituições responsáveis pela gestão das unidades de conservação não têm considerado as inúmeras formas e maneiras de acessar os meios de subsistência de modo a satisfazer as necessidades humanas básicas. Mesmo levando em conta que as necessidades sejam universais, as formas de satisfazê-las variam com as características culturais, ambientais e condições históricas (MAX-NEEF et al, 1989, apud PIMBERT; PRETTY). A adoção desse padrão descontextualizado da realidade de muitos países causou expulsão de povos nativos que viviam ancestralmente nas áreas transformadas em objeto de proteção legal, ou, então, esses povos foram submetidos as severas restrições legais, passando a ficar à margem da lei em face do atendimento das características do seu modo de vida.

As pessoas dentro e em volta das áreas protegidas, são, portanto, vistas como pobres se usam roupas feitas em casa em vez de fibras sintéticas. São consideradas pobres quando vivem em casa construídas com material local, como bambu, pau a pique, em vez de concreto. A ideologia do desenvolvimento considera dessa forma essas comunidades, ou porque não participam totalmente da economia de mercado, ainda que estejam satisfazendo suas necessidades básicas por meios próprios. Esse desprezo pela engenhosidade e diversidade reforça ainda mais o modelo dominante de desenvolvimento, baseado na uniformidade centralização e controle. (MAX-NEEF et al, 1989, apud PIMBERT; PRETTY,2000)

A instituição de unidades de conservação é uma maneira importante de resguardar o patrimônio natural, remanescentes de biomas explorados em todo o país. Todavia se faz necessário que a criação dessas áreas especialmente protegidas seja resultado de ações de planejamento embasadas em trabalhos técnico-científicos, sendo incorporadas as dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais; consideradas as escalas local, regional e nacional; e sobretudo, que seja garantida a participação da sociedade no processo.

A história de criação de parques de maneira unânime ignorou a presença de populações humanas, muitas delas vivendo há séculos naqueles territórios, situação agravada, se considerarmos que a maior parte das florestas está localizada no Sul, portanto em países considerados emergentes, em que a concentração de pobreza e a devastação do meio natural são crescentes, devido aos modelos de desenvolvimento inapropriados e, sobretudo, pelas políticas públicas que são marcadas por baixos níveis de investimentos na área social, como habitação, saneamento, saúde, educação e outros; questão a ser tratada mais amiúde adiante, especialmente no que toca a educação. Portanto, a dimensão ambiental deve ser integrada à política de desenvolvimento do País e ser combinada com outras perspectivas críticas baseadas na preocupação com os direitos humanos, com os valores da autonomia nacional e da identidade cultural dos povos.

No Brasil, por influências primordialmente de cunho internacional, foi adotado este mesmo padrão de conservação da natureza, ou seja, a criação de unidades de conservação de uso indireto. A exemplo dos demais países, os povos nativos foram banidos de seus territórios e, quando neles permaneciam, ficaram sob sujeição das normas, afastando-se das práticas tradicionais e comprometendo muitas vezes a satisfação das necessidades elementares.

Outro fator contribuinte para o agravamento da problemática foi a postura que se definiu historicamente, como a política do ignorar o problema, conforme expõe Terborgh (2002), qual seja, a presença humana nos parques era escamoteada, não havia, portanto, motivos para envidar esforços para a instituição de políticas de gestão de conflitos, bem como desnecessário desenvolver estudos sobre a relação homem-natureza que pudessem subsidiar a proposição de políticas

públicas com vistas a proteger igualmente a natureza e as comunidades que ali vivem historicamente, as chamadas populações tradicionais.

As políticas públicas são entendidas como sendo *responsabilidade* do Estado quanto à implementação e manutenção, a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. (HÖFLING, 2001).

Para Guillaumon (2002), as leis representam os principais mecanismos das políticas públicas. Esse “disciplinamento” - criação de porções ambientalmente significativas por meio da instituição de decretos é extremamente necessário, contudo devem ser resultantes de estudos que culminem em planejamento estratégico e na implementação de programas/planos intersetoriais. Desse modo, devem ser vinculados às questões ambientais e outras, tais como saneamento, produção de água, licenciamento, educação, saúde etc., e que sejam consideradas as temporalidades de curto a longo prazos e, sobretudo, que sejam entendidas como estratégias territoriais no desenvolvimento de políticas ambientais, aqui no caso voltadas à conservação por meio da criação e do manejo de UC's.

Mello (2002) ao abordar as questões territoriais, coloca em evidência a dimensão ambiental face o fortalecimento do contexto internacional, a partir do desenvolvimento e da disseminação de acordos e convenções internacionais especializados, sobretudo, no meio ambiente. Essas manifestações de cunho internacional provocaram a instituição de políticas ambientais também no Brasil. Na década de 70, é publicado o relatório “Limites do Crescimento”, apresentando modelos que relacionavam variáveis de crescimento econômico, explosão demográfica, poluição e esgotamento de recursos naturais. Posteriormente a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano-1972, realizada

em Estocolmo e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em 1992, consideraram a dimensão mais global da problemática mundial, juntas compõem o elenco de princípios e diretrizes que nortearam as políticas ambientais brasileiras.

O III Congresso Mundial de Parques, realizado em Bali/ Índia em 1982, também é considerado um marco histórico na medida em que a comissão de Parques da UICN - União Nacional para Conservação da Natureza - inicia a campanha de proposição de políticas que abarcassem a criação e o manejo de parques nacionais, bem como de outras categorias de áreas naturais protegidas, levando em conta o desenvolvimento regional e estadual - as populações, os recursos naturais e o meio ambiente -, momento em que as populações tradicionais passam a ser entendidas como manejadoras dos elementos da natureza. Esse argumento passa a ser utilizado para manter as populações tradicionais no interior dos parques, e, ao mesmo tempo, para usar os conhecimentos tradicionais dessas populações, a fim de investigá-lo e utilizá-lo em “favor da conservação”, VIANNA, 2008:159. Ainda, nesse evento, é apontada a necessidade da compensação, no caso de perda de direitos das populações tradicionais em usufruir dos recursos devido a ações equivocadas de planejamento e gestão da UC.

[...] se sentirem que estão usufruindo apropriadamente dos benefícios provenientes da área protegida, sendo compensado apropriadamente por qualquer perda de direitos e levados em conta/consideração no planejamento e operações. UICN, 1982

Em 1994 é realizado IV Congresso Mundial de Parques na Venezuela, que ensejou a publicação de uma obra na qual é afirmada a necessidade das populações locais apoiar a conservação das áreas sob proteção especial e a criação

de um sistema de categorias de áreas protegidas, com o objetivo de proporcionar melhor compreensão sobre os conceitos das categorias de manejo, a partir de seus objetivos pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - UICN, (Tabela 2). Na Declaração de Caracas, resultado desse Congresso, foi recomendado que o planejamento e as ações de manejo de áreas protegidas *“têm que ser realizados de forma sensível às necessidades e preocupações das populações locais”* e encorajaram as *“comunidades, organizações não-governamentais e instituições do setor privado a participar ativamente da criação e gestão de parques nacionais e áreas protegidas”*.

Tabela 2- Categorias de Áreas Protegidas – IUCN

Categoria de Área Protegida	Objetivo de Manejo
I- Reserva natural estrita/ área natural silvestre	Área protegida, manejada principalmente para fins científicos, ou de proteção da natureza.
II- Parque nacional	Área protegida, manejada principalmente para a conservação de ecossistemas e para fins de recreação.
III- Monumento natural	Área protegida, manejada principalmente para a conservação de características naturais específica.
IV- Área de manejo de hábitat/ especies	Área protegida, manejada principalmente para a conservação, com intervenção mediante gestão.
V- Paisagens terrestres e marinhas protegidas	Área protegida, manejada principalmente para a conservação de paisagens terrestres e marinhas e com fins recreativos.
VI- Área protegida com recursos manejados	Área protegida, manejada principalmente para principalmente para utilização sustentável dos ecossistemas naturais.

UICN- Union Nationale de Protecion de La Naturaleza

A criação e gestão em todas as categorias de áreas protegidas vêm evoluindo em direção a modelos de maior responsabilidade social, que incluem as aspirações e necessidades das populações locais, enquanto que o envolvimento das comunidades locais na gestão da área protegida vem sendo incentivado ativamente em vários países.

Os parques nacionais da Grã-Bretanha não somente reconhecem integralmente os direitos existentes, mas também procuram manter os sistemas agrícolas estabelecidos. Mais que isso, envolvem formalmente as autoridades locais no manejo e criam mecanismos que asseguram aos residentes locais influência direta no processo decisório. (COLCHESTER, 2000, p.228.)

No V Congresso Mundial de Parques, realizado em 2003 em Durban, África do Sul, foi destacada a necessidade de encontrar formas inovadoras e efetivas de incluir as áreas protegidas nas estratégias de desenvolvimento sustentável e a de reduzir a pobreza, principalmente porque os países que ainda detêm significativas áreas protegidas é onde se concentram as maiores injustiças sociais.

Esses eventos representam o marco da mudança de paradigma - as populações tradicionais passaram a ter, paulatinamente, algum reconhecimento, visto que até então as políticas ambientais davam exclusividade à proteção do patrimônio natural, denotando, assim, um posicionamento arraigado de uma ideologia biocentrista², na qual a relação homem-natureza inexistia, SANTIAGO et al., 2007.

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os conhecimentos das populações tradicionais passaram a ser reconhecidos como

² O biocentrismo é uma concepção, segundo a qual todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro da existência.

patrimônio cultural brasileiro, como bens de natureza imaterial ou material, tomados individualmente ou em conjunto. Integrando a categoria de bens de interesse público, na medida em que o artigo 129, inciso V atribui ao Ministério Público a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas e coletivo, lato sensu ou difuso (OLIVEIRA et al., 2007). A dicotomia presença humana versus conservação da natureza perdura há décadas. O acirramento dos conflitos entre o gestor das unidades de conservação - UC e as populações nativas, de forma muito lenta, ensejou a adoção de experiências com novos objetivos de manejo que visam à compatibilização das populações com a conservação da biodiversidade e a pesquisa científica (MILLER, 1997, p.5).

Apenas na década de 90 que as populações tradicionais brasileiras passaram a ter algum reconhecimento da importância da manutenção do patrimônio cultural acumulado por gerações, que, na atualidade, são meios para o desenvolvimento técnico-científico, dando origem à fabricação de produtos de alta sofisticação e de elevado valor agregado no mercado mundial, formas de manejo dos inúmeros elementos da natureza, entre outros, resultando na instituição das primeiras políticas ambientais que tratam das populações tradicionais, conforme demonstrado no quadro II abaixo.

O Decreto Federal, nº 750/1993, (revogado pelo Decreto 6660/2008) que tratava do corte, a exploração e a supressão de vegetação primária nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, foi a primeira norma ambiental que traz à baila a questão população tradicional, pois mediante solicitação junto ao órgão licenciador autorizava a exploração de recursos naturais pela população, tendo prioridade no atendimento e isenção de taxa pecuniária de serviços.

Abaixo é apresentada as políticas públicas brasileiras, no que toca a população tradicional (Tabela 3).

Tabela 3 - Políticas públicas brasileiras referentes às populações tradicionais

Diploma Legal	Objeto	Observações
Decreto Federal nº 750, de 10/02/1993, revogado pelo Decreto 6660, de 21/11/2008	Dispõe sobre a exploração e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados de regeneração da Mata Atlântica	Os requisitos deste artigo não se aplicam à exploração eventual de espécies da flora, nas propriedades ou posses das populações tradicionais, ficará sujeita a autorização pelo órgão estadual responsável
Lei Federal 9985, de 18/07/2000	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	Prevê a realocação da população tradicional em reassentamento, sendo garantido até final do processo a compatibilização de sua presença com os objetivos da UC
Decreto Federal 4.340, de 22/08/2002	Regulamenta artigos da Lei 9985/2000 que dispõe sobre o SNUC	Define procedimentos para reassentamento das populações tradicionais residentes em UC
Lei Federal 11.428, de 22/12/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências	Define os termos, população tradicional, produtor rural, pousio, prática preservacionista e exploração sustentável, e prevê a possibilidade de exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto de espécies da flora nativa para consumo ou quando necessário o corte e supressão para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à subsistência das populações tradicionais e/ou pequenos produtores rurais, independentemente de autorização dos órgãos competentes
Decreto Federal 6040, de 07/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais	Define os termos povos e comunidades tradicionais, territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável
Lei 6660, de 21/11/2008	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22/12/2006	A exploração de matéria prima florestal nativa para uso no processamento de produtos ou subprodutos destinados à comercialização, pelas populações tradicionais ou por pequenos produtores rurais, depende de autorização do órgão ambiental competente

Após longos anos de discussão, é instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC -, Lei Federal nº 9985/2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. É importante destacar algumas considerações quanto aos avanços trazidos pela principal política de conservação do país, no que se refere às populações tradicionais. Indiscutivelmente, a criação de categorias de uso sustentável, com o objetivo de proteção da cultura tradicional, é o grande salto na política de conservação, a Reserva Extrativista e a Reserva de desenvolvimento Sustentável.

Art. 18. A Reserva (...) e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 20. § 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

O Decreto Federal nº 4340/ 2002, que regulamenta o SNUC, em seu Capítulo IX, estabelece que as populações residentes no interior de UC, cuja categoria não permite sua permanência, deverão ser realocadas pelo Poder Público em local e condições acordados por ambas as partes e mediante indenização ou compensação pelas benfeitorias existentes e, ainda, enquanto não se proceder a referida realocação, as condições de subsistência e de reprodução cultural das populações deverão ser garantidas, para tanto se faz necessária a celebração de termo de compromisso, documento em que as atividades de subsistência serão regulamentadas.

O Termo de Compromisso Ambiental - TCA - é o instrumento a ser firmado entre o órgão gestor e a população tradicional, com o objetivo de possibilitar a permanência no interior da UC até que ocorra o reassentamento da população, ou seja, a reprodução sociocultural e econômica, respeitando seu modo de vida. Para as unidades criadas antes do referido decreto, o prazo para se efetivar o TCA é de dois anos. Contudo, passados sete anos da promulgação da norma, que em tese asseguraria os meios de reprodução sociocultural e econômico da população nativa do PEJU e das demais unidades que enfrentam estes conflitos no Estado, isto não ocorreu.

Assim, embora existam as políticas infelizmente estão muito longe de serem aplicadas na prática. Um exemplo claro pode ser visto na foto abaixo, no Bairro do Salto – PEJU, observa-se a precariedade da casa. Nela residem a Sra. Terezinha Maria de Jesus de 79 anos e o marido, moradores tradicionais. A casa está escorada e as telhas por serem de amianto, em dias chuvosos e com vento se deslocam, fazendo com a casa fique descoberta. Foi solicitada a reforma da casa em 2007, até o momento não foi autorizada, apesar do TCA estar em vigor desde 2006, e se caracterizar como obra emergencial, de acordo com (foto 16).

Em meados de 2006, foi realizada uma proposta³ para atenuar o conflito populações e parques até que se tivesse uma soluções definitivas com relação a vida dos tradicionais para o estado de São Paulo, mas teve o objetivo maior de fazer prevalecer os direitos legais e éticos dessas populações, tendo em vista que há muito tempo estão submetidas à “clandestinidade” – em face da necessidade de

³ Em 2006, através o Processo SMA nº 40.579/2006 técnicas e uma pesquisadora funcionárias do Instituto Florestal, de três áreas do conhecimento foram designadas para elaborar uma proposta composta por instrumentos que viabilizassem a celebração do TCA com as populações tradicionais. O trabalho contém minutas de decreto e resolução estadual, modelo de termo de compromisso ambiental, formulários para a autorização das atividades, todos construídos a partir de princípios, critérios e diretrizes – para garantir a reprodução do modo de vida das populações tradicionais.

acesso e uso dos recursos naturais e a rigidez legal corroborada pela inércia do poder público. Situação que só faz gerar o abandono das terras e a conseqüente degradação ambiental por aqueles que assumem como posse as terras ancestralmente utilizadas, a perda da cultura dos nativos - conhecimentos preciosos inerentes a ela e, sobretudo a total injustiça.

Foto 16: Casa de Terezinha Maria de Dore, em condições precárias e esperando autorização há cerca de dois anos.
(Autor: S. Herculiani - Fevereiro 2008)

fazer prevalecer os direitos legais e éticos dessas populações, tendo em vista que, há muito tempo, estão submetidas à "clandestinidade" – em face da necessidade de degradação ambiental por aqueles que assumem como posse as terras ancestralmente utilizadas, a perda da cultura dos nativos - conhecimentos preciosos inerentes a ela e, sobretudo, a total injustiça.

O Plano Nacional de Áreas Protegidas⁴ - PNAP -, editado em 2006, é uma política que traz em seu bojo algumas questões relacionadas às populações tradicionais até então não abordadas.

O Decreto nº 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tem o objetivo de coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNDS-PCT , e traz as definições de populações tradicionais e território tradicionais.

Populações tradicionais⁵:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

E territórios tradicionais:

Os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

Quanto à lei 11428/ 2007 que traz as definições, objetivos e princípios do regime jurídico do Bioma Mata Atlântica, em seu art. 3º:

⁴ O Plano Nacional de Áreas protegidas define objetivos, metas e estratégias para o estabelecimento de um sistema de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, até 2015. A implementação do SNUC e a gestão das unidades de conservação é estratégia principal para alcançar os objetivos, em conformidade com que dispõe o art. 26 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

⁵ Em 1990, o Banco Mundial define como tradicionais os grupos sociais cujas identidades social e cultural é distinta da sociedade dominante que os torna vulneráveis por serem desfavorecidos pelos processos de desenvolvimento. Depois de dezesseis anos, o Brasil estabelece por norma legal a definição de população tradicional.

II - população tradicional: população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.

Parágrafo único. Na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.

O reconhecimento, a valorização e o resgate dos conhecimentos que não são praticados pelas populações tradicionais já incorporados às políticas ambientais precisam ser contemplados em programas de pesquisas científicas, conciliando os métodos tradicionais aos científicos. Esses povos são os responsáveis pela qualidade ambiental das áreas que ocupam e usam devido ao seu modo de vida rústico, com o qual o sentido de pertencer vive através do enraizamento na percepção do território e se expressa na linguagem, no costume, sempre em referência ao mundo natural.

As políticas públicas ambientais e aquelas específicas às populações tradicionais devem ser integradas à política de desenvolvimento nas esferas federal e estadual, para que esses povos sejam efetivamente reconhecidos e atendidos em suas singularidades culturais, em todos os aspectos da dimensão humana: educação, saúde, transporte, comunicação etc.

O futuro das políticas ambientais brasileiras deveria ser abordado por meio de propostas mais ousadas, mesmo que seja ainda necessário aprofundar métodos e modelos. O conhecimento acumulado e disponível sobre o funcionamento dos ecossistemas locais, mesmo que ainda insuficientes, precisam ser transformados no curto prazo em políticas públicas mais eficiente. Crescentes investimentos em inventários ecológicos, em iniciativas socioculturais e econômicas locais na valorização dos produtos florestais e serviços ambientais no conhecimento da biodiversidade podem representar a base econômica futura para a região e representar esta ousadia científica.

Na sua ausência, continuarão existindo velocidades diferentes nos ritmos dos processos econômicos e socioambientais, e os argumentos ambientalistas servindo apenas para constatações de impactos. Estas propostas dependerão de regulação, de alternativas de financiamento e crédito, de informação e divulgação de controle social efetivo e contínuo. (MELLO 2006, p. 354).

Por influência dos princípios contidos nos tratados e conferências internacionais observa-se evolução nas tratativas da questão, passam a ser desenhadas políticas ambientais⁶ voltadas também às populações tradicionais⁷. A passos curtos, as populações tradicionais passam a ter reconhecimento em face ao modo de vida intrínseca ao ambiente natural. Contudo, apesar dos avanços, essas populações foram durante décadas, e ainda o são, estigmatizadas e ignoradas, seja

⁶ Com o destaque que as populações tradicionais vêm ganhando na área ambiental, ocupantes de outras categorias com o interesse de permanência no interior das UC's se autoidentificam enquanto tradicionais. Esse fato vem gerando muitos conflitos, especialmente aquelas áreas que não dispõem de estudos sobre as populações tradicionais, ou então devido às pressões exercidas por políticos com concessão do órgão gestor. A título de exemplificação a E.Ec. Juréia-Itatins foi transformada em um mosaico composto por unidades de conservação de uso indireto e uso sustentável, Lei Estadual de nº 12.406/ 2.006, que foi revogada por ser de iniciativa do poder legislativo e não do poder executivo. Na atualidade estão sendo estudadas novas alternativas para a resolução da questão.

⁷ No estado de São Paulo, na década de 90, iniciam os trabalhos, por uma parcela de técnicos pesquisadores e professores, com objetivo de melhor caracterizar estas populações, envolvê-las no processo de gestão das unidades, atendê-las nas suas necessidades de subsistência e buscar alternativas para minimizar os conflitos. Os Planos de Gestão Ambiental, elaborados em 1.998, adotaram metodologias que contemplaram a participação, e, pela primeira vez, a presença de populações tradicionais foi registrada e considerada no manejo de algumas unidades, mesmo antes da promulgação do SNUC e apesar do impedimento legal à ocupação imposto à categoria parque. Foram realizados eventos importantes "Workshop sobre Populações e Parques", em 1994, com a participação de especialistas de vários segmentos da sociedade: instituições públicas nacionais e internacionais, universidades e representantes de associações de algumas comunidades tradicionais; e o "Workshop - Ocupação Humana e Unidades de Conservação, sob enfoque da Legislação Ambiental Vigente: Roças de Subsistência e Obras Necessárias à Manutenção das Moradias – Critérios Diretrizes e Procedimentos", em 2002, no qual estiveram reunidos técnicos do IF, IBAMA, Procuradoria Geral do Estado para discutir e definir critérios para definir população tradicional e estabelecer procedimentos para autorizar as atividades de subsistência, através de termo de compromisso ambiental com as populações tradicionais (Lei Federal nº 4.340, art.39), e em 2006 é aprovado o plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, o qual estabelece a zona de uso antropológico - ZOT, que abriga as populações tradicionais..

na proposição, seja na implementação de políticas públicas territoriais, ambientais e sociais.

A instituição de unidades de conservação é um instrumento importante para resguardar significativos representantes da biodiversidade, remanescentes de biomas explorados em todo o País. Todavia se faz necessário que a criação dessas áreas especialmente protegidas seja resultado de ações de planejamento embasadas em trabalhos técnico-científicos⁸ e nos conhecimentos das populações tradicionais, com sua participação efetiva em todo o processo, com vistas a subsidiar a criação de unidades de conservação com enquadramento de categoria de manejo correto, evitando conflitos de interesses e usos, e a contribuir de maneira efetiva na proteção do patrimônio natural e cultural.

Nesse sentido, Pimbert; Pretty (2000) adaptaram um modelo construído por Koerten (1984), para contribuir com a quebra de paradigmas dos profissionais que realizam atividades pesquisa, manejo e gestão em unidades de conservação, a partir da reflexão acerca dos valores, métodos e comportamentos conservadores, (Tabela 04).

Para que haja a quebra dos padrões conservadores nas tratativas relacionadas às unidades de conservação, é necessário que ocorra um processo de tomada de consciência de deveres e direitos da equipe planejadora, dos tomadores de decisão e por aqueles que diretamente ou indiretamente estão envolvidos com a UC.

⁸ Os estudos técnico-científicos devem abarcar a ciências da natureza igualmente as ciências sociais.

Tabela 4 - Paradigmas de Conservação da Biodiversidade: enfoques contrastantes de aprendizado

	Manual	Processos
Ponto de partida	Diversidade da natureza e seus valores potenciais	A diversidades das culturas e da natureza
Palavra chave	Planejamento estratégico	Participação
Local de decisão	Centralizador , urbano	Descentralizado, zona rural
Primeiros passos	Coleta de dados e planejamento	Tomada de consciência – ação
Desenho do projeto	Estático por especialistas	Envolve comunidade
Recursos principais	Financeiros e técnicos	Comunidade e recursos locais
Método	Padronizado, pacote científico	Diverso, local, variado
Pressupostos analíticos	Reducionista/ ciências naturais	Sistêmico
Foco do manejo	Usar orçamento/ prazos	Melhorias gradativas
Comunicação	Vertical, cima para baixo	Aprendizado mútuo
Avaliação	Externa, intermitente	Interna, contínua
Erros	Enterrados	Assimilados
Relacionamento com comunidade	Controlador, policaiesco, criador de dependências	Capacitador, transferidor de poder, povo como ator
Associado com	Profissionalismo normal	Novo profissionalismo
Resultados	1)Diversidade na conservação e uniformidade da produção 2) Poder aos profissionais	1) Diversidade como princípio de produção/conservação 2) Poder as populações rurais

Outro aspecto de relevância é a falta de domínio de informação técnico-científica relacionada à população tradicional por parte dos técnicos dos órgãos executores, seja de ordem legal, seja sobre as características culturais e as possíveis implicações que estas podem trazer ao ambiente natural, bem como à cultura tradicional. Constata-se que algumas unidades de conservação do estado de São Paulo possuem muitas informações advindas de trabalhos científicos, no entanto não há apropriação por parte da gestão desses conhecimentos e, por consequência, nota-se a inexistência de planos e de ações pautados em informações consistentes cujo objetivo seja minimizar o conflito população e parque, e, portanto, fica latente a dificuldade em manejar mais adequadamente o patrimônio ambiental, através da compatibilização da conservação com o uso dos recursos pela população tradicional.

As políticas ambientais, especialmente a partir do SNUC, tiveram alguns avanços no reconhecimento do valor e da importância das populações tradicionais, porém sua implementação pelos órgãos executores ainda caminha a passos curtos, muitas ações já poderiam ter sido implantadas, entretanto não o foram. Fica evidenciada a necessidade de compromisso de modo a priorizar o atendimento aos direitos das populações quanto às questões socioculturais e econômicas, igualmente, à conservação ambiental. São décadas de luta por esse reconhecimento e que ainda constata-se a marca de profunda indiferença, por conta da inexistência de ações concretas dos órgãos executores de cunho normativo dentro da esfera de competência, como portarias, planos e projetos e o estabelecimento de critérios e o desenvolvimento de procedimentos padronizados para que haja uma atuação em campo coerente de modo a atender as finalidades das leis.

3.2 POLÍTICAS AMBIENTAIS E O PAPEL POLÍTICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Apesar de certo avanço nas políticas ambientais em que se inicia o processo de entendimento sobre a relação sociedade-natureza e a minimização dos conflitos em campo, verifica-se que ainda há muito a ser realizado, especialmente quanto à legitimação e garantias dos direitos já editados, mas nem sempre apropriados pela população, bem como sua participação nos processos de decisão, direta e indiretamente, que dizem respeito aos nativos. Como se vê, há muito a avançar.

Ainda que haja exceções é comum observar o tratamento dado à educação, que em sua prática é reduzida as questões relacionadas estritamente ao ambiente natural. No geral, as propostas educativas baseiam-se em teorias ecologistas reducionistas, nas quais o protagonista é aquele que detém a informação e que esta

deve ser apreendida por aquele que apenas ouve. É como se as questões ambientais, positivas e negativas, fossem originadas espontaneamente, passando ao largo importantes processos tecnológicos e econômicos, que juntos anunciaram o aparecimento da problemática ambiental e social no século XIX. Ainda uma ‘visão romântica’ da questão ambiental, através do plantio de árvores, passeios em trilhas de interpretação, pudessem provocar a reflexão sobre tal problemática e a possibilidade de gerar mudanças.

A educação, ainda na área de conservação, salvo algumas exceções, possui trabalhos muito sérios com resultados extremamente importantes. Entretanto a conservação ambiental ainda não é entendida como estratégia de tomada de consciência e nem como meio de gerar participação legítima nas questões que causarão influências às vidas das pessoas, tal qual justiça social e qualidade de vida.

Para DEMO, 1995, qualidade de vida representa qualidade política, ou seja, é a arte da comunidade praticar a autogestão, é a capacidade de inventar seu espaço próprio, fortalecendo sua autodeterminação. Como ponto desta dimensão qualitativa, destacada-se a identidade cultural comunitária, reconhecida como a “razão histórica e concreta da coesão do grupo”, que, para o autor, é aí que está o “baú de onde se retira a fé em suas potencialidades”.

Ao analisar o SNUC e o PNAP, verifica-se que ambos se restringem a educação ambiental⁹ no âmbito do programa de manejo de visitação pública, exclusivamente. A educação reduzida à interpretação da natureza usada de maneira “ingênua”.

⁹ A educação é entendida pela autora desta dissertação como processo em busca da libertação das amarras da sociedade do capital, que inculca valores alheios ao alcance da dominação. Desse modo, não se é favorável a adjetivação da educação; não importa o público e a que fim se destina, educação é educação.

Por outro lado, o órgão executor, a partir de uma leitura acrítica da norma também incorpora uma visão reducionista para a educação ambiental e, de maneira generalizada, vem se subtraindo da importante missão de realizar uma educação direcionada à população tradicional.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

Art. 11º O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Art. 19º § 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

Art. 20º § 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, a melhor relação das populações residentes com seu meio e a educação ambiental, sujeitando-se a prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, as condições e restrições por este estabelecidas e as normas previstas em regulamento;

Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

A exemplo do que ocorre com o SNUC, o PNAP, no que toca à educação, recebe o mesmo tratamento, sua abordagem é pontual e não está inserida como tema transversal em toda política. Foi perdida uma grande oportunidade de romper com o pragmatismo.

Eixo Temático - Governança, Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios.

Objetivo Geral: fortalecer a comunicação, a educação e a sensibilização pública para a participação e controle social sobre o SNUC.

A educação é um ato político, porque visa à transformação das relações sócio-políticas, desse modo, se o processo educativo propõe a transformação da realidade, ele representa o conflito, pois estará rompendo com algo, e a ruptura é conflitante. Para que a ação educativa desenvolva-se, deve-se partir de princípios norteadores que embasem a proposta educativa como: i) o reconhecimento da atuação do sujeito no processo de conhecimento; ii) o cuidado com a democratização de saberes científicos e tradicionais e iii) a relação teoria e prática no processo de construção do conhecimento (COSTA-PINTO, 2003).

A educação é, portanto, a estratégia necessária e eficiente para contribuir com os processos emancipatórios, com vistas na melhoria da qualidade de vida e no empoderamento da população tradicional e na conservação ambiental.

Na gestão de UC, o processo de educação tem de ser realizado também com aqueles técnicos voltados às ações de planejamento, bem como dos que estão em campo. Nesse sentido, a formação de técnicos e pesquisadores deve ser norteadada

pelos princípios acima citados. Para a execução das seguintes ações a educação ambiental deve ser direcionada, além daquelas já tradicionalmente efetuadas para:

- i) ações para a construção de diretrizes orientadoras de conduta para política da educação formal e não formal;
- ii) construção de projetos com a participação das populações em sua elaboração, implantação e desenvolvimento que tenha a associação dos conhecimentos ancestrais aos modernos;
- iii) ações para a construção de diretrizes orientadoras de conduta para política da educação formal e não formal;
- iv) ações com vistas ao gerenciamento dos conflitos decorrentes da questão fundiária;
- v) o fortalecimento da identidade cultural da população;
- vi) o desenvolvimento conjunto estado, universidades¹⁰ e população tradicional em planos e projetos para a melhoria das atividades de subsistência como plantio e criação animal etc, associando os saberes tradicionais aos científicos;
- vii) nos programas de saúde e saneamento, entre outros;
- viii) apreender valores para saber falar e saber ouvir para e com a população, só desse modo se ensina e se aprende;
- ix) transmissão informações acerca das normas regulatórias como direitos e restrições de uso;
- x) na assistência técnica para a melhoria das atividades de subsistência como plantio e criação animal etc;

¹⁰ Os programas de extensão universitária, no geral tem o caráter assistencialista realizado como aula prática para complementar o aprendizado dos estudantes. A população neste contexto é apenas o meio para praticar a teoria ensinada na universidade, tornando-se objeto gerando dependência.

Para contextualizar :

[...] começam a ser valorizados os saberes da experiência ou não científicos, em perspectiva de complementaridade ou para estimular o questionamento crítico das certezas. (ZAKRZEVSKI 2002, p. 5)

Quando se trata de formação de profissionais para o trabalho junto as populações, esta formação deve ser entendida como processo realizada de forma contínua e sistemática, e não ser realizada através de eventos pontuais.

Isto posto, a educação é uma estratégia utilizada para formar, deformar e alienar. As políticas ambientais devem se apropriar de métodos que viabilizem obter a contribuição para conservação do patrimônio natural e cultural abrigados pelas UCs e promover às populações tradicionais o reconhecimento necessário pelos saberes que portam, pelos lugares por eles protegidos e propiciar condições dignas de reprodução sociocultural.

Constata-se que as políticas públicas vêm ocorrendo em um movimento crescente, mas longe do ideal e que pouco tem sido realizado para sua implementação.

A educação é uma estratégia que pode ser utilizada para formar, deformar ou alienar. As políticas ambientais devem apropriar-se dessa ferramenta para formar e a partir do processo de conhecimento e posterior reflexão, alcançar o apoio tão pretendido a fim de, efetivamente, trazer contribuição para conservação do patrimônio natural e cultural abrigados pelas UCs e promover às populações tradicionais o necessário reconhecimento pelos saberes que portam, pelos lugares por eles protegidos e pelas condições dignas de reprodução sociocultural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rompe o século XXI e com sua chegada iniciam-se tardiamente as primeiras iniciativas legais que reconhecem que no interior das unidades de conservação vivem populações tradicionais. Contudo, os textos das leis ainda tem muito a amadurecer. Primeiramente é necessário admitir que as unidades de conservação incorporaram os lugares habitados ancestralmente pelas populações tradicionais. Imprescindível é aceitar que há uma inversão na história da conservação. Enquanto as políticas e ações no âmbito executivo não compreenderem esta distorção que pauta indiscriminadamente a questão população e parque, não haverá legitimidade de direitos relativos ao patrimônio cultural e às populações tradicionais. Enquanto este paradigma não for quebrado a prioridade será o ambiental em detrimento do cultural.

Resultado desta ilógica é a inexistência de regulamentação das normas federais pelos Estados, de modo a viabilizar a planificação do atendimento aos direitos das populações. Ainda enquanto resultado deste modo estranho de tratar a problemática é a falta de apropriação dos conhecimentos científicos gerados, que não são poucos, acerca das populações, denotando mais uma vez a tendência fragmentada pela temática ambiental.

São realizados trabalhos extremamente importantes de educação ambiental com obtenção de resultados duradouros gerando mudanças socioambientais com contribuição na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Contudo, as políticas ambientais restringem sua função ao programa de manejo de visitação pública. A ação da educação pode ser abrangente e ao mesmo tempo específica, podendo contribuir na formação dos técnicos que trabalham nas UCs para ter uma gestão participativa efetivamente legítima.

No geral os programas de educação nos parques não têm elencado as populações tradicionais como público alvo. A aplicação de projetos com e para as populações através do uso de instrumentos que procurem estabelecer um diálogo na comunidade, promovendo sua livre expressão, elaborados pela comunidade e técnicos podem ser muito profícuos, usando a associação dos conhecimentos tradicionais aos científicos com vistas a melhoria da qualidade de vida, especialmente sob os aspectos saúde e conforto das populações, e o desenvolvimento tecnológico etc. Podendo ser realizada com adultos, adolescentes e crianças que além de levar novos conhecimentos pode sem dúvida fortalecer a identidade cultural das comunidades.

Com relação a difusão de informações bem como de assistência técnica, órgãos executores juntamente com outras esferas de poder, devem se preparar para atender o que dita às normas legais com o objetivo de possibilitar a reprodução sociocultural da população há de se considerar que é fundamental ter informações técnico-científicas sobre e com as populações para que não sejam levadas propostas desconectadas da cultura caipira, com uma lógica econômica distinta da que desenvolvem, se isso ocorrer poderá desencadear mais perda de traços culturais, desestruturação social e por conseqüência degradação ambiental. É o que ocorre comumente quando se desenvolve em primeiro e único plano atividades de turismo envolvendo as populações tradicionais em UCs.

Como dito as alterações significativas na base econômica, no modo de vida da população tradicional, no geral, acarretam mudanças substanciais na organização familiar. É através da reprodução do saber-fazer e do despertar do dom que a cultura acumula-se e transforma-se, não é estática por ser originária de um processo que se ressignifica. No meio rural, o processo é mais rico devido à extensão da família, havendo maiores possibilidades de trocas de formas e jeitos.

Assim, os conhecimentos precisam ser transmitidos aos jovens e às crianças ritualisticamente, pois é dessa forma que a comunidade fortalece-se, através da educação, faz-se cultura.

Nesse sentido as perspectivas profissionais para muitos jovens e crianças nativas podem centrar-se sim nos conhecimentos tradicionais. Não significa que irão reproduzir as experiências tal como seus ascendentes, mas sim somar novos conhecimentos àqueles característicos da cultura caipira mas para que isso ocorra deve ser estabelecida e incentivada a relação com a natureza pois isso é condição para a reprodução sociocultural da população, o acesso e uso aos elementos naturais permitem o conhecimento para aqueles que não sabem e o enriquecimento do conhecimento para aqueles que já sabem. Com as intervenções na natureza vão deixando suas marcas físicas e emocionais nos lugares por onde ficam e passam, vão caracterizando a paisagem com a sua cultura.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. UNESCO (2003)

No plano de manejo do Parque Estadual do Jurupará, que se encontra em fase conclusiva, foram quebrados vários paradigmas, o primeiro foi com relação a proposição de soluções para a questão fundiária da UC com prevalência dos interesses de uma parcela da comunidade que não está vinculada a causa

ambiental e nem com a cultural, nesse sentido prevaleceu o conhecimento técnico-científico, sendo inclusive indicadas diretrizes para o aprofundamento dos conhecimentos acerca das populações tradicionais de modo a oferecer informações seguras com e para as populações no que toca a seu futuro e finalmente ações de fortalecimento identitário, a partir da reprodução cultural para jovens e crianças.

Quanto à educação formal ministrada para as crianças nativas, Estado e Município devem juntos editar políticas que viabilizem a designação de professor/a concursado com vistas a evitar a rotatividade, como ocorre comumente com os professores contratados por um período de seis meses. Ainda, esse professor deve se apropriar de conhecimentos da cultura tradicional, através de cursos, em cooperação com o Estado e as universidades. Bem como é responsabilidade do poder público a elaboração e a produção de material didático pedagógico específico para as populações tradicionais, tais materiais devem contemplar em seu bojo as características culturais dos alunos/as.

Na vida da criança caipira podemos observar três elementos importantes que estão inter-relacionados: a escola, a aprendizagem dos trabalhos da família caipira e o contato permanente com a natureza. A vivência das crianças e jovens nativos é repleta de peculiaridades muito rica em experiências práticas, bastante distintas daquelas do meio urbano. Os nativos são diferentes por serem preparados desde a primeira infância para o trabalho e aprendem conteúdos e valores¹ característicos da cultura caipira. Mas o que significa ser diferente para eles próprios e para a sociedade urbana? É imperativo compreender essas questões, uma vez que os caipiras vivem ancestralmente em lugares que foram incorporados pela unidade de conservação. Com isto, o poder público tem, no mínimo, dupla responsabilidade – com relação a reprodução socioeconômica e cultural da

¹ A construção de um sistema de valores se dá a partir das interações que a criança estabelece com o mundo e consigo mesma, desde o nascimento, e que tais valores são resultados da projeção de sentimentos positivos sobre objetos, pessoas, relações e sobre seus próprios pensamentos e ações. (ARAUJO; PUIG, 2007).

população tradicional, como pela conservação do patrimônio ambiental, visto que as escolhas realizadas pelos nativos implicam alterações positivas e/ou negativas ao meio natural.

Portanto em atendimento as leis brasileiras que protegem as populações seus conhecimentos tradicionais e as Convenções Internacionais o Poder Público nas três esferas de governo devem juntos desenvolver ações concretas que venham proteger os conhecimentos tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, J. C. **O educador a caminho da roça**: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural. Campo Grande: UFMS/ Imprensa Universitária, 1986.

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica**. São Paulo: Annablume, 2000.

ARAUJO & PUIG. **Educação e valores**. São Paulo: Summuns, 2007.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: Diegues, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução elementos pra uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. **O trabalho de saber**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, C. R. **Educação como cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, C. R. **Casa de escola**: cultura camponesa e educação rural. São Paulo: Editora Papyrus, 1983.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 27/08/2009

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 27/08/2009

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 27/08/2009

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 20 de outubro de 1967. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 27/08/2009

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 27/08/2009

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm>. Acesso em: 27/08/2009

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 27/08/2009

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em:

BRASIL. Lei nº 5.664, de 21 de junho de 1971. Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º do Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969, que altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm.>

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm.>

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III, da Constituição Federal, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm.>

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Anablume, 2000.

CADERNOS CEDES/Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 1, São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CALAZANS; C. J. M. et al. Políticas educacionais: Questões e contradições da Educação Rural no Brasil In: WERTEIN; JORGE; BORDENAVE, DIAS, J. (Orgs). **Educação rural no terceiro mundo**: Experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1997.

CARDOSO, B.; PEREIRA, M. C. R. **Cartas aos professores rurais de Ibiúna**. São Paulo: CEDAC, 1999.

CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: UFPA/NAEA/CEJUP, 1997.

CASTRO, I. E.; GOMES P. C. C.; CORREA, L. C. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

CHAYANOV, A. The Theory of Peasant Economy. Homewood, Illinois: Richard Irwin, 1966. apud. ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

CLAVAL, P. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CONGRESSO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. **Anais**. Curitiba. In: MILLER, K. Evolução do conceito de proteção - oportunidade para o século XXI. Curitiba, 1997.

COSGROVE, D. & JACKSON, P. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural**: um século (2). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2000, 168 p.

COSTA NETO, J. B. et al. **Plano de Duplicação da Rodovia Raposo Tavares**. São Paulo, 2002. (Relatório Interno - Instituto Florestal).

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1995.

TERBORGH, J. SCHAIK C.; DAVENPORT, L. & RAO; M. (Orgs.) **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

COLCHESTER, M. Participación: Poblaciones Indígenas, Conservación de la diversidad biológica y ordenación de zonas protegidas. In DIEGUES, C. S. & NOGARA, P. J. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

ELULL, J. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

EDWARDS, V. **Os sujeitos no universo da escola**: um estudo etnográfico no ensino primário. São Paulo: Editora Ática, 2003.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Centauro, 2005.

FOSTER, G. M. **As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1962.

FUKUI, L. F. G. **Sertão e Bairro rural**: parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo: Editora Ática, 1979.

FUKUI, L. F. G. **Parentesco e família entre sitiantes tradicionais**. 1972, 0 f. Tese (Doutorado) - apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. 400p.

FURLAN, S. A. **Lugar e cidadania**: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do parque estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião-SP). 2000. 0 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios de antropologia. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

INSTITUTO FLORESTAL; FUNDAÇÃO FLORESTAL. Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará - **Relatório de Caracterização da UC**. São Paulo, 2009. (Relatório Técnico – Instituto Florestal/Fundação Florestal).

GUILLAUMON, J. R. Políticas Públicas e ocupação humana: populações tradicionais em unidades de conservação da natureza. **Revista de Direitos Difusos**, São Paulo, v. 20, jun/ago, 2003.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HERCULIANI, S. **Caracterização do perfil da comunidade nativa do Parque Estadual do Jurupará**. São Paulo. São Paulo, 1995.(Relatório Técnico-Instituto Florestal).

HERCULIANI, S.; OLIVEIRA, R. C. R.; RESENDE, M. A. C. S. **Parque Estadual do Jurupará**, São Paulo, 2004. (Relatório Técnico - Instituto Florestal).

HILAIRE, A. S. **Viagem a província de São Paulo**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21,n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-2622001000300003&lng=pt&nrm=isso&tlng=pt>. Acesso em:19 dez. 2007.

LARAIA, R.B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.

LEEF, E. A. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária Ltda, 1986.

LIMA, D. **Educação, Igreja e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1978.

LIMA, E. N. Currículo escolar, educação rural e violência simbólica: Apontamentos acerca do currículo que se tem e do currículo que se quer para o homem e a mulher do campo. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS, 2., 2005, Belém. **Anais eletrônicos**. UNAMA, 2005. Disponível em:
<<http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122/00000233.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2007.

MAIA, C. J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. In: **Mulher e Trabalho**, v. 4, n. 1, p. 89-

103. Porto Alegre: FEE, 2004. Disponível em:
<<http://scholar.google.com.br/scholar?q=Trabalho,%20fam%C3%ADlia%20e%20g%C3%AAnero:%20estrat%C3%A9gias%20de%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20social%20camponesa%20no%20M%C3%A9dio%20Jequitinhonha>>. Acesso em: 09 out. 2009.

MARTINS, J. S. Educação rural e o desenraizamento do educador. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 49, junho/2005.

MELO, E. P. & BERNADI, M. **Educação no meio rural**: experiências curriculares em Pernambuco. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MELLO, N. A. **Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira**: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento. 1970-2000, p. 548, v. 2. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

MELLO, A. R. T. **A Cestaria como Trançado de Memórias**: A Estética da Produção Cesteira na Região do Juquiá. Dissertação de Mestrado. Pontifícia da Universidade Católica São Paulo, 2001.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MINAYO, M. C. S. et al. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000..

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**: condicionantes do planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Annablume, 1995.

MORAES, A. C. R. **Território e a História do Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MUNÕZ, M. G. Saber Indígena e o meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In: **A complexidade ambiental**. LEFF, E. (Coord.). Tradução de Eliete Wolf. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MÜLLER, N. L. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo: USP, 1951.

NITSCHKE, L.B.; KOZEL, S. Reflexos sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido de famílias rurais relacionadas atividade turística. **Revista Eletrônica de Geografia**. Curitiba, v.1, n.1, p. 52-61, jul./dez. 2006.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social**: introdução às suas técnicas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, s/d.

OLIVEIRA, R. C. R.; HERCULIANI S. As imposições Internacionais sobre o Brasil: a Biodiversidade e as populações tradicionais. In: **CONFERÊNCIAS E TRATADOS INTERNACIONAIS**, 2007. Relatório do Seminário apresentado na Disciplina Políticas Ambientais e Estratégias Territoriais de Desenvolvimento. Curso de Pós Graduação-Departamento de Geografia, USP, 2007.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre Lição de Adultos**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

PRADO, B. H. S. **Educação Ambiental no cotidiano das Escolas Rurais de Itapetininga**: a recuperação de Matas Ciliares. 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2004.

PRADO, D. **O que é família**. São Paulo: Abril Cultural e Editora Brasiliense, 1985.

PIMBERT, M. P & PRETTY, J. N. **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec, Nupaub - USP, 2000.

QUEIROZ, M. I. **O Campesinato Brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo: Vozes /EDUSP, 1973. (Estudos Brasileiros).

QUEIROZ, M. I. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural - cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

QUEIROZ, M. I. P. **Vida rural e mudança social**: do rural e do urbano no Brasil, p.199. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. (Temas).

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

RIZZOLI, A. **O real e o imaginário na educação rural**. 1987. 0 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. .

SABOURIN, E. Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2002. p. 23-37.

SÃO PAULO. Constituição Estadual de São Paulo, de 05 de outubro de 1989. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à província de S. Paulo**. São Paulo: Livraria Martins/EDUSP, 1972.

SANTIAGO, C. M.; HERCULIANI, S. RESENDE, M. C. S.; BRITO, V. Uma proposta de política para a gestão de conflitos: populações tradicionais vs áreas protegidas de uso indireto. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE PARQUES E OUTRAS ÁREA PROTEGIDAS, 2., 2007, Bariloche. **Anais**.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum a consciência filosófica. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (Org.). **Práticas pedagógicas na escola indígena**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 2001.

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (Org.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global Editora, 2001.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bretand, 2007.

SPEYER, A. M. **Educação e campesinato**: uma educação para o homem do meio rural. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

TABANEZ, M. P. F. P. **Aprendizagem Profissional da Docência: repercussões de um Projeto de Políticas Públicas em Educação**. 2007. 229 f. Tese (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

TERBORGH, J. SCHAIK C.; DAVENPORT, L. & RAO; M. (Orgs.) **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Difel, 1974.

WRI; UICN; PNUMA. **Estratégia global para la biodiversidad**: Pautas de acción para salvar, estudiar y usar la riqueza biótica de la Terra, 1992.

WOORTMANN, K., **Com parente não se negueia**. Anuario Antropológico nº76. Rio de Janeiro, 1977.

UICN; PNUMA; WWF; FAO; UNESCO. **Estrategia Mundial para La Conservacion**: La conservación de los recursos vivos para el logro de un desarrollo sostenido, 1980.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas** : populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume/ FAPESP , 2008.

SITES CONSULTADOS:

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA. Disponível em: < <http://www.ibiuna.sp.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2007.

SCIELO. Disponível em: <<http://www.scielosp.org>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. Disponível em: < <http://www.iucn.org> >. Acesso em: 19 dez. 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://www.educacao.sp.gov.br> >. Acesso em: 27 dez. 2007.

UNESCO.ORG
<<http://www.unesco.org>

ANEXO - 1

Questionário semi estruturado: Morador tradicional do Parque Estadual do Jurupará

Data: ____/____/____

1- Nome:

2- Ano de nascimento:

3- Cidade em que nasceu:

4- Bairro onde mora:

5- Nome do sítio:

6- Ponto Georreferenciado

7- Pessoas que moram na ocupação/bairro:

Nome	Idade	Sexo	Escola//	Parentesco

A) 1. Pré-escola, 2. Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série, 3. Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série, 4. Ensino Médio – 2ª Grau, 5. Ensino Médio Profissionalizante, a. completo, b. incompleto.

B) 1. Irmão (ã), 2. Filho (a), 3. Cunhado (a), 4. Genro/Nora, 5. Tio(a), 6. Avô (ó), 7. Primo (a), 8. Sobrinho (a), 9. Pai/Mãe, 1º. Neto (a), 11. Enteado (a), Outro (especificar).

8- Tempo você mora neste local

9- Se morou em outros lugares na região

10- Tem filho ou filha que mora fora do Parque

11- Em que a família trabalha?

	Atividade	Onde	Há quanto tempo	Ganho

Marido				
Mulher				
Pai				
Mãe				
Filho				
Filho				

12- Crianças e os jovens ajudam nos trabalhos da casa e da roça Não

13- Quais trabalhos

14-Em que dias e horários ajudam

15- Meio de comunicação

() rádio () televisão () revista () jornal () pessoas () outros

16- As terras onde a família mora é posse antiga

17- Você e sua família gostam de morar aqui

18-Gosta daqui onde/ mora até quando

19- E onde gostaria de morar

20- Dificuldades da família

21-O Governo deve fazer o que

22- Depois da criação do Parque tiveram dois concursos por que você não se inscreveu para trabalhar no Parque?

23-Você acha possível trabalhar dentro do parque com os conhecimentos que você têm?

24- Você gostaria de falar alguma coisa

ANEXO - 2

Roteiro de entrevista com os adolescentes

Nome

Idade

Nome dos pais

Informações da escola

Profissão pretendida

Gosta de morar no sertão

O que deseja fazer no futuro: moradia, emprego família

Ajuda a família nas atividades do sítio,(o que faz em quais horários)

ANEXO - 3

Roteiro de entrevista com as crianças

Nome

Idade

Nome dos pais

Brincadeiras

Amigos

Informações da escola

Gosta de morar no sertão

Ajuda a família nas atividades do sítio(o que faz em quais horários)

ANEXO 4 : Roteiro de entrevista com professoras

Roteiro de Entrevista: Professora das escolas internas ao parque

Data

Nome:

Idade:

Formação:

Tempo que leciona:

Mora no bairro:

Se tiver oportunidade você gostaria de mudar de local de trabalho

Nº alunos tem na sala de aula do ensino para as crianças:

Planejamento das aulas

Definição de conteúdo

Recursos pedagógicos

Quais recursos ajudariam a elevar a qualidade de seu trabalho

Se fosse possível quais mudanças você faria para melhorar a educação na escola, que leciona

Você sabe que a escola está inserida dentro de um Parque Estadual:

Função de um parque

Diferenças entre os diversos moradores aqui do Parque

Termos morador nativo e morador tradicional:

Diferença entre os moradores tradicionais e os demais moradores

Diferença entre os alunos nativos e as demais crianças:

Tem idéia da origem desses nativos:

MAPA DE OCUPAÇÃO
TRADICIONAL
P. E. JURUPARÁ

- Área de ocupação tradicional
- P. E. Jurupará
- ▬ sistema viário
- corpo d'água

**MAPA DE DISTRIBUIÇÃO
DAS ESCOLAS RURAIS
P. E. JURUPARÁ**

- Escolas**
- escola desativada
 - escola em funcionamento
- 1 - Pereiras
2 - Lucios
3 - Juquia
4 - Rio Bonito
5 - Itaguapeva
6 - Campestre
7 - Camiranga
8 - Laurindos
P. E. Jurupará
- sistema viário
- corpo d'água

HERCULIANI, S. **A população tradicional caipira e sua reprodução sociocultural frente às políticas públicas de conservação e os processos de educação - Parque Estadual do Jurupará, Ibiúna – SP.** 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP.

ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
20	19	Foto XX	Foto 1

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da, para obtenção do Título de Mestre, na área de concentração Geografia Humana